

apogeo

32 | REVISTA DA ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

| Abril 2007

- 
- Reforma da administração do território
 - *Parchi letterari*
 - Mudança de uso do solo
 - Geografia, paisagens e felicidade
 - Educação ambiental
 - Los paisajes del agua
 - Pensar a população mundial



Santillana
CONSTÂNCIA

Para saber tudo sobre Geografia
Da frente para trás.



Ensinar com emoção ■■■

Santillana
C O N S T Â N C I A

Sumário

Abril 2007

Editorial	2
Cartoon	3

Análises e Reflexões

Ainda a propósito da reforma da administração do território	4
O papel dos <i>Parchi Letterari</i> no desenvolvimento dos sistemas locais de oferta turística	14
Acerca do conceito de uso do solo e mudança de uso do solo	23
Geografia, paisagens e felicidade	32
Potencialidades da educação ambiental	36
Los paisajes del agua como paisajes culturales. Conceptos, métodos y una experiencia práctica para su interpretación y valorización	39

Laboratório Didático

Seis chapéus para pensar a população mundial (continuação)	49
--	----

Publicações

Cultura Geográfica y Educación Ciudadana	59
O Sangue do Mundo	60
Teaching Geography	60

Ficha técnica

Apogeo n.º 32, Abril 2007

DIRECTOR:

Pedro Damião

COMISSÃO DE REDACÇÃO:

Moisés Fazenda Dias, Emília Sande Lemos, Ana Cristina Câmara, Maria Vitória Albuquerque, Miguel Inez Soares, Jorge Moniz Lemos, Clara Rocha, Maria Helena Magro, Maria Helena Lobo, Maria Laurinda Pacheco, Maria Isabel Gingeira, Isabel Amorim Costa

COLABORADORES CONVIDADOS:

Maria Vitória Albuquerque,
João Ferrão,
Moisés Fazenda Dias, Luís Mendes,
Fabio Pollice, Rosario De Iulio,
Caterina Rinaldi,
Rosario Terracciano,
Pedro Cortesão Casimiro,
Maria Adélia Aparecida de Souza,
Lurdes Soares, Anna Ribas Palom,
Joana Fernandes

PROPRIEDADE:

Associação de Professores de Geografia
Bairro da Liberdade, Impasse à Rua C,
lote 9, loja 13
1070-023 LISBOA

Tel.: 213 861 490
Fax: 213 850 374
e-mail: apg@aprofgeo.pt
aprofgeo@netcabo.pt
homepage: www.aprofgeo.pt

PRODUÇÃO GRÁFICA: Santillana S. A.

Tiragem: 2500 exemplares
Depósito Legal: 21206/89
I. C. S. n.º 13 489
Preço: 6 euros

**Santillana**
CONSTÂNCIA

EDITORIAL

20 anos da Associação de Professores de Geografia

No princípio era o sonho...

Sussurrado por jovens licenciados, finalistas (já saudosos do convívio, dos debates, das trocas de experiências ...) – «Devíamos formar uma associação.»

Depois foi a necessidade...

«Vem aí uma Reforma do Sistema Educativo. Que papel estará reservado à Geografia?» Crentes na importância da educação geográfica na formação dos cidadãos, alguns professores falam sobre o assunto e ressurgem os sussurros sobre a necessidade de debate e reflexão acerca desta questão.

Surgiu a IDEIA.

Foi a actual Presidente da APG que a apresentou a cinco coniventes de muitas conversas/debates em torno da educação em geral e da educação geográfica em especial. «Vamos fazer um encontro de professores de Geografia». Explicou a ideia, os objectivos...

E foi a loucura.

Realizou-se o 1.º Encontro de Professores de Geografia tendo como patronos a Escola Secundária da Amadora e o seu Conselho Directivo, principalmente a sua Presidente. E estavam assim lançadas as bases da futura APG.

Nasceu há vinte anos.

E como um ser vivo, começou pequenina, sem casa própria, mas foi muito amada desde sempre.

E deu bem conta do recado.

Permitiu o encontro e o debate entre sócios e não-sócios, o confronto com especialistas de outras áreas científicas e a publicação da APOGEO e de trabalhos de mestrado. Bateu-se pela formação específica dos professores de Geografia fundando o Centro de Formação Professor Orlando Ribeiro, que tem desenvolvido as suas acções de formação pelo País. E mantém sempre as portas abertas aos professores de Geografia. Quem a conhece de perto sabe que se tem adaptado à mudança, o que nem sempre é fácil.

Vêm aí novos desafios.

Porque é uma jovem de 20 anos de quem muito se pode esperar e porque associa professores de Geografia e é grande a mudança que se regista na actividade docente (carreira, formação...). Mas o desafio é, no essencial, o mesmo. Pugnar por uma boa educação geográfica, pelo que esta tem de importante para a formação dos nossos jovens e para o desenvolvimento do país, país onde o território tem sido tão maltratado. Por enquanto é este o compromisso da APG.

E o futuro?

O futuro começa hoje.

Maria Vitória Albuquerque

Formados em Universidades diferentes e dispersos pelas várias escolas do país, os professores de Geografia constituíram, durante muitos anos, um grupo pouco coeso. À APG coube o mérito de ter transformado esse grupo fragmentado numa verdadeira comunidade.

Socializando informação e conhecimento, divulgando boas práticas, organizando encontros e suscitando o debate entre os seus sócios, a APG contribuiu para unir os professores de Geografia e reforçar a sua identidade. Ao mesmo tempo, tomando posições públicas sobre temas fundamentais para o futuro do conhecimento geográfico e do seu ensino, a APG afirmou e credibilizou os professores de Geografia junto de outros grupos profissionais, da administração pública e da sociedade civil em geral.

Os professores de Geografia são hoje uma comunidade dinâmica, com uma voz colectiva externamente respeitada. Uma comunidade mais reflexiva e, por isso, menos corporativa e mais aberta ao mundo exterior à própria geografia e às paredes estreitas da escola.

Vinte anos de acção persistente da APG contribuíram em muito para a situação descrita. Mais do que o mero reconhecimento do trabalho realizado, esta é uma responsabilidade que a todos diz respeito. É que qualquer progresso, mesmo o que parece revelar maior solidez, é demasiado reversível para ser displicentemente confiado à sorte de um futuro que seja o mero prolongamento de um passado promissor.

João Ferrão (Geógrafo)

Eu me construo e ergo
peça a peça
de saudade vagar e reflexão

Vitorino Nemésio

Quantas vezes a inspiração começa
com uma folha de papel aberta
registrando as folhas caídas do Outono
registrando as acácias amarelas despontando pelos campos
e é complexo o espaço nós sabemos
indizível o espaço e o tempo
relativo é o tempo.

Por isto a minha passagem pela direcção
como diria o poeta foi fundamentalmente de construção
porque de todas as coisas me acrescento
e me ergo peça a peça.
Onde os espaços de reflexão
de criatividade de liberdade
brotavam com a certeza das manhãs,
amizade mais absoluta.
Como estou afastado da direcção
neste momento
como não sentir o corpo a transbordar de saudade.

Moisés Fazenda Dias

(Professor de Geografia do Ensino Secundário)

Cartoon

Luís Afonso



Cedido pelo autor.
Publicado na revista *Sábado*, em 5/10/2006

Ainda a propósito da reforma da administração do território

Análise crítica do caso da comunidade intermunicipal do Pinhal.

Luís Mendes

Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Introdução

Em Fevereiro de 2004, a pouco mais de um mês da data prevista para a conclusão da reforma territorial da «descentralização» proposta pelas leis 10/2003 e 11/2003 – cujo modelo tivemos oportunidade de desconstruir nos números anteriores – persistiam várias indefinições e focos de polémica no país quanto ao desenho do novo figurino territorial anunciado pelo Governo da altura. Eram ainda evidentes as «guerras de fronteiras» e «braços-de-ferro» de vários municípios pela centralidade, o que não deixa de ser curioso, tratando-se de um projecto de «descentralização». Também não deixa de demonstrar que a definição de «descentralização» do Governo parece variar bastante relativamente àquela que é aceite, em geral, pela comunidade científica portuguesa e internacional. Muitas situações encontram-se ainda em aberto e com contornos indefinidos no que concerne à divisão administrativa a adoptar.

No seguimento da controvérsia em torno da reforma da administração territorial, e à semelhança do que se passou com o vale do Minho, para o qual foi definida uma comunidade intermunicipal, foi avançada também a ideia da criação de uma Comunidade Intermunicipal do Pinhal que, abrangendo sete concelhos (Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Sertã, Pampilhosa da Serra, Arganil e Oliveira do Hospital), se estende

por uma área de 1785 km² na região Centro e compreende aproximadamente 73 mil habitantes.

Um ano depois, a 24 de Fevereiro de 2005, foi oficializada a criação da Comunidade Intermunicipal do Pinhal (CIP), com a assinatura da respectiva escritura no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, numa cerimónia em que estiveram presentes os Presidentes dos sete municípios, os Governadores Cívicos de Leiria e Coimbra, bem como o então Secretário de Estado da Administração Local, Dr. José Cesário. Nesta cerimónia discursou o Presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, Hermano Almeida, que deixou claros avisos aos governantes, afirmando, na oportunidade, que «não temos estádios, túneis do Marquês, pontes Europa ou metros de superfície, mas temos os mesmos direitos de reivindicar o melhor para as nossas populações». Hermano Almeida salientou, ainda, ser esta «uma forma de este território dar um murro na mesa e dizer que não quer continuar a ser dos mais penalizados do País», tendo em conta o abandono a que o interior do país se vê cada vez mais sujeito.

Já no ano de 2006, a 2 de Março, a CIP procedeu à instalação dos novos membros dos órgãos executivo e deliberativo, nomeadamente o Conselho Directivo e a Assembleia Intermunicipal, na sequência das últimas Eleições Autárquicas no cumprimento da Lei e dos Estatutos. As reuniões do Conselho

Directivo têm lugar periodicamente na Pampilhosa da Serra, onde está situada a sede, enquanto a Assembleia Intermunicipal reúne, ordinariamente, cinco vezes por ano, rotativamente nos sete concelhos da CIP.

Apesar de todas as contradições e paradoxos inerentes à publicação da nova lei de administração territorial pelo Governo, o que propomos é que a oportunidade produzida pela criação da CIP no âmbito das leis 10/2003 e 11/2003 não é de menosprezar e pode, se bem aproveitada, encetar uma inversão da tendência regressiva da generalidade dos concelhos referidos, muitos deles comprometidos com um processo de despoamento acentuado. Iremos expor como a criação da CIP poderá desencravar estes espaços-problema que se encontram em perda de população residente e de actividades, por meio da valorização do reforço do associativismo municipal de carácter voluntário e tendo por génese interesses locais – lógica *bottom-up* (de baixo para cima); e da criação de condições administrativas e financeiras que promovam o associativismo municipal. Mais do que a possível contractualização com a Administração Local, no sentido de esta desempenhar funções que hoje estão atribuídas à Administração Central, a CIP compromete os concelhos envolvidos num esforço de gestão do território a nível supramunicipal, o que, provavelmente, contribuirá para construir formas mais pró-activas de gestão local no funcionamento da administração deste território.

Globalização e competitividade territorial: novas condições e desafios para a administração do território

A flexibilização e volatilidade do território no quadro da reestruturação económica e a emergência de novas modalidades de organização espacial do trabalho e da produção, afectas ao fenómeno da globalização, obrigam a repensar as formas de gerir e administrar o território. A descentralização de responsabilidades e dos problemas do poder central para o poder local pode assegurar níveis mais elevados de eficácia administrativa.

No quadro do que diversos autores designam por compressão espaço-tempo, por via das significativas melhorias nos meios de comunicação e nos transportes, da introdução de novas tecnologias que contribuem para a criação de novas estruturas de relação espaço-tempo (Harvey, 1989; Waters, 1995), esboça-se uma condição de território qualitativamente nova que acompanha e sustenta os processos de globalização e aumenta fortemente as ligações de competitividade inter-regional.

Neste novo contexto, a velocidade é um elemento essencial, capaz de alterar e de se impor não só no aspecto técnico-productivo como também na transformação das relações de poder entre os diferentes territórios. Saem vencedores aqueles territórios que conseguirem gerir da melhor forma a mudança e a inovação, doravante constantes, e que privilegiam, de forma selectiva, apenas alguns espaços estratégicos, onde se polarizam as melhores condições de competitividade internacional (a nível nacional, referimo-nos, por exemplo, às áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto).

A ideia é a de que o efeito conjugado das tendências recentes da globalização e dos processos de reestruturação económica, de desregulação dos mercados, de transição para uma economia dos serviços cada vez mais elaborada e competitiva, de uma crescente mobilidade geográfica da informação, investimento, capital, mão-de-obra e equipamentos, decorrente das melhorias significativas no âmbito dos sectores dos transportes e telecomunicações; tem produzido uma substancial tendência espacial, a nível nacional, para a polarização dos recursos estratégicos em torno dos grandes espaços metropolitanos do país.

Torna, igualmente, necessário superar a ideia de que o desenvolvimento é um processo que se desenrola de forma homogénea no conjunto da totalidade do território nacional. O processo territorial de desenvolvimento exige sempre a existência de desigualdades no que toca à distribuição dos recursos, aos diferentes níveis de interacção entre o território e à capacidade de estes gerirem a mobilidade de bens e factores (Smith, 1984).

Logo, os recursos estratégicos para o desenvolvimento tenderão a concentrar-se, principalmente, em torno das áreas metropolitanas. É evidente que as cidades sempre desempenham este tipo de papel ao longo da história da Humanidade, porém, a mudança é cada vez mais rápida e os lugares estratégicos de decisão e comando são cada vez mais restritos (Castells, 1985; Sassen, 1991; Bandeira de Mello e Silva, 1994; Nel.lo, 1995; Faissol *et al.*, 1995; Spósito, 1998). É, com efeito, neste quadro de reforço da competição entre territórios que se colocam à administração dos mesmos novas exigências e novas formas de actuação que se baseiem num conhecimento consistente do território e dos processos, dinâmicas e

tendências de sua transformação, assim como das condições e meios institucionais, técnicos e políticos para intervir nessas transformações.

Embora contribuam para uma homogeneidade e uniformização dos espaços, as estratégias da globalização exploram as vantagens comparativas dos lugares, tendo como efeito o agravamento das disparidades. Pequenas *nuances* diferenciadoras em termos de salários, de qualificações, de nível de consumo, de serviços disponíveis, são valorizadas e potencializadas nas escolhas para localização de tal ou tal investimento. Portanto, o processo aparentemente homogeneizador da globalização pressupõe que existem diferenças que, por sua vez, saem reforçadas devido àquelas escolhas, o que acentua os desequilíbrios e desigualdades territoriais. A maior mobilidade dos investimentos acentua a competição entre os lugares que procuram oferecer condições favoráveis à sua captação.

No nosso país, a globalização introduziu duas grandes alterações a nível regional: (i) – fez emergir um conjunto de territórios especialmente dinâmicos por aí se concentrarem actividades baseadas no conhecimento, ao mesmo tempo que nessas regiões se concentra o desenvolvimento e a inovação nos serviços que contribuem para reforçar a competitividade das empresas e para a qualificação dos recursos humanos; (ii) – desarticulação ao nível do tipo de ligações que existiam entre as várias regiões, potencializando o subdesenvolvimento regional e agravando as dicotomias entre os espaços regionais-motores (aqueles que se destacam pela sua especialização funcional e atracção relativamente a actividades dinâmicas) e os espaços regionais-problema (aqueles que perdem população residente e actividades, com o consequente despovoamento).

mento, e comprometimento do processo de desenvolvimento).

Quer nos aspectos mais favoráveis, quer nos mais comprometedores para as sub-regiões portuguesas, este conjunto de mudanças, que se traduzem em novas realidades territoriais emergentes, acabam por constituir um imperativo mais que evidente para a revisão das condições de administração do território, entre as quais se destaca a legitimidade democrática que se exige do nível transmunicipal. Colocam desafios, em particular, ao papel da administração municipal e, em geral, à governabilidade do território, no que concerne à compatibilização de políticas, fomento de parcerias e criação de instrumentos de planeamento e gestão mais pró-activos.

O progressivo reconhecimento deste contexto problemático compele as autarquias a repensar o sistema de planeamento do território administrado no sentido de adoptar formas de gestão mais activas e pragmáticas, ajustadas ao desenho da realidade local, e que lhes permitam assumir, com maior protagonismo, a liderança da resposta aos desafios que se colocam à sua capacidade competitiva local, no que diz respeito, por exemplo, à captação de investimento.

As condições de produção do território regional que emergem há vinte anos têm confrontado os diversos governos do território com a necessidade de repensar as modalidades com que este é administrado. Surgem novos conceitos no planeamento regional que permitem desenvolver novas articulações e introduzir mecanismos de inovação na relação entre administração pública e gestão do território, bem como configurar novas formas de relação entre a administração pública e a sociedade civil no gover-

no do território. A actuação da Administração tem vindo a evoluir de uma atitude normativa e regulamentadora para um novo modelo mais estratégico e flexível.

As fragilidades dos Planos Directores Municipais como limite à estratégia intermunicipal

Planeia-se e ordena-se com planos sobre planos, o que resulta num conjunto de figuras de gestão do território contraditórias, com jurisdições sobrepostas e dispersas, desarticuladas entre si, incongruentes nos seus propósitos e objectivos. Parece que o poder central persiste em confundir a multiplicação de planos e mais planos com a reforma impreterível das instituições locais do governo do território. Ao invés, devia procurar-se produzir as condições de administração do território decisivas para fazer do Pinhal interior um espaço emergente que integre áreas com potencialidades para protagonizarem transformações positivas na região. Isto tanto no que respeita ao desenvolvimento de funções especializadas e novos usos, como ao aproveitamento dos seus esforços, dos seus recursos naturais e dos valores patrimoniais, que possam constituir-se como mais-valias territoriais.

Os planos, que são a base do planeamento e da gestão do território, quando deveriam passar de forma concreta a estratégias de desenvolvimento credíveis e realistas, caem, frequentemente, no vazio dos seus objectivos, quando dissociados das necessidades e sensibilidades, não só da população, mas também, e sobretudo, dos motores económicos e sociais locais. Lamenta-se, assim, à partida, todo e qualquer investimento público que seja efectuado. A afirmação e consolidação da capacidade competi-

tiva de qualquer região não poderá nunca efectuar-se à custa da concentração de investimentos em municípios já de si saturados. Isso corresponderia a uma estratégia de empobrecimento de outros municípios, remetendo-os para políticas condicionadas ao não aproveitamento de todos os seus recursos endógenos.

Esta crítica torna-se premente no contexto das alterações dos quadros conceptuais e das formas de pensamento que se têm vindo a constituir como sinais distintivos da pós-modernidade, que não só produziram importantes implicações sociais e epistemológicas em geral, como também, em termos da configuração do território e de desenvolvimento regional e local, permitiram pôr em causa os figurinos mais tradicionais inerentes à sua gestão e administração.

A exposição dos aspectos pertinentes da criação da Comunidade Intermunicipal do Pinhal obriga a rever as fragilidades conceptuais inerentes ao processo de planeamento e gestão do território nacional, fortemente centrado na administração municipal, que se registou ao longo dos anos 80 e 90 do século xx. Vamos centrar-nos, em particular, nas debilidades dos Planos Directores Municipais (PDM). Socorrer-nos-emos das análises atentas de Bruno Soares (1998) e de Ana Veneza (1998) para cumprir este último ponto.

A forma-plano é visível, na história do nosso sistema de planeamento, nas práticas e nos papéis dos principais actores, tanto técnicos como políticos, como única forma de regulação dos processos de transformação do território. Demonstrou-se, nos últimos vinte anos de experiência de planeamento e gestão do território, que é insuficiente para a produção de resultados concretos satisfatórios. Como refere Ana Veneza (1998), esta foi a

consequência do privilégio precoce, no nosso país, de um modelo conceptual do plano racional enquadrado num sistema normativo hierárquico de instrumentos formais de planeamento.

Num curto espaço de tempo, o Ordenamento do Território foi marcado em Portugal, país sem tradição de planeamento territorial – sem bases técnicas nem estruturas logísticas de planeamento – por um avanço incrível que se traduz no esforço de cobrir a quase totalidade do território nacional com Planos Directores Municipais (PDM).

Não obstante a audácia, até porque o discurso social e político construído em torno da figura do PDM lhe conferia as qualidades de meio privilegiado e imprescindível para a legitimação e consolidação do poder democrático das autarquias – passo decisivo na libertação da nossa administração do centralismo obsoleto –, o processo não resultou como se pretendia por diversas razões. Primeiro: a maioria dos autarcas revelou um grande alheamento face ao conteúdo dos PDM. Segundo: existia um claro divórcio entre os técnicos que elaboravam o plano e os serviços municipais, até porque, não raras vezes, a elaboração do PDM era entregue a equipas externas aos serviços municipais, o que determinou que aquele fosse concebido no desconhecimento da realidade local e regional e dos próprios objectivos políticos da administração municipal. Como refere José Manuel Viegas (2003: 269 e 270), «na maioria das vezes, a elaboração do plano é entregue a uma equipa técnica escolhida em concurso público, com base na sua experiência e no preço proposto, mas sem que o executivo municipal elabore, como base nesse concurso (como seria desejável), um manifesto com as suas aspirações e as orientações políticas para a evolução da ocu-

pação do território, e ao qual as equipas candidatas responderiam apresentando os traços principais da forma como entendiam poder responder a essas aspirações, em respeito pela orientação política». O distanciamento evidenciado entre a equipa técnica que elaborava o PDM e o projecto concertado pelos serviços municipais para o território de sua competência não possibilitou à autarquia demonstrar uma postura de intervenção activa e inovadora no desenvolvimento local (mesmo que a tivesse na realidade).

O que nos interessa reter é que as fragilidades conceptuais inerentes ao processo de planeamento e gestão do território nacional, que ao longo dos anos 80 e 90 do século xx, ao privilegiar a elaboração dos PDM, acabou por confinar a administração territorial à escala municipal; limitou a possibilidade de concertação de estratégias de desenvolvimento regional a nível supramunicipal. Com a agravante de que as autarquias não ganharam autonomia face a pareceres e decisões externas, permanecendo à margem de uma forte tutela burocrática e administrativa imposta por inúmeras entidades (externas) sobre o município.

A matriz analítica do território que prevalece(u) e domina(ou) remete para a produção de planos que resultam num conjunto de prescrições meramente administrativas, de controlo e tutelas rígidas e que, na sua forma normativa de regulamentação apertada, pecam quer por se circunscreverem a uma análise exclusivamente descritiva do território, sem interesses prospectivos, quer por abordarem de forma rígida e indiferenciada qualquer território. Desta forma, concebido como a única forma de regulação do processo de transformação do território, o PDM demonstra ser claramente insuficiente como instrumento formal de gestão conducente a processos

de desenvolvimento territorial. Mesmo que tenha uma posição singular no quadro dos instrumentos de ordenamento do território entre o nível de planeamento e de decisão dos Órgãos de Administração Central (nos diversos aspectos sectoriais de tutela) e o nível de competências das Autarquias Locais, a realização dos PDM foi marcada, por um lado, e como já se referiu, pelo generalizado desinteresse e falta de envolvimento dos órgãos autárquicos, e, por outro, por uma grande intervenção da Administração Central, não dando espaço para a autonomia autárquica.

O regional como reprodutor de interesses e factor de acumulação de capital

Actualmente, é largamente reconhecido que a figura do território não mais resulta apenas da intervenção única e exclusiva da administração pública, mas de processos complexos protagonizados por múltiplos actores que interagem num mesmo espaço e que produzem transformações frequentemente conflituosas que interessa mediar/regular no sentido de um consenso. Pensa-se que é indispensável dispor de um quadro de referência claro que valorize e defina as margens de manobra das diversas entidades e agentes produtores do espaço regional. Não se deve, porém, esquecer que este espaço, como qualquer outro, é definido, tanto na sua dimensão material como simbólica, como socialmente produzido pelos agentes de gestão do território, com o acréscimo de que nas suas práticas de administração (ou tentativa de), têm acumulados interesses de produção e reprodução social. O espaço regional é assim entendido como produto directo de uma morfologia social hierarquizada e diferenciada, cuja re-

produção se encontra também vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço global.

Revisitar o conceito de espaço socialmente produzido é fundamental na actualidade da discussão da Comunidade Intermunicipal do Pinhal e no âmbito da recente reforma da administração territorial, pois os interesses sociais na sua (re)produção, por parte dos vários intervenientes, só têm uma existência social e política enquanto existência espacial, isto é, projectam-se concretamente no espaço. Em última instância, o que argumentamos é que a forma como o espaço é gerido e administrado pela classe dirigente tem sido, ao longo do tempo, destinado a cumprir funções específicas que variam segundo as necessidades das organizações sociais e dos seus interesses em cada época. Dentro desta perspectiva, o espaço regional é o resultante, inacabado e em transformação, de intervenções reguladas por diferentes sistemas de valores sociais e económicos. Cada sistema determinado que caracteriza um modo de produção social é responsável pelo ordenamento, gestão, apropriação, ou seja, pela produção do espaço regional em determinada época (Rezende, 1982).

No modo de produção capitalista, que configura o actual contexto do Pinhal e dos restantes territórios do nosso país, o regional surge como espaço de reprodução de interesses e, também, factor de acumulação de capital. Por um lado, nele se articulam os mecanismos de ordem económica, jurídica e ideológica que visam manter e reproduzir os mecanismos de poder e a estrutura regional diferenciada e desigualmente desenvolvida. Por outro lado, nele se pode processar a resistência a essa manutenção da reprodução. É efectivamente comprometidos com estes aspectos de leitura do

regional de forma crítica, sem omissão das suas tensões e contradições, da construção social do espaço enquanto produto das relações de poder e dominação, que pretendemos denunciar como o planeamento regional pode ser visto como mecanismo ideológico de justificação e legitimação de interesses determinados, actuando como estratégia de regulação e acomodação de contradições entre territórios dominados e territórios dominantes, ao produzir consensos. É forçoso desconfiar destes consensos produzidos pelas novas formas de gestão do território, pois, não raras vezes, estes tendem a desmobilizar a luta dialéctica entre territórios-grupos-interesses dominantes e territórios-grupos-interesses dominados, em favor dos primeiros.

A produção do espaço regional encontra-se em estreita correspondência com o nível das forças administrativas, assim como com a iniciativa de grupos ou classes capazes de intervir e/ou de conceber objectivos a determinada escala, portadores de ideologias e principalmente de representações espaciais que correspondem a relações de poder e dominação entre diferentes territórios, por forma a manter a reprodução do capital. O planeamento regional reveste-se de uma racionalidade técnico-científica mediante a qual universaliza os interesses particulares dos grupos dominantes, que pretende reproduzir, apresentando-se, dessa forma, como disfarce ideológico de intenções no seio das quais são feitas opções estratégicas que visam um controlo político e económico mais eficaz.

Assim surgem, paralelamente, e no âmbito de um incremento da competitividade entre territórios, as políticas de uma falsa «regionalização», que urge denunciar e desmascarar como mecanismos de legitimação do poder central instituído. Mesmo que

ainda visando a modernização do tecido económico regional, o aumento do emprego, o crescimento económico e a diminuição das assimetrias regionais; a verdade é que, tal como está decretada esta nova reforma do território (pacote legislativo do Governo referente à «descentralização» e «desconcentração» administrativas – Lei 10/2003 e Lei 11/2003), as mesmas políticas não deixam também de funcionar como mecanismo de legitimação do poder central e requerem sempre grande investimento público que, em última análise, é desviado do auxílio aos territórios mais carenciados (dominados), funcionando como subsídio aos mais ricos (dominantes).

Reconhecemos nestas últimas afirmações o seu carácter essencialmente ideológico, mas, acima de tudo, a necessidade de perspectivas alternativas de futuro no que toca à gestão do território local/regional, e fiéis à ideia de resistência política regional à persistência do poder central ou, pelos menos, às tendências de centralização.

O poder central assegura uma forte estabilização do sistema territorial desigual e reforça a sua capacidade de resistência à mudança social, pois a administração do território fomenta a hierarquia espacial através dos processos de planeamento e de políticas de organização e ordenamento do território que existem para servir os interesses do capital e não da maioria social. As políticas de gestão do território traduzem uma maior orientação para os sectores regionais mais propícios a responder aos interesses do mercado empresarial e dos consumidores, em detrimento das regiões que são, já por si, mais desfavorecidas. A selectividade dos investimentos favorável à reprodução do capital implica o abandono, o esquecimento e a menor atenção à interioridade, com particular gravidade para as áreas mais

carenciadas onde se concentram os mais desfavorecidos.

Temos vindo a desvendar a máscara social de compreensão e «bondade institucional» inerentes aos princípios da nova reforma da administração territorial, argumentando como estes promovem uma lógica de controlo social favorável à reprodução do capital e aos territórios dominantes. Estabelecemos que a desigualdade regional é inerente ao modo de produção capitalista do território. A desigualdade produz-se inevitavelmente no processo normal das relações capitalistas entre territórios e não pode ser eliminada sem alterar de modo fundamental os mecanismos do capitalismo. Além disso, forma parte do sistema, o que significa que os territórios detentores do poder têm interesses criados em manter a desigualdade regional, condenando à marginalidade todos os restantes territórios. A mera crítica e o desperdício de esforço político em defender políticas que se ocupam em atenuar as causas e consequências da desigualdade regional esbarram em maiores obstáculos e mais dificilmente superáveis, pois as forças geradoras de formações socioespaciais desiguais na estrutura regional mantêm-se.

Legitimidade supramunicipal e um novo modelo de «governância»

Qualquer sistema de planeamento, por mais rígido e normativo que seja, encontra sempre os seus esquemas de flexibilidade. Os efeitos mais perversos de um sistema demasiadamente áspero e austero derivam desses tais esquemas de flexibilidade, que por não serem claros nem assumidos, escondem benefícios para os mais influentes, ou por outras palavras, para aqueles que têm capacidade de nego-

ciar ou pressionar a administração (Veneza, 1998).

Sob o risco de se perverter a função democrática da administração do território, mais vale, portanto, apostar em formas de gestão do território mais processuais e valorizadoras de um relacionamento mais rico entre administração e cidadãos, estimulando um menor determinismo e uma maior flexibilidade e capacidade negocial no sistema de relações dos diversos produtores do espaço. Esta última condição é fundamental para que a Comunidade Intermunicipal do Pinhal, ao invés de, ao serviço do poder central, fazer funcionar os mecanismos de ordem económica, jurídica e ideológica que visam manter e reproduzir os mecanismos de poder e a estrutura regional diferenciada e desigualmente desenvolvida, possa encabeçar a resistência dos municípios de Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Pedrógão Grande, Sertão, Pampilhosa da Serra, Arganil e Oliveira do Hospital à manutenção da reprodução desta desigualdade.

A urgência no cumprimento deste imperativo de resistência é tão premente quanto mais nítida e clara é a tendência demograficamente regressiva das áreas rurais, que, maioritariamente, compõem estes municípios, à excepção dos municípios de Arganil e de Oliveira do Hospital (Serão estes os territórios-âncora da comunidade intermunicipal que se anuncia?). À excepção destes, as áreas rurais dos restantes concelhos são abandonadas onde já resta pouca população residente para cuidar da paisagem e dos recursos locais. Embora a intensidade da perda e os níveis de envelhecimento populacional não sejam homogéneos neste território composto por vários municípios, a verdade é que estamos perante um rural despovoado e regressivo, ou mesmo muito regressivo. São áreas escassamente povoadas,

pouco densas, regressivas em termos demográficos e com estruturas etárias envelhecidas. A população residente activa não tem expressão nacional, até porque as percentagens de empregados na população residente são muito baixas. Em termos de sectores de actividade económica, nenhuma actividade tem expressão nacional, e ao nível da estrutura de residentes de activos só o sector primário se evidencia. Os processos de inversão poderão estar comprometidos (Sá Marques, 1999).

A uma incapacidade institucional municipal para construir ou aproveitar oportunidades de desenvolvimento regional e local e para desmobilizar os riscos de marginalidade face às redes de lugares mais desenvolvidos, o estreitamento da cooperação entre as várias autarquias, à luz da Comunidade Intermunicipal do Pinhal, pode constituir um instrumento bastante útil no contributo à integração destes lugares e respectivas comunidades nos corredores de desenvolvimento do país. A iminência deste imperativo devia mobilizar a uma escala intermunicipal os esforços dos vários municípios no sentido de resistência à reprodução dos mecanismos de poder inerentes à estrutura regional diferenciada e desigualmente desenvolvida. Tanto mais urgente é quanto agravada se mostra a tendência demográfica e economicamente regressiva das áreas rurais que maioritariamente compõem estes municípios.

É certo e evidente que o «local» não mudará apenas através de leis e decretos, mesmo que necessários. A sua revitalização exige antes a concepção de novos modos de representação, de participação, de confrontação, de gestão, de negociação, adaptados às especificidades das formações socioespaciais dos municípios em causa. A criação de novas instituições sem novas modalidades

democráticas afigura-se, com efeito, insuficiente para lhes conferir a legitimidade e a eficácia necessárias em relação à complexidade dos problemas regionais a combater (Ascher, 1998).

O reconhecimento da importância da Comunidade Intermunicipal do Pinhal passa pelo reconhecimento de que a resolução (ou atenuação) dos problemas mais agudos de exclusão territorial que afectam as áreas rurais despovoadas e regressivas do Pinhal só será possível se se encontrarem novas formas de gestão do território que com mais consistência introduzam o binómio cooperação/democratização na gestão pública (supra)municipal. Trata-se de um salto qualitativo no sistema democrático que, por se reordenar no sentido da transferência de meios e competências para o nível local e por assentar numa gestão local participada e negociada (governância), confrontar-se-á com a resistência dos poderes instituídos.

Tal implica entender o pensamento do desenvolvimento regional e local numa óptica mais pós-moderna, implica reter que a produção do local e do regional de forma sustentada afecta não só uma descentralização de poderes, mas também a construção de uma visão de política e gestão do território que abandone a noção de que a realidade é simples e uniforme, de um planeamento que apenas pretende, numa óptica reducionista e impositiva (*top-down* – «de cima para baixo»), medir, recensear, planificar e modelar. Privilegiando a microescala, estaremos a aproximar-nos de uma noção de realidade local bem mais complexa, diversa e global (holística).

Na gestão local, o planeamento passará a desempenhar funções de suporte à interacção e mediação entre interesses conflituosos apresentados pelos diferentes actores, construindo-se so-

bre os conceitos de flexibilidade e inovação. A inovação democrática será estimulada, pois confere-se primazia à participação, ao dar a palavra às populações locais (*bottom-up* – «de baixo para cima»), fomentando a cooperação de todos na gestão da vida pública, desfazendo estrangulamentos e nós na comunicação. Os diversos actores, produtores do território local, serão envolvidos na procura de soluções alternativas ao desenvolvimento das suas comunidades, no sentido da construção de uma nova realidade territorial (Marques, 2002). A Comunidade Intermunicipal do Pinhal, se dotada de condições administrativas e financeiras que promovam o associativismo municipal, poderia contribuir para a inovação democrática local, por via da mobilização dos cidadãos e participação activa das populações locais na resolução dos problemas que lhes são próximos. Isto por meio do diagnóstico e levantamento das necessidades e problemas concretos afectos à população local e da implementação de estratégias para que a comunidade local lidere os processos de mudança estrutural para tratar de problemas de organização local.

A verdade é que a criação e manutenção da Comunidade Intermunicipal do Pinhal estará sempre associada, pelo menos tal como está decretada na recente reforma do território, a um desajustamento na relação entre as estruturas tradicionais de regulação e governabilidade do território; e a representatividade das comunidades. Tal impede o desenvolvimento de uma lógica mais diferenciada e aberta, quando não conflitual (no bom sentido da criação de tolerância à diferença de opiniões), que produziria consequências positivas para os modelos de desenvolvimento dos territórios em questão. Esta temática foi enquadrada, no seguimento das primeiras páginas deste artigo, como reacção ideológica a um centralismo estatal e às estratégias fatais da globalização.

A resposta a estes desafios sugere uma revisão da abordagem e do entendimento das funções do planeamento e, sobretudo, da pertinência da participação das populações locais neste processo, que devem ser capazes de fazer valer os seus direitos e deveres sobre os territórios que constroem, bem como debater as reestruturações propostas e entender os jogos de poder/dominação que lhes estão subjacentes.

A legitimidade supramunicipal passa também por reconhecer a necessidade de abraçar formas de planeamento mais negociadas e participadas, no sentido de responder às exigências de um novo desenho das competências da instituição intermunicipal. O princípio de participação está implícito no conceito de governância entendido como um processo cujos produtores do território (agentes, instituições, grupos, indivíduos,...) chegam a consenso sobre a concretização de actividades, projectos e investimentos transformadores do território, que agregam um conjunto de vantagens mútuas e que se justificam face aos interesses públicos e colectivos.

Neste contexto, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal poderá funcionar como modalidade de gestão do território próxima daquilo que alguns autores têm designado como conceito de governância (Ascher, 1998, 2003; Viegas, 2003; Portas, Domingues, Cabral, 2003). Este tem sido aplicado para definir formas de governo mais abertas e participadas e relações de cooperação entre o Estado e parceiros/agentes económicos e sociais, o que procura responder a uma série de preocupações institucionais de regulação administrativa já referidas. A estas veio juntar-se, nos últimos anos, um importante espaço de experimentação de processos de decisão sobre programas de conjugação de recursos públicos, privados, entre outras modalidades colaborativas de gestão de serviços.

A inovação a produzir na leitura/análise e intervenção do/no território reside, em grande parte, na aposta feita na participação da sociedade civil como recurso no processo de administração do território, ou seja, na capacidade em ouvir e integrar todos os interesses em presença, identificando tendências e procurando cenários de evolução alternativos.

Apesar do reconhecimento mais ou menos corrente desta premissa, persiste um dos grandes obstáculos a superar: o de que a abertura das estruturas administrativas e de tomada de decisão à participação pública, à cooperação/articulação com agentes económicos e a outras instituições da sociedade civil, não tem, porém, suficiente tradição em Portugal. Torna-se difícil a adequação das instituições e estruturas de representação locais à capacidade de integração do capital cívico da sociedade no processo de administração do território, embaraçando a articulação de políticas de proximidade interconcelhia.

A participação pública no planeamento em Portugal não é, de facto, comum, tanto mais que se tem vindo a debater com muitas dificuldades o envolvimento das populações (afastadas ou não motivadas para um processo a que atribuem pouca ou nenhuma influência) e em assegurar que as transformações do território promovidas pelas intervenções programadas representem decisões tomadas na base dos interesses colectivos. O que muito frequentemente acontece é que o processo de decisão no planeamento obedece à leitura soci(capit)almente válida dos grupos dominantes e dos seus interesses. A definição de metas de desenvolvimento às escalas local e regional, que pressupõe a montagem de um espaço de negociação entre os distintos objectivos de uso do território pelos agentes públicos e privados, vê-se, assim, comprometida.

As experiências e boas práticas que, de forma geral, têm sido responsáveis pela divulgação do conceito de governância, colocam a tónica na necessidade de privilegiar o envolvimento e participação de múltiplos grupos sociais e económicos, bem como de parceiros da sociedade civil, favorecendo a construção de consensos e a compatibilização de interesses (Viegas, 2003), procurando criar ou aproveitar oportunidades «âncora» que desencravem o desenvolvimento dos territórios mais pobres.

Na procura de consensos sobre o que é estruturante e prioritário numa política de gestão do território e de planeamento regional mais subsidiária, o Estado deve comprometer-se a uma redefinição do seu papel, à escala central e local. Isto em função de sistemas de governo e gestão do território mais flexíveis, que permitissem espaço para a participação e negociação entre os produtores do espaço local e regional, numa óptica supramunicipal.

Trata-se, como já se referiu anteriormente, de um salto qualitativo no sistema democrático, que, por se reordenar no sentido da transferência de meios, recursos e competências do nível central para o local, e por assentar numa gestão local participada e negociada (governância), se confrontará com as resistências dos poderes instituídos do centralismo autista, atávico e míope.

Sob o desígnio do conceito de governância, e tendo em conta a persistente insuficiência dos recursos face à extensão das carências dos espaços-problema considerados, a Comunidade Intermunicipal do Pinhal adivinha-se um instrumento não negligenciável na capacidade de concretizar alterações no funcionamento da administração territorial que assegurem uma melhor articulação entre os diferentes níveis, central e local, de forma a mi-

nimizar riscos e gastos desnecessários para efeitos de conservação e valorização de recursos e optimização de investimentos (já de si igualmente escassos). Estes recursos e investimentos serão adequados às novas geografias das dinâmicas de desenvolvimento regional, garantindo certas «âncoras», que permitam, simultaneamente, o engajamento destas localidades nos corredores de desenvolvimento do país, evitando tendências colaterais de segregação.

Melhor dizendo, a questão prioritária que preside à construção da Comunidade Intermunicipal do Pinhal é a da complementaridade que deve nortear a implementação de estratégias políticas, formas de gestão e projectos de carácter transmunicipal, com objectivos de concertação e integração de recursos e exigências, por forma a reduzir incertezas e desperdício de recursos (Alves, 2003). A compatibilização entre níveis de administração e tutelas, aliada a uma visão crítica e territorializada dos problemas afectos à definição de «territórios pertinentes» (que carecem de urgente intervenção no sentido de serem recuperados), revela que a natureza pluriconcelhia dos problemas estruturantes da região não mais permite que estes apenas sejam resolvidos por cada um dos municípios, de forma desarticulada.

Não obstante esta importante conclusão, diagnósticos feitos e experiência no domínio da administração territorial têm demonstrado que o modelo associativo intermunicipal, quando imposto por lei, parece poder considerar-se esgotado. Com efeito, este, quer quando imposto por lei (no caso das Áreas Metropolitanas), quer voluntário (no caso de agrupamentos de concelhos), corresponde ainda a uma visão atomística do mosaico territorial, entendido como mera soma de vontades construídas a partir de interesses unilaterais e relativamente autistas dos concelhos que o compõem. As experiências de associa-

ções e comunidades intermunicipais, carentes da base legislativa de uma verdadeira descentralização, geralmente reduzem-se à formação de uma simples soma de câmaras municipais, mero somatório de «interesses-gaveto» autárquicos, cujo comportamento dinâmico é bastante diferenciado e cuja composição de interesses não é menos heterogénea.

O modelo associativo intermunicipal não resulta positivo, sobretudo se a sua concretização não for acompanhada por adaptações do sistema de poder local, sob o signo da descentralização. No risco de se cumprir nestas condições, este modelo apenas reforçará a concepção de «autarquia» municipal que tem prevalecido por demasiado tempo: uma concepção ilusória que a mantém dependente de subsídios a projectos ou das transferências provenientes do poder central, assegura os municípios e empresas públicas com o encargo das intervenções em matéria como infra-estruturas e equipamentos supramunicipais. Acresce que boa parte das decisões e investimentos estratégicos permanecem competências directas ou tuteladas pela administração central, prevalecendo nos processos de tomada de decisão a negociação directa entre cada Câmara Municipal e cada Direcção-Geral ou Ministério, sem que se estabeleça uma relação entre Câmaras Municipais da mesma sub-região. Assim não se dá a solidariedade intermunicipal (Valente de Oliveira, 1996, 1997).

Considerações Finais

Um modelo associativo intermunicipal não resulta positivo sobretudo se a sua concretização não for acompanhada por adaptações do sistema de poder local, sob o signo de uma verdadeira descentralização,

pois mantém-se a dependência autárquica à mercê do poder central, sendo que este último insiste em concentrar boa parte das decisões no que toca a investimentos estratégicos no território. O sistema, favorecendo implicitamente a concorrência entre municípios e o clientelismo junto dos Ministérios, dificulta a procura de sinergias necessárias à sustentação da solidariedade intermunicipal, não favorecendo interações territoriais de tipo não-vertical (horizontal), segundo relações de complementaridade entre territórios que, integrados em rede, poderiam gerar economias de escala (Domingues, 1999; Alves, 2003). A resposta a este desafio está na adopção rigorosa do critério de subsidiariedade e na legitimação democrática da autonomia do projecto transmunicipal/supramunicipal face ao nível municipal e central. Algo que só se cumprirá, como dissemos, por via de uma verdadeira descentralização. Insistimos no adjectivo «verdadeira», porque se reconhece que a reforma da administração territorial a que actualmente o Governo central chama «descentralização», não o é verdadeiramente.

Torna-se claro, à luz do que foi discutido num artigo publicado no número 29 da *Apogeo* dedicado em exclusivo à nova reforma da administração territorial, que o processo de «descentralização» proposto é uma fraude, visto não se evidenciar na prática uma transferência de competências políticas, apenas de deveres e encargos. O poder central pretende sacudir responsabilidades que lhe são próprias, exportando-as do centro para as margens, embora socorrendo-se do discurso da lógica da participação das bases e da pretensa autonomia autárquica. Acrescente-se a pressão que o financiamento dos projectos supramunicipais exercerá sobre a capacidade de endividamento dos municípios. A ver-

dade é que o endividamento para a construção de novos equipamentos irá recair directamente sobre a capacidade financeira das autarquias, o que reforça a desigualdade regional já existente, uma vez que traduz as diferenças de potencial/peso demográfico dos vários territórios.

Neste quadro, sob o cenário de uma possível integração supramunicipal, a lógica de reestruturação administrativa poderá adivinhar-se duplamente perversa. Primeiro, porque projecta e materializa os interesses da concorrência entre os grandes projectos sobre o território, rompendo ou enfraquecendo os vínculos que deram e dão coesão ao mercado intermunicipal. Acentuam-se as disparidades no ritmo de desenvolvimento das autarquias a uma escala ampliada. Segundo, porque a exacerbação dos conflitos autárquicos que advêm da integração ameaça o mínimo de solidariedade interna necessário para fornecer coerência e unidade a um projecto intermunicipal. No lugar de abrir os ferrolhos, esta nova administração do território pode favorecer a rigidez e o peso da herança das tradicionais assimetrias e desigualdades de desenvolvimento.

Apenas o tempo dirá se a criação da Comunidade Intermunicipal do Pícnhal é o passo decisivo para a concretização de velhas aspirações, de funcionalidades e atractividades promotoras de desenvolvimento local. Ou se, pelo contrário, não terá vindo a provocar, ao invés do que se visava, a burocratização da administração pública, a sobreposição de atribuições e competências, a conflitualidade autárquica, o aumento da despesa pública, acompanhado pelo reforço das assimetrias locais (e regionais) de desenvolvimento, sem a desejável melhoria na qualidade de vida e nos serviços prestados ao cidadão e ao desenvolvimento da região. Isto por

impedimento daquilo que podia ser melhor prosseguido a um nível supra-municipal não o possa ser feito por depender ou de competências municipais ou de recursos financeiros de que os municípios não dispõem, bem como pelo facto das bases legislativas ainda não permitirem uma descolagem significativa da actual base administrativa centrada nos municípios por um lado, e na Administração Central, por outro.

Bibliografia

- ALVES, R. (2003) — *Algumas orientações estratégicas para a organização intermunicipal*; Urbanismo, Ano V, n.º 15: 6-14.
- ASCHER, F. (1998) — *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*. Oeiras in Celta Editora.
- ASCHER, F. (2003) — *Quelques réflexions à propos du rapport*; in PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J. (org.) — *Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 253-259.
- BANDEIRA DE MELLO E SILVA, S. (1994) — «O papel das cidades no processo de crescimento económico: uma reavaliação»; in *Revista Brasileira de Geografia*, 56 (1/4): 239-253.
- CASTELLS, M. (1985) — «Mudança tecnológica, reestruturação económica e a nova divisão espacial do trabalho»; in *Sociedade e Território*, 3: 112-121.
- DOMINGUES, A. (1999) — «Formas e escalas da urbanização difusa: interpretação e intervenção no Noroeste de Portugal»; in *Inforgo*, 14: 43-64.
- FAISSOL, S. *et al.* (1995) — «Sociedade global, cidade global, um mundo só: uma discussão da globalização»; in *Revista Brasileira de Geografia*, 57 (2): 67-100.
- HARVEY, D. (1989) — *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford. Blackwell.
- MARQUES, R. (2002) — «O local enquanto espaço de afirmação cívica: uma condição para o desenvolvimento»; in Barata SALGUEIRO, T. (org.) — *Olhares Sobre o Território e a Espacialidade*. Estudos de Geografia Humana e Regional, n.º 45. Lisboa. Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. pp. 57-72.
- NELLO, O. (1995) — «Políticas urbanas y gobierno metropolitano en el proceso de integración europea»; in *Ciudad y Territorio — Estudios Territoriales*, 106 (3): 783-792.
- PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J. (2003) — *Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- REZENDE, V. (1982) — *Planejamento Urbano e Ideologia*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- SÁ MARQUES, T. (1999) — «Um território em mudança: padrões territoriais, tipologia urbana e dinâmicas»; in *Inforgo*, 14: 21-42.
- SASSEN, S. (1991) — *The Global City*. New York, London, Tokyo. Princeton. Princeton University Press.
- SMITH, N. (1984) — *Uneven Development: Nature, Capital and the Production of Space*. Oxford. Blackwell.
- SOARES, L. (1998) — «Do DL 69/90 a um novo ciclo do ordenamento do território»; in *Sociedade e Território*, 28: 112-118.
- SPÓSITO, M. E. (1998) — «A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana»; in *Revista Território*, Ano III, n.º 4 : 27-37.
- VALENTE DE OLIVEIRA, L. (1996) — *Regionalização*. Porto: Edições Asa.
- VALENTE DE OLIVEIRA, L. (1997) — *Novas Considerações sobre a Regionalização*. Porto: Edições Asa.
- VENEZA, A. (1998) — «A flexibilidade como desafio»; in *Sociedade e Território*, 28: 119-123.
- VIEGAS, J. M. (2003) — *Estratégias urbanísticas e governabilidade*; in PORTAS, N.; DOMINGUES, A.; CABRAL, J. (org.) — *Políticas Urbanas. Tendências, Estratégias e Oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 261-273.
- WATERS, M. (1995) — *Globalization*. Londres. Routledge.

O papel dos *Parchi Letterari* no desenvolvimento dos sistemas locais de oferta turística

Os sistemas turísticos como modelo de organização da oferta turística em base local.

Fabio Pollice

Università degli Studi di Lecce

Rosario De Iulio

Università degli Studi della Tuscia

Caterina Rinaldi

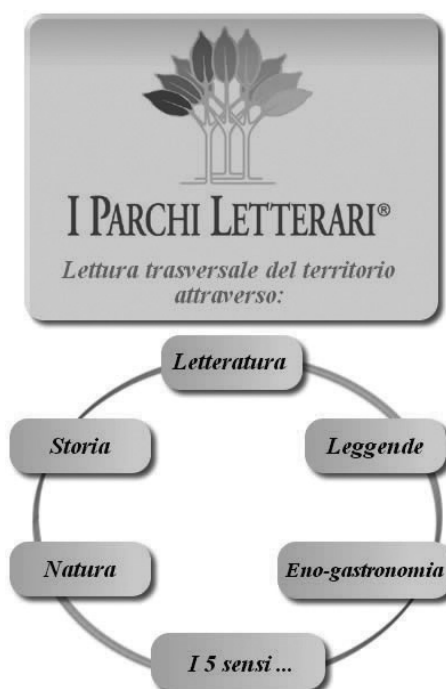
Università degli Studi di Napoli Federico II

Rosario Terracciano

Agenzia del Territorio

As dificuldades competitivas da maioria das localidades turísticas italianas surgem quase sempre das carências de ordem organizativas e, em particular, da incapacidade de promover um modelo de integração do sistema dos elementos da oferta, que supera os limites municipais para ligar-se ao mais extenso contexto territorial. A tudo isto acrescenta-se o comportamento estratégico de tipo semelhante demasiado orientado na reprodução de configurações da oferta, em claro contraste com as especificidades atractivas do lugar e com os princípios do desenvolvimento sustentável. Se tudo isto são os factores que travam o desenvolvimento turístico na escala local, pode atribuir-se um valor estratégico à realização dos sistemas turísticos locais, assim como previsto na nova lei sobre o turismo. (L.135/2001). Esta lei entrega ao governo regional o papel de promoção da instituição dos sistemas turísticos locais entendidos como: contextos únicos homogéneos ou integrados que contêm âmbitos territoriais que fazem parte de outras regiões, que se distinguem pelos bens culturais ambientais e atracções turísticas, produtos típicos da agricultura e do artesanato local, ou pela presença das empresas turísticas individuais ou em associação.

A realização do objectivo da Lei da parte das Regiões foi, todavia, uma desilusão, devido a diversas razões: nem todos os governos regionais fizeram atempadamente a individualização dos sistemas turísticos locais ou quando o fizeram, não compreenderam o potencial inovador da lei. As principais dúvidas pertencem às lógicas da determinação destas identidades territoriais e ao modelo de governança que serve para dirigir. Os limites dos sistemas turísticos locais, na maior parte dos casos, não estão ligados a factores de ofertas territoriais, mas parecem ligadas a velhas divisões administrativas do espaço turístico ou seguem lógicas de ordem política, que em geral não têm coerência territorial. Por vezes – como no caso da região Veneto (Veneza) – a interacção reduz-se na nova denominação das APT (empresa de promoção turística) em sistemas turísticos, sem mudarem as funções ou os parceiros de trabalho. O modelo de representação dos interesses locais no âmbito dos sistemas turísticos parece fraco, e não parece com vontade de gerir com eficácia a complexidade da oferta turística e a função de endereço estratégico atribuída. Esta avaliação fundamenta-se nas formas de relação caracterizadas pela superioridade de um sujeito



público demasiado fragmentado e pela falta de um correcto delineamento estratégico, e na ausência dos instrumentos de planificação que apresentem o pressuposto fundamental de uma qualquer acção de governo do território. Também no caso da região Marche, a primeira região que tem delimitado estes territórios partilhados, não se prevê a obrigação da elaboração de um plano de desenvolvimento para beneficiar das contribuições estatais e os financiamentos destinados pertencem às acções de promoção turística. Esta é uma anomalia revelada, a interpretação mais conhecida do sistema turístico parece coincidir com um organismo territorial que tem funções de promoção turística, muito semelhantes aos APT, órgãos

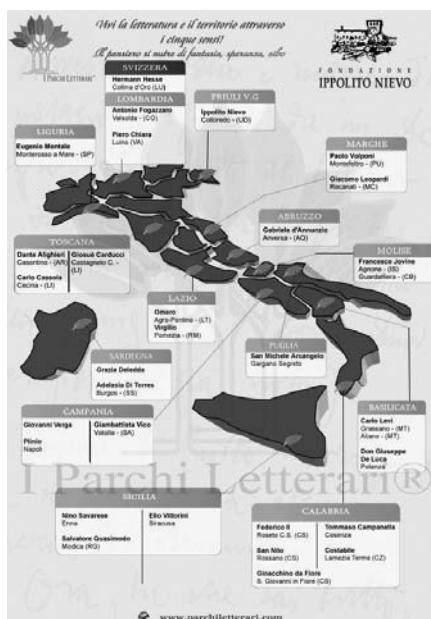
regionais que fazem acções de planeamento e coordenação de endereço programático.

A impressão é que ainda uma vez mais a inovação que a nova lei trouxe, resultado de uma reflexão científica que revelou a importância de mudar a organização e de passar para uma política territorial de desenvolvimento turístico, não foi aplicada, e onde foi aplicada foi mal interpretada, reduzindo o seu potencial.

As razões são diversificadas: são de ordem política como, a tendência do governo das Regiões de não deixar as escolhas estratégicas em relação à gestão de factores económicos e territoriais, são de ordem cultural, como a resistência para mudar os órgãos institucionais ou a falta de uma cultura de colaboração público-público e público-privado no sector turístico. E, todavia, não se pode ficar alheio, como frequentemente acontece. Uma parte da responsabilidade reside mesmo na formulação da lei, quer porque a lei tem falta de prescrições, quer porque alguns aspectos são demasiado genéricos, por vezes contraditórios, sobre a natureza e o papel institucional dos sistemas locais. Um exemplo representativo pode ser o critério de delimitação desta entidade territorial, que faz referência aos princípios alitrados, mas sempre com objectivos de homogeneidade territorial e integração sistémica, e oferecem em alternativa a possibilidade de uma delimitação que parte da uma distribuição da oferta receptiva, um critério que interpreta a dimensão local como uma categoria do espaço ou como uma experimentação lexical. Pelo contrário, é a dimensão local e sistémica que traz um valor inovador ao modelo de organização turística proposto na Lei 135/2001 e é sobre estes aspectos que é apropriado aprofundar para colher as oportunidades que poderiam deduzir de um mais eficaz enquadramento institucional dos sistemas turísticos locais.

A dimensão local do sistema turístico

Como já foi sublinhado no resumo, o referimento local responde em primeiro lugar ao objectivo de ligar o território às políticas turísticas devido à exigência de coincidir o momento político com a dimensão territorial do turismo. A actividade não é só o produto da infra-estrutura turística do espaço, mas é também, e sobretudo, o resultado último da especificidade territorial do lugar e do papel que o turismo tem como agente de desenvolvimento territorial. O local, pois, pode ser identificado no âmbito do espaço ou melhor caracterizado por uma forte especificidade territorial respeitante ao mais amplo contexto geográfico, de que é só uma parte.



«Local», pois, não como uma alusão genérica a uma escala geográfica predefinida, ou em contraposição ao «global», mas, ou melhor, como sentido histórico na integração entre uma comunidade e o seu espaço vivido; um lugar que tem uma identidade territorial e uma consequência atractiva. Quando se concorda com esta interpretação, os sistemas turísticos vão assumir uma característica residual,

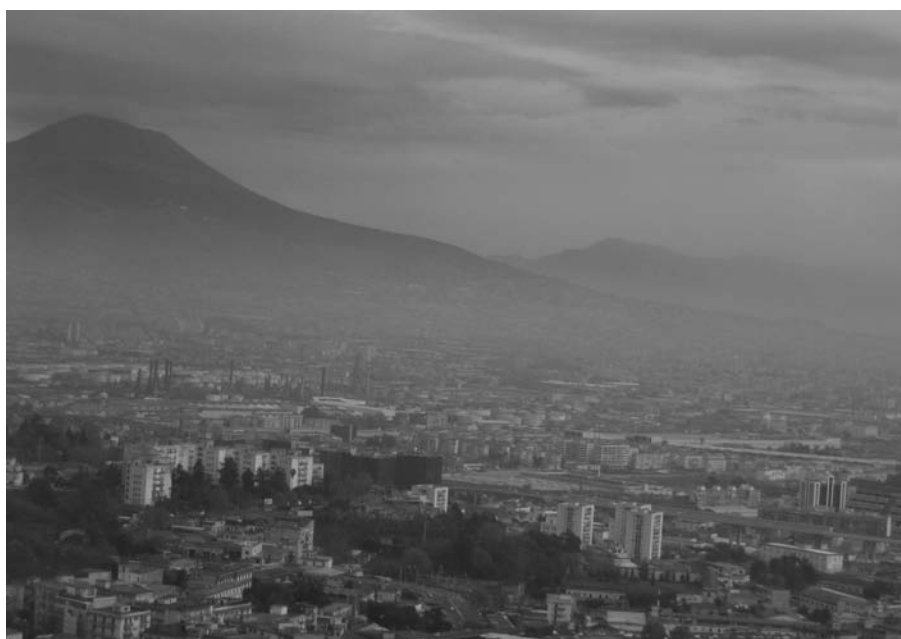
poucos espaços turísticos, e, apesar de uma conexão sistémica, podem apresentar uma tal característica identitária. Na realidade, é melhor ler a referência local como um objectivo estratégico: favorecer uma acção de integração turística em áreas que tenham vontade de se exprimir, também só em termos de perspectiva, uma própria característica atractiva, que tem uma estratégia competitiva no potencial endógeno e na activação de todos os actores locais.

A dimensão sistémica do turismo local

A oferta turística torna-se uma realidade sistémica quando produz relações estáveis de reciprocidade entre os diversos factores que a formam. Em teoria, trata-se de uma característica que deriva da natureza própria do fenómeno turístico. A integração sistémica é consequência das relações de reciprocidade que ligam em termos atractivos os factores de oferta e da mesma função turística que de maneira directa, ou através da acção dos circuitos de intermediação, estimula o desenvolvimento de relações sinérgicas entre os operadores turísticos. Tudo isto apesar da forte presença em Itália de realidades turísticas que apresentam um baixo nível de integração sistémica, ou melhor, este fenómeno é um dos principais factores de fraqueza do turismo italiano e contribui de maneira significativa para reduzir o potencial atractivo. A falta de integrações pode ser atribuído a uma dificuldade de ordem cultural, mas é também consequência, sobretudo em âmbito local, da ausência de um modelo de coordenação que promove as relações sinérgicas entre os operadores turísticos num quadro estratégico, claro e coerente. Por isso, a lei 135/2001 entrega aos sistemas turísticos locais o papel de: «sustentar actividades e processos de agregação e

de integração entre as empresas turísticas ...» predispor planos de desenvolvimento que são instrumentos de endereço estratégico dos quais se lamentava a ausência. O «sistema» pode ser, em consequência, interpretado como uma configuração projectiva que o espaço turístico, a instituição de um apropriado organismo de coordenação e de endereço estratégico, deve poder assumir e envolver. O objectivo último é inserir «em rede» os operadores turísticos e todos os sujeitos locais que, de várias maneiras, determinam a atractividade do lugar e a competitividade actual e potencial do sistema da oferta. Mas a dimensão sistémica do turismo local pode ser interpretada como um objectivo projectual através da realização de um eficaz mecanismo de coordenação estratégico, tornando-se prioritário individualizar um modelo de governação que faz perseguir este objectivo e que se faz na continuidade e na coerência a base do projecto de desenvolvimento local. A fim dos sistemas turísticos locais, assim como aconteceu com outras configurações territoriais, e que não são só um conceito teórico ou que possam reduzir-se a um simples critério de regionalização da intervenção pública, motivado pela exigência de uma gestão mais eficaz dos recursos financeiros, é preciso ter como objectivo institucional a criação de um mecanismo de convergência dos interesses locais finalizados na gestão integrada e participativa destas entidades territoriais.

A delimitação destas realidades não pode ser pré-ordenada na pesquisa de um modelo de governação que permita aumentar as perspectivas de desenvolvimento, reforçando as relações sinérgicas e interactivas entre os actores locais. Um perigo contrário é apresentado na institucionalização, ou melhor, na criação de um novo nível de governo do território para dirigir a gestão destas identidades territoriais.



De facto, para as considerações feitas na especificidade das economias destas áreas, onde se decidiu pela criação de um organismo institucional, este organismo deve ter as funções de programação económica, de planeamento territorial em relação à exigência de criar ou consolidar as bases territoriais do desenvolvimento competitivo do sistema produtivo local. Esta opção não parece perceptível por razões de ordem política e institucional, em relação ao duplo poder territorial e à própria coordenação também de ordem estratégica: uma estrutura similar, de facto, pode parar os processos de tomada de decisões e pode tornar mais expostas as pressões de especificadas tipologias de *stakeholders*. É melhor referir-se a um modelo de relação público-privado, que em Itália têm sido já experimentado na programação do desenvolvimento local. Apesar destas dificuldades, a aplicação da Lei 135/2001 é limitada na dificuldade de individualizar um modelo de governance que pode garantir a presença de todos os interesses locais e que pode promover o desenvolvimento competitivo da oferta turística e do território na sua complexidade.

Apesar destas dificuldades, nós pensamos que os sistemas locais de oferta turística apresentam uma experiência única para projectar novas formas de colaboração público-privado no sector turístico e sustentar uma política de intervenção.

Os *Parchi Letterari* desde o início ao desenvolvimento recente

Os *Parchi Letterari* representam um dos maiores exemplos de fusão entre as exigências de preservar o património cultural e a pesquisa de novas formas de rendibilidade, através da promoção de um turismo de qualidade, a realização de actividades didáctico-culturais e a valorização da realidade local. O seu desenvolvimento em Itália foi de tal ordem que os *Parchi Letterari* são hoje uma realidade de grande importância não só cultural mas também económica, ao ponto de este modelo ser exportado para outros países da Europa.

Os *Parchi Letterari* nasceram de uma ideia da Fundação Ippolito Nievo, ideia que foi concretizada na pro-

posta, por obra de organismos locais, de itinerários traçados através do território que têm visto a presença física ou interpretativa dos artistas ou letrados.

A expressão «Parco Letterario» indica, de facto, uma área na qual são definidos e realizados itinerários culturais através de lugares celebrados por grandes autores e poetas, para que os visitantes possam reviver as mesmas experiências e emoções.

A página literária tece uma rede de todos os recursos territoriais e faz funções de um fio condutor ao longo de percursos virtuais que se materializam em cruzamentos do território, numa troca de espaços do espírito e da realidade físico-ambiental.¹ Desta maneira, a referência literária é entendida como um código de leitura dos recursos locais e portadora de um valor

adicional para o inteiro sistema territorial. Através desta fórmula, a obra literária junta-se ao território, à comunidade local, à paisagem, aos recursos de maneira tão forte que o aspecto literário resulta inseparável daquele espaço e torna-se veículo de desenvolvimento social e económico. Partindo do pressuposto que será desejável transformar o potencial cultural numa máquina de desenvolvimento e progresso local, sobra a proposta da Fundação Ippolito Nievo, a União Europeia tem aprovado na segunda metade dos anos noventa uma Subvenção Global para financiar os *Parchi Letterari*², com o objectivo de dar vida a uma série de iniciativas integradas, orientadas na promoção simultânea dos centros históricos, o mundo rural, as produções locais, o património cultural, e a realização de itinerários que se configuram como pólos de atracção turístico-cultural. O produto ofere-

cido quer ser único no seu género, qualificado e reconhecível e apresentar-se na forma de um «pacote» diversificado e modular: seriam propostas visitas com guias ao longo dos vários itinerários temáticos; iniciativas culturais e didácticas, animações teatrais e literárias; serviços de informações e novas formas de hospedagem para turistas³. Da simples defesa do património cultural passa-se à recuperação das diversas actividades humanas, que recebem assim um novo impulso e são valorizadas através de uma original modalidade de utilização turística, que caracteriza a forte relação entre o território e a comunidade residente. A falta de uma delimitação precisa é uma característica fundamental dos *Parchi Letterari*, que deriva da vontade de realizar um modelo dinâmico de valorização do território; um modelo que vai superar a rigidez, para ser modulado e novamente modulado cada vez, em função de uma parte da imagem literária que se vai propor e de outra parte dos interesses dos visitantes. Esta modalidade de desfrutar dos lugares é bem explicada em *Viaggi Sentimentali*, onde se constrói o Parco Letterario: na forma de teatro itinerante no interior dos museus, nos monumentos arqueológicos, prédios históricos, reservas naturais, as viagens permitem ao público participar num evento que resuma as acções históricas e do romance, testemunhos documentados, anedotas e explicações típicas de uma visita com guia, conjuntamente com arte, literatura, história e etnografia local. O visitante é chamado a assumir um papel activo na participação numa actividade cultural que estimula a curiosidade e a fantasia, no interior de um palco cénico tão diverso das tradicionais estruturas arquitectónicas ou dos museus.



¹ Na literatura sobre este argumento, usa-se frequentemente a definição «espaço físico e mental» (Marziano, 1998; Nievo, 1990; Valvassori, 2000).

² A acção de projecto no custo total de 29 Mecu tem tido um período de aplicação compreendido desde 1998 até 2001 e tem precedido de uma parte o financiamento dos Parchi nas 7 regiões de Objectivo 1, e de outra parte através da participação da lei n.º 236/96 sobre a difusão das empresas de jovens destinadas ao desenvolvimento de «business» turístico-cultural.

³ Este fim encontrou a confirmação na escolha dos organismos intermediários para a realização da Subvenção Global: a acção dos 3 sujeitos propostos – Fundação Ippolito Nievo, Empresas de Jovens, Touring Clube, move-se ao longo do eixo cultura- empresa-turismo, com competências próprias de cada organismo.

Ele pode, assim, trocar emoções com o espaço que seria só perceptível e agora torna-se vivido

Os *Parchi Letterari* propõem-se como apoio inovador para a difusão do conhecimento da história, das tradições, dos produtos típicos e do vivido do lugar, mediante a realização de iniciativas com vontade de criar uma relação sinérgica entre os visitantes e o território e de fornecer uma nova maneira de entender a complexidade da cultura das comunidades locais. Desta maneira os lugares da «educação» são quer para turistas⁴ quer para a comunidade local. Os primeiros podem adquirir todos os instrumentos para o conhecimento do território, uma leitura muito próxima da identidade dos lugares. A comunidade local pode tirar das actividades do Parco *inputs* para um desenvolvimento local. Para a comunidade local, o Parco determina a consolidação do sentido de pertença da comunidade local, a própria cultura e a própria identidade. Propor a literatura como um factor de desenvolvimento de um território quer dizer «apostar sobre o crescimento do nível cultural de um povo, sobre a sensibilidade emocional» (Cocuzza, Roncarati, 2003 pág. 589); um resultado que pode ser transferido na oferta turística para os visitantes e tornar o fulcro da acção mesma, contribuindo para a criação de um produto «único» no seu género. Tudo isto, como diz Rifkin, na competição turística ente lugares, pode ser feito só de «territórios não-substituíveis, mas cheios de história e tradição» (Rifkin, 2000).

Em Itália, o modelo de Parco Letterario tem tido muito êxito; nas regiões



de Objectivo 1 – áreas da Convenção Global – foram apresentados 238 projectos⁵, mas só 17 foram aprovados. Todavia, o êxito do projecto levou outras regiões a elaborar novos projectos com financiamentos alternativos, e assim, hoje, os *Parchi Letterari* são mais ou menos 30, sendo ainda hoje projectados novos Parchi. Não há uma tipologia de Parco Letterario, alguns são organizados pela Câmara Municipal, outros na dimensão distrital, outros na provincial ou regional, ou também sem continuidade física. Além disso, todos os Parchi têm superado o mesmo item de realização, de maneira que os resultados são diferentes, quer em termos de *performance* directa quer de recaídas no território. Mais do que o valor literário do autor-protagonista e das suas relações com o território, o que faz a diferença são os factores de ordem económica e social; de acordo com os recursos financeiros usados, das empresas e estruturas envolvidas, se a realização do projecto foi adiantada ou atrasada. Por vezes, o Parco foi a opção de um novo ordenamento do território, lugares que, uma vez recuperados e que

fazem parte de um circuito, têm hoje um novo papel e um novo valor. Todavia, as experiências demonstram que um itinerário que se baseia sobre os percursos culturais não tem muito êxito no mercado turístico, tudo isso porque fica ligado a eventos ocasionais. Por isso, o Parco Letterario configura-se como opção de desenvolvimento só se fizer parte de um projecto mais amplo de valorização do território, onde os percursos culturais são integrados com outros em via de elaboração. Se tudo isto não acontece, a oferta turística local arrisca-se a envolver duas distintas configurações: a primeira caracterizada por uma forte especialização atractiva que reduz o valor económico e da ocupação, a segunda, pelo contrário, muito diversificada e fundida com critérios semelhantes aos modelos de natureza exógena, tem como consequência a redução da autenticidade do lugar. A sensibilização e a comparticipação das comunidades locais, quer na fase empresarial quer na fase da gestão, é um momento de muita importância para a realização do objectivo de desenvolvimento sustentável, fundido sobre a recuperação dos elementos de

⁴ Da análise das experiências destes últimos anos, o mercado de referência é muito amplo: pessoas em idade escolar e pessoas apaixonadas por arte, cultura e natureza.

⁵ A Basilicata apresentou 19 projectos; a Calabria, 37; a Campania, 52; o Molise, 6; a Puglia, 25; a Sardenia, 18; a Sicilia, 79.

identidade e não sobre propostas estandarizadas que levam o território para processos de especulação.

A eficaz atracção do Parco Letterario depende da possibilidade de inserir esta actividade no mais amplo projecto turístico de referência. Entre o Parco e o território turístico não há uma relação de dependência mas de reciprocidade; de facto, de um lado o Parco pode beneficiar do desenvolvimento dos outros factores da oferta do espaço turístico; por outro lado o sistema turístico pode, por sua vez, requerer a presença desta iniciativa, que se vai realizar sem dúvida com vontade de aumentar o potencial atractivo do lugar.

As interacções entre o espaço turístico e o território na sua complexidade

Destas considerações emergem de maneira muito clara a relação sinérgica e complexa entre o Parco Letterario e o desenvolvimento do sistema turístico. O Parco, de facto, não determina só um aumento do potencial atractivo do território, mas também activa um melhoramento da oferta turística que tem o seu centro no próprio património de identidade. Estas experiências apresentam muita variabilidade quer na tipologia quer nas relações sinérgicas entre os elementos constitutivos. Este fenómeno é reconduzível à heterogeneidade dos *Parchi Letterari* e dos sistemas turísticos, mas pode ser generalizado a factores de ordem estratégica, como: a coerência territorial dos intervenientes da valorização literária ou na capacidade dos actores locais. Muitas destas acções encontram muitas dificuldades e não foram recompensadas de actuar o próprio potencial atractivo. A capacidade de chegar a nível de atracção depende da configuração do espaço



do Parco Letterario, a melhor coincidência da sua dimensão geográfica e aquela do sistema turístico local. Noutros termos, quando a extensão do Parco é contida totalmente no sistema turístico local, as relações são mais fortes. Uma confirmação é a publicidade do Parco Letterario e as próprias actividades que são coincidentes com aquele sistema turístico. Na determinação dos efeitos económicos e territoriais na instituição dum Parco Letterario, há também factores ligados a configuração espacial turística e atractiva do contexto local, e em particular os seus aspectos específicos: as motivações do fluxo turístico e o nível da oferta turística do sistema local. O potencial atractivo do Parco não deve ser medido só no fluxo turístico ligado a pessoas que querem visitar o Parco, mas deve ser medido no potencial atractivo do sistema turístico que tem vontade de satisfazer. Na deriva que para aumentar o potencial atractivo do Parco é preciso orientar a projecção turística na realidade, nas efectivas condições do mercado. Neste quadro, o Parco pode contribuir para melhorar a atracção do sistema territorial e aumentar a oferta turística.

Diferentes considerações são aquelas ligadas a um Parco Letterario avançado e ao sistema turístico de oferta. Também da aplicação da teoria do ciclo de vida de um produto, as localidades turísticas aparecem como um exagero, mas não se pode relevar que o processo da evolução das localidades turísticas é muito semelhante ao modelo proposto de Vernon nos anos sessenta. Cada fase da evolução do modelo de Vernon apresenta problemas profundamente diferentes e exige soluções estratégicas. Os *Parchi Letterari* representam uma opção estratégica transversal, o melhor que se pode adaptar em cada fase da evolução.

Na fase inicial, o Parco Letterario deve ser interpretado como uma opção de promoção do território e da sua especificidade atractiva. Na fase de desenvolvimento, o Parco pode ser utilizado como uma estratégia de integração dos factores da oferta como mais-valia na competição das localidades turísticas. Na fase avançada, quando a procura começa a diminuir, o Parco Letterario tem uma função de diversificação da oferta atractiva que tem como fim atrair novos fluxos turísticos. Na fase de saturação, o Parco Letterario configura-

FOCUS: Parco Letterario Plinio

O Parco Letterario foi dedicado ao naturalista romano Gaio Plínio Cecílio Secondo, conhecido como Plínio, *o Jovem* (61 d. C. – 113 d.c.) o primeiro a descrever a erupção do vulcão Vesúvio, de 79 d. C., que destruiu Ercolano, Pompeia e Stabia:

Não posso dar uma descrição mais rigorosa da sua forma se não comparar aquela de uma árvore de pinheiro; de facto ele elevava-se como um enorme tronco, que na parte mais alta havia formações semelhantes ao ramos. Parecia que alguns pontos eram mais claros e outros mais escuros, segundo da presença de terra ou de cinza... (Plínio, *o Jovem*, *Epistolae*).

O Vesúvio apresenta um dos mais conhecidos símbolos da paisagem italiana, e o Parco Letterario Plínio apresenta a ocação de uma visita ao vulcão através de lembranças e anotações dos autores italianos e estrangeiros que o descreveram nas próprias obras, como, por exemplo, Johann Wolfgang Goethe, Giacomo Leopardi, William Hamilton e Emily Dickinson.

Ao longo da linha da costa, entre o mar e o Vesúvio 1700 foram construídas desde magníficas residências aristocráticas (il Miglio d'Oro = a Milha de Ouro), projectadas pelos melhores arquitectos do tempo (Vanvitelli, Fuga, etc.) que apresentam hoje um exemplo da arte e da arquitectura do fausto e do luxo daquela época.

-se como uma estratégia de consolidação do património atractivo, e, sobretudo, uma «maquilhagem» do produto. A realização de *Parchi Letterari* que foram realizados em contextos territoriais muito diferentes tem interessado sistemas turísticos diferentes na própria evolução.

Das motivações que levam à construção de um Parco Letterario ou de iniciativas ligadas, uma mais frequente, é sem dúvida a diversificação da oferta atractiva. Esta motivação apresenta-se com mais intensidade nos *Parchi* que ficam em lugares onde há muito turismo. A exigência de diversificar a capacidade atractiva surge da necessidade de atrair novos fluxos de turistas, que deriva da saturação da oferta turística do território ou de valorizações de ordem estratégica como a rendibilidade dos *target* turísticos (avaliação económica) ou da compatibilidade ambiental (avaliação ecológica). A experiência diz que os *Parchi Letterari* só podem chegar a um nível significativo de diversificação atractiva do sistema local se todos os elemen-

tos do espaço turístico estiverem relacionados. De maneira diferente são as considerações relativas à integração da oferta turística. O objectivo não é só atrair novos turistas, mas é também o de melhorar o nível de satisfação da oferta. Trata-se de um objectivo que surge em relação ao aumento da importância dos factores de ordem cultural na oferta turística. A eficácia dos *Parchi Letterari* é maior quer pelo interesse cultural dos turistas, quer pela capacidade de desenvolver uma actividade de grande atracção. A mesma eficácia pode ser dada pelos *Parchi Letterari* na leitura da paisagem cultural do seu lugar. De facto, eles são chaves de leitura para interpretar a complexidade do território. A possibilidade que o Parco Letterario tenha nesta função depende da obra literária ou da inspiração do seu autor.

O Parco Letterario pode aumentar a atracção de alguns recursos territoriais e com vontade de distribuir o fluxo turístico no espaço, e desta maneira são propostos novos itinerários diferentes daqueles que já existiam. Estas consequências são espaciais, mas há também consequências climáticas, ligadas à estação turística. O prolongamento da estação turística dos fluxos é um objectivo prioritário dos sistemas turísticos locais. Os *Parchi Letterari* propõem-se como uma alternativa ao território de endereço cultural e que não tem nenhuma relação com atracção que podem ter o valor de duração de uma só estação. Em consequência, a realização de um Parco Letterario apresenta-se como uma iniciativa capaz de prolongar a estação com resultados positivos no âmbito da economia e da ocupação.

Mas os efeitos significativos da instituição de um Parco Letterario não são só em termos económicos, pois não se deve esquecer o aumento da identidade local por parte dos seus habitantes.



Conclusão

Destas considerações emerge de uma maneira muito clara a importância potencial de iniciativas como a que os *Parchi Letterari* podem ter no desenvolvimento dos sistemas turísticos locais. Uma importância que não tem só um valor económico, mas com vontade de determinar, no nível territorial, efeitos para o desenvolvimento de um turismo sustentável, que tem respeito pelos recursos ambientais e culturais. Promover um turismo sustentável significa propor um modelo alternativo de território, que evita as tentações de homogeneização e pode oferecer ao visitante um território completo na sua integridade, como expressão de uma profunda relação entre o território e a comunidade residente. O Parco pode propor-se como critério de integração da oferta atractiva dos sistemas turísticos locais e ao mesmo tempo como apoio para uma estratégia de desenvolvimento sustentável, porque favorece uma melhor distribuição do fluxo turístico e propõe uma utilização conceptual dos recursos ambientais. Uma última consideração está ligada ao aspecto social dos *Parchi Letterari*. Estes não são uma simples leitura e interpretação do território, mas são também um instrumento de valorização do território e desempenham um papel educativo na comunidade local, que leva à descoberta dos próprios valores identitários. A promoção do turismo sustentável passa por aqui: a tutela do território e da paisagem, constantemente em perigo, por um desenvolvimento turístico anárquico, mas que deve chegar às formas de colaboração activa da comunidade local que conhece muito bem os seus valores identitários.

Bibliografia

ADMIROU, R., *Imaginaire du tourisme culturel*, PUF, Parigi, 2000.

CARACI, I. L., *Dall'esperienza del viaggio al sapere geografico*, in *Geotema*, 1997, pp. 3-12.

DELBAERE, R., «Développements récents des itinéraires textiles du Conseil de l'Europe, ou le tourisme dans la voie de la mémoire ouvrière», in *Méditerranée: revue géographique des pays méditerranéens*, vol. 84, marzo 1996, pp. 37-38.

DI BLASI, Alessandro, «Beni culturali e turismo: la proposta dell'oasi culturale», in *Bollettino Società Geografica Italiana*, IV, fasc. 1, gennaio – marzo 1999.

GALVANI, Adriana, «I circuiti turistici», in *Ambiente Società Territorio*, anno I, n.º 3, 2001.

GAZERRO, M. L. (a cura di), *Itinerari multimediali nel paesaggio italiano*, Dipartimento di geografia dell'Università di Padova, 2000.

QUAINI, M., «Attraversare il paesaggio: un percorso metaforico nella pianificazione territoriale», in *Il senso del paesaggio*, Seminario Internazionale, Torino, 7-8 maggio 1998, Politecnico di Torino, 1998, pp. 185-198.

ROMBAI, Leonardo, «I parchi culturali: tessuti o percorsi?», in *Rivista Geografica Italiana*, n.º 105, 1998, pp. 37-65.

TURRI, E., *Il Paesaggio come Teatro. Dal territorio vissuto al territorio rappresentato*, Marsilio, Venezia, 1998.

AA.VV., *I parchi letterari: percorsi tra storia, cultura e natura*, in *SLM: sopra il livello del mare*, anno 2000, fasc. 0, pp. 52-53.

AA.VV., *Parchi e giardini storici, parchi letterari: conoscenza, tutela e valorizzazione*: atti del III Convegno *Paesaggi e giardini del Mediterraneo*,

Pompei 4-5-6 giugno 1993, Soprintendenza archeologica, Pompei, 1993.

AMMINISTRAZIONE COMUNALE DI ALIANO, *Gruppo di Azione Locale Le Macin*, Progetto esecutivo per il *Parco Letterario Carlo Levi* in Aliano.

ANGOLANI, P., *I parchi letterari: nuova forma di organizzazione dello spazio e incentivi allo sviluppo*, in *Bollettino Società Geografica Italiana*, 2000, pp. 537-539.

CAMPONOGARA, Desy, *Il turismo rurale nel leader II; il caso del Veneto tra Livenza e Tagliamento: tema di diploma*, relatore: Isabella Scaramuzzi, Università degli Studi di Venezia Ca' Foscari, Scuola diretta a fini speciali per operatori economici dei servizi turistici, a.a. 1996-1997.

CAZZATO, Vincenzo (a cura di), *Ville, parchi e giardini*: per un atlante del patrimonio vincolato, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, Roma 1992.

DAI PRA, Elena, «I parchi letterari come educazione al patrimonio culturale, naturale e paesaggistico», in *Studi Urbinati*, 1999, pp. 95-106.

DAI PRA, Elena, «Il parco letterario in una prospettiva geografica», in *Bollettino della Società Geografica Italiana*, série XII, vol. VII, fasc. 1, gennaio – marzo 2002.

DE ROCCO, Paolo, «Die Landschaft Nieves und Pasolini», in *Topos: European landscape magazine*, n.º 8, settembre 1994, pp. 16-23.

DE ROCCO, Paolo, «Ricomposizione di paesaggi della memoria nei luoghi di Pasolini e di Nieve», in *Paesaggio urbano: dossier di cultura e progetto della città*, Maggioli, Rimini, anno 4, n.º 4-5 luglio-ottobre 1995, pp. 72-78.

FONDAZIONE IPPOLITO NIEVO, *Manuale di gestione dei Parchi Letterari*.

GHIBELLINI, Pietro (a cura di), *Per un parco letterario: Franciacorta e Sebino*, Grafo, Brescia, 1998.

Guida ai parchi letterari nel Mezzogiorno: ambiente, culture e tradizioni sulle tracce dei grandi scrittori, TCI, Milano, 2000.

JODICE, Mimmo, *Old Calabria: i luoghi del Grand Tour*, Motta Milano, 2000.

LUGARESÌ, Giovanni, «I luoghi dove sono nati i capolavori del Novecento», in *Il Gazzettino*, 07/06/2001.

MARZIANO, Giuseppe, *Parco letterario e spazio...mentale*, in *Giro di vite*, n.° 47, Settembre 1998.

MONIER, Enrico, «Il progetto Parchi Letterari giudicato dalla stampa», in *La rivista del turismo*, anno 2000, vol. 2, fasc. 1, pp. 16-17.

NIEVO, Stanislao, «Più spazi ai parchi letterari», in *Il Gazzettino*, 26/02/1995.

NIEVO, Stanislao, *I parchi letterari del Novecento*, Ricciardi & Associati, Roma, 2000.

NIEVO, Stanislao, *I parchi letterari*, Edizioni Abete, Roma, 1990.

NIEVO, Stanislao, *Parchi letterari dell'Ottocento*, Marsilio, Venezia, 1998.

PERES, Armando, *Imprenditorialità giovanile e turismo culturale nel Mezzogiorno*, intervento nell'ambito della Borsa del turismo archeologico di Paestum – novembre 1998.

PERSI, Peris, DAI PRÀ Elena, *L'aiuola che ci fa...: una geografia per*

i parchi letterari, Università degli Studi di Urbino, Istituto Interfacoltà di Geografia, Urbino, 2001.

RIZZONI, Gianni (a cura di), *I parchi letterari: Dante Alighieri*, in *Agenda Letteraria Dante Alighieri 2003*, Libri Scheiwiller, Milano, 2002.

SALLIER DE LA TOUR, Gherardo (a cura di), *Il parco*, in *Parco Letterario Giordano Bruno. Territorio e memoria*, Altrastampa Edizioni, Napoli, 2001.

TINO Vittorio, *Il parco letterario di Brancati (De Roberto e Verga)*, s.l., s.n., dopo il 1999.

VAVASSORI, Massimiliano, *Il progetto Parchi Letterari: ? terza via per il turismo*, in *La rivista del turismo*, anno 2001, vol. 3, fasc. 3, pp. 27-42.

VAVASSORI, Massimiliano, «Parchi letterari: fare impresa con la cultura», in *La rivista del turismo*, anno 2000, vol. 2, fasc. 1, pp. 4-15.

FONDAZIONE IPPOLITO NIEVO, *I Parchi Letterari®. Metodologia di istituzione, costruzione e attuazione*, documento disponibile on line sul sito www.parchiletterari.it.

RAO S., 2001, «Rivalorizzazione dei centri storici minori e parchi letterari», in RUGGIERO V., SCORFANI L. (a cura di), *Centri storici minori e risorse culturali per lo sviluppo sostenibile del Mezzogiorno*, Cuem, Catania.

SCAFFIDI ABBATE C., RAO S., BOCA S., 2000, *In viaggio tra le parole: i parchi letterari e il turismo colto*, Atti del Convegno *Risorse umane e sviluppo turistico*, Catania – Piazza Armerina.

I PARCHI LETTERARI, Ediz. Abete, Roma, vols. I e II.

MANCINI G., 2003, «Parchi Letterari. Sulle orme di Dante», in *Emporion* (rivista di geopolitica on line), n.° 30, 27 agosto 2003.

DAI PRÀ E., 2002, *Il parco letterario in una prospettive geografica*, in *Bollettino della Società Geografica Italiana*, vol. VII, pp. 51-70.

TCI, 2000, *Guida ai parchi letterari nel Mezzogiorno: ambiente, culture e tradizioni sulle tracce dei grandi scrittori*, TCI, Milano.

TCI, 1999, 2000: *i parchi letterari italiani nel Mezzogiorno*, TCI, Milano.

FAVA U., 1994, *La valutazione dell'impatto socio-economico nei parchi*, in *Parchi*, n° 11, febbraio.

RIFKIN J., 2000, *L'era dell'accesso. La rivoluzione della new economy*, Arnoldo Mondadori Editore, Milano.

COCOZZA F., RONCARATI P., 2003, «I 'Parchi letterari'. Particolari 'luoghi della memoria' alla ricerca di tutela e valorizzazione?», in *Le Istituzioni del Federalismo*, n.° 3-4, pp. 583-611.

I parchi letterari, in BECHERI E. (a cura di), 2000, IX rapporto sul turismo italiano, Mercury.

La logica degli itinerari culturali ed il concetto di rete, in BECHERI E. (a cura di), 2002, XI rapporto sul turismo italiano, Mercury.

HERBERT D. T., 1997, *Heritage, Tourism and Society*, Routledge, London.

IMBRIANI M. T., 1997, «Dai 'parchi letterari' al recupero del patrimonio culturale», in *Basilicata Regione Notizie*, n.° 3-4.

ARANGIO RUIZ M.G., 1997, «Parchi letterari: da utopia a realtà», in *Economia della cultura*, n.° 1.

Acerca do conceito de uso do solo e mudança de uso do solo¹

Pedro Cortesão Casimiro

Departamento de Geografia e Planeamento Regional

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Avenida de Berna, 26 C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)

Tel. +351 217957305 Fax: +351 217977759 e-mail: pjcc.casimiro@sapo.pt

<http://www.fcsh.unl.pt/docentes/pcasimiro/index.htm>

«It is the theory that decides what we can observe.»

Albert Einstein

1. Conceptualização

Os estudos sobre o uso do solo e a sua evolução nem sempre empregam definições similares de vários termos, sobretudo tendo em conta a terminologia anglo-saxónica: *land use* e *land cover*. As descrições e definições destes termos variam em função da sua aplicação e contexto de utilização, como tal é essencial clarificar os conceitos e a nomenclatura a seguir em cada abordagem. Assim, partindo precisamente da terminologia anglo-saxónica, ambos os conceitos têm em comum a referência a «*land*» (terra), que pode ser definida de várias formas:

Segundo a FAO (1996), «*land*» é simplesmente «uma área da superfície da Terra». Mas existe uma definição mais completa [FAO (1995, p. 6)], também utilizada pela Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação (UN-CCD):

«[*Land*] é uma área delineável da superfície da Terra, englobando todos os atributos da biosfera imediatamente acima ou abaixo dessa superfície, incluindo os do clima perto da superfí-

cie, o solo e formas de terreno, a hidrologia da superfície (incluindo lagos pouco fundos, rios e pântanos), os estratos sedimentares perto da superfície e as reservas aquíferas associadas, as populações de plantas e animais, os padrões de ocupação humana e resultados físicos da actividade humana presente e passada (estruturas de armazenamento e drenagem de água, estradas, edifícios, etc.).»

Segundo WOLMAN, M. G. (1987, p. 646) o termo *land* «...é usado num sentido integrante [...] para referir um vasto conjunto de atributos dos recursos naturais num perfil, desde a atmosfera acima da superfície até alguns metros sob a superfície da “terra”. Os principais atributos dos recursos naturais são o clima, as formas de relevo, solo, vegetação, fauna e água.»

Segundo HOOVER, E. M.; GIARRATANI, F. (1984, p. 131), *land* «...primeiro e antes de mais, denota espaço. [...] As suas qualidades incluem, além disso, atributos topográficos, estruturais, agrícolas e propriedades minerais de um local; o clima; a disponibilidade de ar puro e água e finalmente um conjunto de características ambientais

imediatas, tais como a privacidade, aparência estética, etc.».

Sendo *land* definida desta forma, a designação «uso do solo», em português (ou «*occupation du sol*», em francês), acaba por parecer um pouco mais restrita, embora a referência a solo possa ter várias abordagens. Visto que a designação «uso do solo» é a mais utilizada, sendo absolutamente aceite como conceito similar a «*land use*», quais são então os aspectos em que solo e terra («*land*») se aproximam e/ou distanciam? Segundo LEMONNIER, P. (1986), existem dois aspectos essenciais ligados à questão do solo:

Solo-Morfogénese – «O solo, entendido como a camada superficial do globo terrestre, é um sistema dinâmico, sede de fenómenos físico-químicos e biológicos estreitamente interligados. Meio vivo, um solo evolui, sofre modificações lentas mas contínuas, devido a dois processos complementares. Por um lado, a rocha mãe, a partir da qual ele se formou, sofre transformações físicas e químicas sob acção dos agentes climáticos e dos organismos vivos; a sua desagregação física e a sua alteração conduzem à formação de partículas de pequena

¹ Este texto é um fragmento, adaptado, do módulo de conceptualização de: «Uso do Solo, Teledetecção e Ecologia da Paisagem – Ensaio Metodológico, Concelho de Mértola», Tese de Doutoramento, FCSH – UNL, Lisboa, 2002, 572 páginas, disponível online no site do autor.

dimensão e à simplificação da composição química dos elementos mineiros. O outro processo de evolução do complexo edáfico é o fornecimento regular de elementos orgânicos, que voltam ao solo quando se efectua a decomposição da matéria viva, animal ou vegetal» [LEMONNIER, P. (1986, p. 59)].

Assim, o solo é, por excelência, o suporte de actividades produtivas. As suas qualidades e defeitos, as vantagens ou dificuldades que oferece aos utilizadores, constituem uma «...limitação cuja resolução é parte integrante das condições de reprodução das sociedades. Estas devem ocupar-se não só da distribuição dos homens sobre o solo, como da sua exploração» [LEMONNIER, P. (1986, p. 59)].

Num contexto geomorfológico, o solo vai ser a interface entre dois tipos de factores: os endógenos, ligados à litologia, estrutura, «interiores», e os exógenos; o clima, as modalidades de meteorização-transporte que permitem, condicionadas pelo coberto vegetal consequente. O mosaico morfoclimático do globo, ao reproduzir sistemas morfogenéticos distintos, tem no solo o elemento que consubstancia esse equilíbrio de forças – litosfera-atmosfera. A libertação inicial de partículas mobilizáveis pela meteorização é «[...] o acto inicial comum da pedogénese e da morfogénese [...]» [TRICART, J. (1978, p. 25)].

Solo-Terra – A palavra «terra» tem muitos sentidos. Segundo RAISON, J. P. (1986, p. 117), «[...] solo que se pisa, espaço das actividades rurais, o país em que se vive, o elemento sólido em relação aos oceanos, ou mais globalmente o nosso planeta. O lado racionalizado dos sentidos que a palavra apresenta sob o aspecto do vivido, do passional ou do carnal seriam: solo, terreno, região ou país, continente, globo terrestre. Terra é a antítese de

espaço, que é uma entidade sem vida (por analogia ao espaço cósmico) [...] espaço é aquilo que se sobrevoa e não sobre o qual se caminha, o que se domina e não o que se trabalha [...] Enquanto Paisagem se refere a visões diversas de uma mesma realidade, em terra há uma enorme variedade de escalas e, no fundo, de realidade».

Esta noção de solo como terra introduz outra dimensão, a da percepção pessoal ou dos grupos humanos, a ligação mais ou menos mística, mais ou menos emocional, que o homem tem à terra. No Génesis, o homem é moldado por Deus a partir da argila, em Hebreu, homem é «Adam», terra é «adama» [MATHER, A. S. (1986, p.2)]. Mas a terra está ancestralmente ligada à fertilidade – a terra-mãe que se fertiliza – estando o calendário profundamente enraizado no ciclo anual das colheitas, embora tal paganismo tenha sido progressivamente absorvido pelos ritos católicos, não deixando de corresponder as principais datas do calendário litúrgico a datas ligadas à terra, ao sol e, consequentemente, às colheitas.

«A terra é elemento de submissão, da participação na vida cósmica e, como teatro, matéria de um esforço específico de transformação [...] mas não há acto fecundo na terra sem o acordo divino» [RAISON, J. P. (1986, p. 119)]. Mas esta perspectiva de terra está, também, ligada ao vivido, embora «[...] definida [a terra] em princípio no espaço e no tempo; inseparável do trabalho, apenas faz sentido graças àquilo que, na ordem do sagrado, dá um sentido a este, e que, ainda mais intimamente, liga no espírito humano terra e fertilidade, terra é inseparável de vida [...]» [RAISON, J. P. (1986, p. 118)]. É o sentido da terra que se trabalha, que é portadora de vida, mas que se deve fertilizar, amansar, cuidar.

Desta forma, o sentido da palavra «solo» no conceito «uso do solo» deve ser entendido como uma conjugação destes dois aspectos: solo – morfogénese; e solo – terra. A vegetação é em parte causa e produto do próprio solo, o solo é um sistema charneira, mas a utilização humana do solo implica a noção de solo – terra, conforme descrito antes. Parece, portanto, válido que «land» seja compreendida como «terra» e que uso do solo seja um conceito compatível com «land use», embora não nos sentidos mais abrangentes do conceito «land», mas sim como uma conjugação das duas abordagens possíveis ao conceito solo.

Em termos conceptuais, «land cover» e «land use» não são sinónimos, embora possa pontualmente haver alguma sobreposição, portanto é também essencial compreender as diferenças entre os dois conceitos. Quais são então as definições?

Land cover

Segundo TURNER, B. L.; SKOLE, D.; SANDERSON, S.; FISCHER, G.; FRESCO, L.; LEEMANS, R. (1995, p. 20) «[...] “land cover” é o estado biofísico da superfície da Terra e subsuperfície imediata». Ou seja, «[...] “land cover” descreve o estado físico da superfície de terra (*land*) como terra de cultivo, montanhas ou florestas» (MOSER, S. C [1996, p. 247]). A isto, MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. (1994, p. 5) acrescentam: «[...] que engloba, por exemplo, a quantidade e tipo de vegetação da superfície, água e solo». Mas MOSER, S. C (1996, p. 247) faz a seguinte observação: «[...] Originalmente o termo referia-se ao tipo de vegetação que cobria a superfície da terra [*land surface*], mas foi alargado subsequentemente para incluir estruturas humanas, tais como edifícios ou pavimentos, bem como outros aspectos do ambiente físico, tais como solos, biodiversidade ou água subterrânea.»

Existem várias definições de «*land cover*», que pasamos a citar:

- Segundo a FAO (1997) *land cover* é o coberto (bio)físico observado da superfície da terra. Quando se considera *land cover* num sentido puro e estrito, ele deve ser confinado à descrição da vegetação e estruturas feitas pelo Homem. Consequentemente, as áreas onde a superfície consiste em afloramentos rochosos ou solo a nu descrevem mais a própria terra do que o *land cover*. Também é questionável que os planos de água sejam considerados como *land cover*, mas na prática a comunidade científica descreve todos estes aspectos sob o termo de *land cover*;

- Segundo o ITC ², *land cover* é «[...] a vegetação (natural ou plantada) ou construções humanas (edifícios, estradas, etc.) que ocorrem na superfície da Terra. Água, gelo, rocha, areia e superfícies similares também contam como *land cover*;»

- Segundo o Projecto LUCC-IGBP-IHDP ³ (Plano de Implementação LUCC), *land cover* refere-se «[...] às características físicas da superfície da Terra, capturadas na distribuição de vegetação, água, deserto, gelo e outras características, incluindo as criadas pelas actividades humanas, tais como minas, aglomerados, etc.»;

- Segundo o manual do CORINE, *land cover* corresponde «[...] à descrição biofísica da superfície da terra. É aquilo que se sobrepõe ou cobre o solo. Esta descrição permite a distinção de várias categorias biofísicas, basicamente: áreas de vegetação (árvores, mato, campos, prados), solo a nu, superfícies duras (rochas, edifícios) e áreas húmidas ou «corpos» de água (rios, ribeiras, pântanos, sapais)».

Sinteticamente, *land cover* pode ser equiparado ao conceito de coberto, elementos – objectos físicos que existem na superfície. No entanto, em português, a designação mais corrente é coberto vegetal, o que põe um problema: os casos em que este não existe (há solo, rocha ou construções humanas) e aqueles em que existe água. Não obstante o uso do conceito, é corrente e absolutamente aceite, embora paradigmaticamente «coberto» fosse menos restrito do que «coberto vegetal».

Qual é então a diferença fundamental entre *land cover* e *land use*? Segundo TURNER, B. L.; SKOLE, D.; SANDERSON, S.; FISCHER, G.; FRESCO, L.; LEEMANS, R. (1995, p. 20), «[...] *land use* envolve tanto a forma como os atributos biofísicos que são manipulados, bem como a intenção subjacente a essa manipulação – o objectivo para o qual a terra [solo] é utilizado». Também MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. (1994, p. 20) referem que «[...] *land use* é a forma pela qual e o objectivo para o qual os seres humanos utilizam a terra (*land*) e os seus recursos [...] *land use* denota o uso humano da terra».

SKOLE, D. L. (1994, p. 438) expande este conceito, afirmando que «[...] *land use* por si é a utilização humana de um tipo de coberto (*land cover*), os meios pelos quais a actividade humana se apropria dos resultados da produção primária, conforme determinado por um complexo de factores socioeconómicos». Em termos de definições:

Land use

Segundo a FAO (1996), [...] *land use* é caracterizado pelos arranjos, actividades e *inputs* que as pessoas levam a cabo num certo coberto (*land*

cover) para produzir, para o modificar ou para o manter. Esta definição de *land use* estabelece uma ligação directa entre coberto (*land cover*) e as acções das pessoas no seu ambiente»;

- Segundo o ITC, «[...] *land use* é a série de operações na terra, levadas a cabo por humanos, com a intenção de obter produtos e/ou benefícios através da utilização dos recursos dessa terra»;

- Segundo o Projecto LUCC-IGBP-IHDP (Plano de Implementação LUCC), «[...] *Land use* é a utilização e estratégia de gestão dum coberto (*land cover*) por agentes humanos ou gestores da terra»;

- Segundo o manual do CORINE, «[...] *land use* corresponde à descrição socioeconómica de áreas (dimensão funcional): áreas usadas para fins residenciais, industriais ou comerciais, para a agricultura ou floresta, para recreação ou conservação, etc.».

Existe, desta forma, uma grande diferença entre uso do solo (assumindo que o conceito é semelhante a *land use*, conforme debatido anteriormente) e coberto. Segundo MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. (1994, p. 5), «Coberto (*land cover*) significa a categorização física, química ou biológica da superfície terrestre, por exemplo, pradaria, floresta ou betão, enquanto uso do solo (*land use*) se refere aos objectivos humanos que estão associados a esse coberto, por exemplo, criar gado, recreação, ou vivência urbana [...] Um uso do solo pode corresponder a um só coberto: por exemplo, pastoreio em pastos naturais. [...]

Por outro lado, uma única classe de cobertos pode possuir vários usos (floresta usada para uma combinação

² <http://www.itc.nl> — International Institute for Geo-Information Science and Earth Observation

³ Land Use and Land Cover Change — International Geosphere-Biosphere Programme - International Human Dimensions Programme on Global Environmental Change

de exploração florestal, agricultura de queimada, caça e recollecção, recolha de lenha, recreação, conservação de vida selvagem e protecção do solo) e um único sistema de uso pode envolver a manutenção de vários cobertos distintos (como em alguns sistemas agrícolas, que combinam terrenos cultivados, floresta, pastagens melhoradas e aglomerados). A mudança de uso do solo pode gerar mudança do coberto, mas o coberto pode mudar mesmo que o uso do solo se mantenha.»

Existem de facto ligações entre coberto e uso do solo, mas como referido em EEA (1994, *CORINE land cover Technical Guide*), «[...] as situações são por vezes complicadas e a ligação não é tão evidente. Ao contrário do coberto, o uso do solo é difícil de «observar». [...] As distinções entre coberto e uso do solo e a sua definição têm impacto no desenvolvimento de sistemas de classificação, recolha de dados e sistemas de informação em geral». De acordo com o ITC, «[...] os dados da Teledetecção, por exemplo, fotografias aéreas ou imagens de satélite, podem ser correlacionadas com o coberto e utilizados para o cartografar. O uso do solo, por seu turno, pode ser relacionado com o coberto existente, de forma a cartografar o uso do solo com o coberto como passo intermédio».

Tendo já assumido a utilização e a definição do conteúdo dos conceitos coberto e uso do solo, pode-se transpor os problemas de indefinição, confusão e sobreposição destes conceitos para cobertos e usos potencialmente presentes no Baixo Alentejo Interior. Começando pelo exemplo do mato enquanto coberto, os seus usos podem ser múltiplos: nenhum uso humano específico, coutada (área de importância para a caça), pastagem para gado, utilização para apicultura ou protecção para efeitos de conser-

vação da Natureza. Como tal, dificilmente é aceitável considerar mato como um uso do solo, pois pode não ter nenhum ou ter vários.

Outro caso diz respeito ao coberto herbáceo. Pode ser um campo abandonado (sem uso) ou um pousio (com um uso no contexto da rotação cereal – pousio), mas sendo um pousio pode constituir uma pastagem ou não. Ou seja, nesse caso, o próprio uso primário (pousio) pode ter pelo menos dois usos: estritamente pousio de terras agrícolas e/ou pastagem em terrenos em situação de pousio. Compreende-se que é delicado classificar qualquer coberto herbáceo como pousio, pois pode não o ser e pode, além disso, ter dois usos distintos, em simultâneo ou não.

Outro exemplo do mesmo tipo é representado pelo solo a nu: tanto pode ser um terreno lavrado (uso agrícola), um terreno cuja vegetação foi removida para reflorestação (uso florestal), uma área de expansão urbana (uso urbano) ou uma área muito degradada onde o coberto herbáceo não se consegue desenvolver (sem uso aparente). Também neste caso, atribuir um uso ao solo a nu é difícil e relativo.

Em termos da indefinição oposta, um uso possuir vários cobertos possíveis, a situação ainda se complica mais. No caso das actividades agrícolas, nesta área elas podem comportar: cultura de cereais de sequeiro, criação de gado (pastagens naturais, melhoradas ou cultivadas), apicultura em áreas de mato, exploração do montado (lenha, criação de gado, cereais), olivais, charcas para o gado, etc. Logo, existe um tipo de uso que recorre a uma série de cobertos distintos, o que amplifica e torna mais complexo o estabelecimento de relações directas entre cobertos e usos.

Assim, ao longo do artigo optar-se-á pela designação mista «coberto – uso», na medida em que dessa forma se evita o estabelecimento de relações entre os cobertos e os seus usos, sempre difícil, não obrigatoriamente directa e, sobretudo, dificilmente observável através do tratamento e classificação de imagens de satélite ou fotografias aéreas, onde são observáveis objectos e cobertos com características físicas determinadas e determináveis.

Em alguns casos, o uso dos cobertos pode ser perspectivado, mas nunca com um grau de certeza absoluta. Se, ao invés, se utilizasse estritamente o conceito de uso, em alguns casos não seria absolutamente claro identificar os cobertos respectivos. Por último, como a designação «coberto vegetal» é mais utilizada do que somente «coberto», passará a referir-se «coberto vegetal – uso do solo».

Mas existem ainda alguns aspectos ligados ao uso do solo que convém abordar e sistematizar. O «utilizador» do solo tem um objectivo primordial: maximizar a «utilidade». Esta utilidade é, segundo MATHER, A. S. (1986, p. 33): «A propriedade em qualquer objecto, através da qual há tendência a produzir benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade [...] para a parte cujo interesse é considerado.» No contexto de uso do solo, aparece assim um conceito mais vasto de solo, como recurso passível de um uso, cujo objectivo é maximizar a (sua) utilidade.

Neste contexto, segundo MATHER, A. S. (1986, p. 2), o solo tem dois sentidos: «é, por um lado, uma forma de propriedade que pode ser transaccionada, embora simultaneamente seja muito mais do que uma propriedade privada, sendo a sua possessão mais do que uma questão determinada pelo mercado; noutro sentido, o solo é

uma forma de propriedade comum, tanto no sentido de passagem através das gerações, como por extensão, no sentido mais vasto de que a comunidade tem interesse nele. É deste contraste de perspectivas que advêm muitos dos conflitos entre o interesse privado e o interesse público».

Segundo MATHER, A. S. (1986, p. 6) a terra (*land*) possui um certo número de aspectos e atributos: a sua natureza física e biológica e a sua produtividade em termos ecológicos, como espaço vital para instalação de «coisas» e como paisagem. Estes aspectos não são mutuamente exclusivos: o uso do solo como ecossistema está localizado no espaço e tem dimensões físicas concretas; o uso do solo como espaço e como ecossistema tem consequências definidas no uso do solo como paisagem. Consequentemente, o uso pode proceder segundo três critérios, que interagem e não são, assim, compartimentados.

Uso do solo como ecossistema

O Homem vai procurar manipular os processos ecológicos, de forma a maximizar o potencial ecológico e os fluxos de energia, orientando-os para plantas ou animais percebidos como valiosos ou úteis para si (comida, roupa, lenha, etc.). A intervenção dá-se a nível de uma gestão do ecossistema, removendo os componentes considerados como pontos de fuga de energia inúteis, e promovendo ou apoiando os componentes positivos. Ao fazer isto, quase invariavelmente procede a uma simplificação do ecossistema.

No ecossistema natural há um ciclo, quase fechado, de nutrientes e produtos bioquímicos. No manipulado não há o retorno total, a produção é retirada do sistema, a produtividade

primária bruta diminui muito. Nesse sentido, a única forma possível de reequilibrar o sistema, é recorrer a *inputs* artificiais, como os fertilizantes. Com as mudanças tecnológicas na agricultura, vai-se reavaliando quais são as áreas que podem ser rendivelmente usadas como ecossistema, no fundo «os recursos só existem graças às técnicas que permitem explorá-los» [BLANC-PAMERD, C. ; RAISON, J. P. (1986, p. 138)].

Uso do solo como espaço

Este uso faz, sobretudo, apelo ao conceito de extensão, enquanto o uso como ecossistema implica uma noção de fluxo, as colheitas são tiradas da mesma área ano após ano, existem uma série de *inputs* e *outputs* no e do sistema, canais de circulação e trocas dentro dele. No conceito de uso do solo como espaço entram as noções de dimensão, finito e limitado e, desta forma, pode haver consumo material do solo. Este tipo de uso é requerido para a instalação de edifícios, estradas, barragens (cujas albufeiras vão ocupar enormes quantidades de solo como espaço), ou para explorações mineiras, embora neste caso se maximizem recursos subjacentes ao solo.

Uso do solo como paisagem

Este uso implica valores estéticos, utilização não-material e o conceito de paisagem enquanto recurso ambiental. As preocupações paisagísticas, embora não tão recentes quanto isso, devem-se na sua intensidade actual à crescente consciencialização do estado de degradação do meio, da interdependência Homem-meio, e são resultado do consumo excessivo de solo como espaço para implantação de actividades não-naturais. O uso do solo

como ecossistema tem *a priori* duas consequências: largas áreas ficam sujeitas a usos agrícolas, de valor paisagístico mais ou menos significativo, mas que são claramente artificiais na medida em que se contrapõem a um sistema natural; além disso representam também consumo de solo como espaço.

No pólo oposto, a crescente preocupação com questões ambientais, ligadas à noção do solo como património comum dum país, enquanto sustento de espécies vegetais e animais que urge proteger, tem tido como consequência a tentativa de classificação de vastas áreas de vegetação seminatural. Na sequência do uso do solo como paisagem, para efeito de protecção e conservação, foram criados no País Parques Naturais, Áreas de Paisagem Protegida, identificados vários Biótopos Corine e Áreas da Rede Natura 2000.

2. Mecanismos de mudança

Existem dois tipos essenciais de mudança do coberto: conversão e modificação. Segundo SKOLE, D. L. (1994, p. 438), «Conversão do coberto (*land cover*) envolve uma mudança de um tipo para outro. Modificação do coberto envolve alterações da estrutura ou funcionamento sem uma mudança global de um tipo para outro; pode envolver mudanças na produtividade, biomassa ou fenologia». «As mudanças de coberto são resultado de processos naturais, como as variações climáticas, erupções, mudanças nos leitos dos rios, alterações do nível do mar, etc.» [BRIAS-SOULIS, H. (2000, p. 9)]. Mas a maioria das modificações de coberto, no presente e passado recente, resultam da actividade humana.

MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. (1996, p. 238) sugerem que «O uso do

solo (tanto deliberadamente como inadvertidamente) altera o coberto de três formas: convertendo o coberto ou mudando-o para um estado qualitativamente diferente; modificando-o, ou alterando quantitativamente a sua condição sem uma conversão total; e mantendo-o na sua condição, contra os agentes naturais de mudança.» Também as mudanças de uso do solo podem envolver conversão de um tipo para outro (mudanças na mistura e padrão de usos numa área), ou modificação de um certo tipo de uso (que pode envolver mudanças na densidade desse uso ou alterações nas suas características). Em termos de uso do solo agrícola, JONES, A.; CLARK, J. (1997, pp. 26-27) referem uma tipologia qualitativa de mudanças de uso: intensificação, extensificação, marginalização e abandono.

Existem dois grandes conjuntos de agentes de mudança, os biofísicos e os socioeconómicos. «Os biofísicos incluem características e processos do ambiente natural: variações do tempo e clima, formas de relevo, topografia e processos geomorfológicos. Os socioeconómicos compreendem factores e processos demográficos, sociais, económicos, políticos e institucionais, como a população e mudanças na população, estrutura industrial e sua mudança, tecnologia e mudanças tecnológicas, a família, o mercado, vários corpos do sector público, suas políticas e regras, valores, organização e normas da comunidade e regime de propriedade [...] É importante notar que os agentes biofísicos não causam mudanças de uso do solo directamente. Causam, sobretudo, mudanças no coberto que, por seu turno, podem influenciar as decisões de uso do solo dos proprietários – gestores.» [BRIASSOULIS, H. (2000, p. 10)].

Representando esquematicamente a forma pela qual as necessidades e desejos humanos se traduzem à escala global em mudanças de coberto e uso

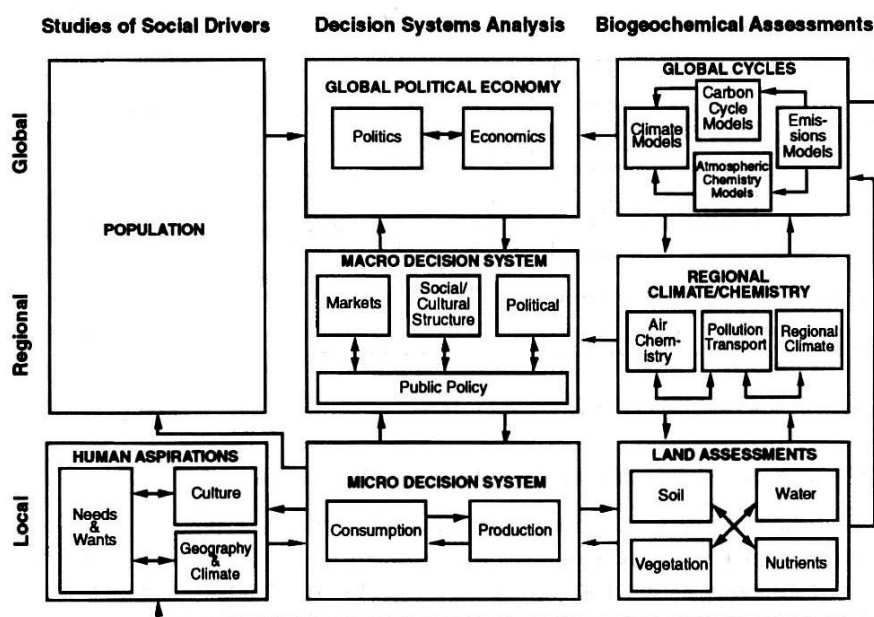


Figura 1 – Diagrama dos mecanismos de controlo e sua interacção, que comandam as mudanças de coberto – uso do solo (Rayner, S. et al (1994, p. 15)).

do solo (figura 1), pode-se observar que existem três grandes conjuntos de mecanismos que se devem conhecer: sociais, sistemas de decisão e aspectos biogeoquímicos, que actuam e interagem a três escalas distintas: global, regional e local. Passando a analisar módulo a módulo, do local para o global e da esquerda para a direita:

- Módulo das aspirações humanas – As necessidades e desejos são modificados pela geografia e cultura da área, podendo-se agrupar em seis categorias básicas: alimentação, abrigo, prestígio, segurança, recreação e satisfação espiritual;
- Módulo da população – Inclui a dimensão, distribuição, composição e fluxos da população, sendo estes factores vitais para compreender os impactos sociais e ambientais cumulativos das decisões efectuadas a uma micro-escala;
- Módulo de microdecisão – É neste módulo que são efectuadas as decisões mais básicas, que directa ou indirectamente afectam as mudanças de coberto – uso do solo. O submódulo de

consumo inclui aspectos ligados aos objectivos e valores, rendimento e tecnologia; o submódulo de produção inclui capital, mão-de-obra, matéria-prima. Numa agricultura de subsistência, as unidades de consumo e produção são basicamente as mesmas, numa sociedade desenvolvida as unidades podem estar em diferentes continentes;

- Módulo de macrodecisão – Nível seguinte, a nível local e regional, em que a tomada de decisões molda a mudança de coberto – uso. Este módulo descreve duas funções básicas: a coordenação de acções das unidades de tomada de decisão a um nível mais baixo e a comunicação com outras unidades de tomada de decisão à mesma escala através de mecanismos de coordenação à escala global. Cada um dos quatro submódulos diz respeito a um plano, no qual as interacções humanas produzem decisões a um nível macro: mercados (plano económico), instituições políticas (plano político), estruturas e instituições sociais e culturais (plano social) e política pública (o resultado da interacção entre os outros planos). Essencialmente, cada um representa um mecanismo social diferente

para agregar as aspirações dos agentes locais, incluídos no módulo de micro-decisão (figura 1);

- Módulo da política económica global – Raramente existem impactos directos, esse impacto é mediado pelas acções da tomada de decisão subglobal, a nível nacional, regional ou local. Este módulo está dividido em dois submódulos: sistema político global e economia global, que estão intrinsecamente ligados, porque os padrões de autoridade internacional moldam as decisões económicas, sobretudo as decisões que dizem respeito a transferências internacionais de bens e produtos. O submódulo do sistema político diz respeito às actividades dos países soberanos, as suas relações formais através de tratados e o padrão cambiante das suas alianças informais, bem como a estrutura e funcionamento das organizações internacionais e supranacionais (ONU). O submódulo do sistema económico diz respeito aos fluxos de bens, produtos, serviços e capitais a nível global, particularmente no contexto de acordos económicos e de comércio, tais como o GATT (General Agreement on Trade and Tariffs), à luz da importância crescente de associações regionais de livre comércio (UE – União Europeia; NAFTA – North American Free Trade Association);

- Módulo da avaliação da terra – Campos do conhecimento necessários para determinar a disponibilidade e adequação da terra para usos alternativos, a sua produtividade, a sustentabilidade desses usos e o seu impacto noutros recursos ambientais. Existem quatro submódulos: solo, água, nutrientes e vegetação, que estão interligados por interacções *in situ*, mas também pela importação e exportação de bens e serviços;

- Módulo de clima regional e química atmosférica – Resulta da circulação geral da atmosfera e da química e

transporte de poluentes atmosféricos que emanam ou têm impacto sobre o uso que é feito da terra;

- Módulo dos ciclos globais – Vários submódulos – emissões, ciclo do carbono, química atmosférica e clima – que permitem compreender a mudança climática, seus impactos e o impacto das mudanças de coberto – uso no clima global (*global change*).

Os aspectos principais que resultam deste diagrama são vários; por um lado, a acção humana está no centro, as tomadas de decisão operam hierarquicamente a vários níveis; por outro lado, as mudanças de coberto – uso são causadas por uma complexa e intrincada rede de motivos, mecanismos e agentes, mas essas mudanças modificam local, regional e globalmente o clima e vários ciclos globais. Assim, além de existirem mecanismos claros de mudança do coberto – uso do solo, existem também impactos significativos, o que revela também a complexidade dos processos e a diversidade das consequências.

3. Impacto das mudanças

Os impactos das mudanças de coberto – uso do solo podem ser categorizados em ambientais e socioeconómicos [BRIASSOULIS, H. (2000, p. 11)]. Em termos do impacto ambiental, MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. (1996, p. 237) referem que «as mudanças de coberto e uso do solo são uma adição relativamente nova às preocupações centrais da pesquisa das mudanças ambientais globais [*global environmental change*]. A sua incorporação plena foi atrasada pela visão limitada daquilo que podia ser considerado como mudança global, restringindo-o aos processos que ocorrem nos sistemas fluidos de mudança global: a atmosfera, os oceanos, o clima. Os impactos humanos

neste “reino” têm sido referidos como formas sistémicas de mudança global; são incontestavelmente globais no sentido em que uma mudança num ponto pode afectar o sistema inteiro, tendo repercussões físicas directas no outro lado do globo [...]

Os exemplos clássicos são a destruição do ozono estratosférico, a mudança climática global através de um efeito de estufa intensificado, a subida eustática do nível do mar como uma consequência da mudança climática global. Os autores apontam que, mesmo no sentido estreito de mudança global, os impactos das mudanças de coberto – uso do solo podem ser globais na Natureza, pois: (1) muitos usos do solo (por exemplo, agricultura, criação de gado e exploração florestal) libertam quantidades substanciais de gases que podem produzir mudanças climáticas globais; (2) é necessária uma profunda e extensa compreensão dos sistemas de coberto – uso do solo afectados para avaliar os impactos ambientais e outros resultantes de muitos fenómenos globais.

MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. (1996, pp. 237-238) também referem que os impactos das mudanças de coberto – uso do solo «são básicos para outra classe de mudanças ambientais, que pode ser considerada global no seu alcance, e que se podem denominar globalmente cumulativas. Embora não relacionadas fisicamente por um sistema a operar à escala global, estas mudanças podem atingir um estado e escala global quando a sua ocorrência em muitos locais se soma. [...] Fenómenos ambientais de grande escala como a degradação, a desertificação, a perda de biodiversidade, a destruição de habitats e a transferência de espécies fazem parte de uma mesma categoria, pois todos são causados por mudanças do uso do solo».

À escala regional, segundo BRIASSOULIS, H. (2000, pp. 12-13), «os impactos das mudanças de uso do solo são igualmente conhecidos e estão largamente identificados. A eutrofização de massas de água, a acidificação de ecossistemas aquáticos e terrestres, as cheias, a poluição do solo por nitratos, a degradação e desertificação, a poluição dos aquíferos, a poluição marinha e costeira e muitos outros factores são alterações ambientais que resultam directa ou indirectamente de mudanças de uso do solo. [...] Em termos locais estas mudanças incluem erosão do solo, sedimentação, contaminação e salinização do solo e aquíferos, extinção de espécies indígenas, etc. A importância destes impactos não se restringe à área local de interesse, pois são frequentemente cumulativos e resultam de decisões de muitos proprietários».

Em termos de impacto socioeconómico, à escala global, as mudanças de uso do solo implicam problemas de disponibilidade de alimento, falta de água, deslocação de populações e problemas de segurança e vulnerabilidade a catástrofes naturais e tecnológicas [SMITH, K. (1992)]. Mas é importante referir que nem sempre as mudanças de uso do solo são negativas, segundo BRIASSOULIS, H. (2000, p. 14), [...] primeiro, se um impacto é positivo ou negativo, depende da escala espacial e temporal em questão. Segundo, as forças humanas de mitigação, tais como os regulamentos e políticas ambientais e sociais, projectos de recuperação da «terra» e outras acções similares, podem impedir as influências negativas da acção humana, podendo assim mitigar, se não eliminar, as consequências indesejáveis das mudanças de uso do solo».

Sistematizando a abordagem, em termos dos processos pelos quais as mudanças de coberto – uso do solo criam impactos vários, deve sobretudo

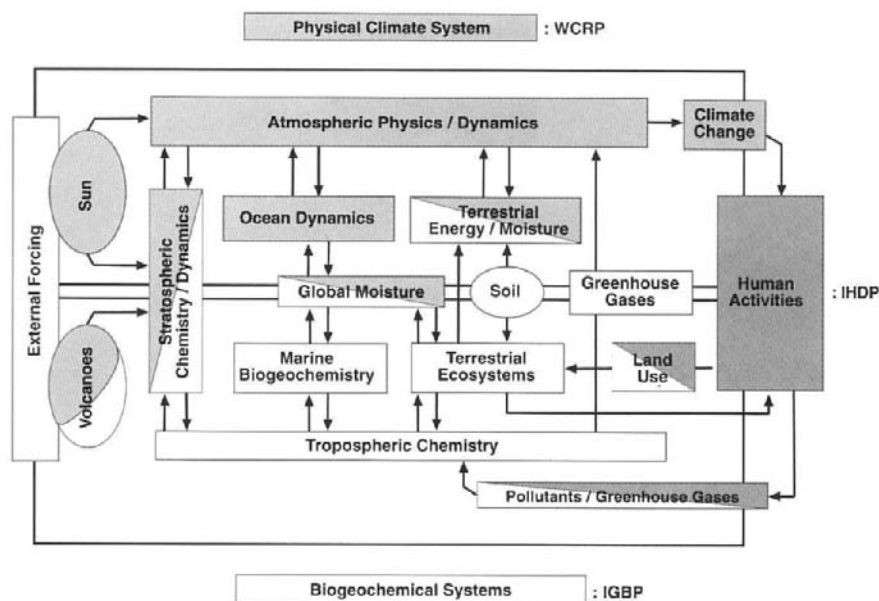


Figura 2 – Ciclos biogeoquímicos NRC (1997, p. 25)

do ter-se a noção da importância dessas mudanças no contexto dos ciclos biogeoquímicos (Figura 2). O uso do solo é, de facto, o meio mais importante de impacto da actividade humana (excluindo as questões directamente ligadas à atmosfera), agindo também indirectamente sobre o solo, que vai constituir a interface entre o meio e as actividades humanas.

Por outro lado, a acção humana a nível da vegetação tem também uma série de impactos (Figura 3), que actuam indirectamente sobre as formas de relevo, o clima, o solo, a água e a fauna. Assumindo-se que a esmagadora maioria das mudanças de uso do

solo em virtude de actividades humanas implicam modificações do coberto vegetal, pode-se ter uma noção das ramificações do impacto, bem como da forma como esses impactos podem interagir. Claro está que também a acção directa ou indirecta sobre o solo vai condicionar a própria vegetação, implicando um padrão de impactos semelhantes.

Apresentou-se tão sinteticamente quanto possível a conceptualização relativa ao coberto e uso do solo, bem como a clarificação e justificação das possíveis escolhas de denominações e conteúdos dos conceitos a utilizar, embora se tenha posto a

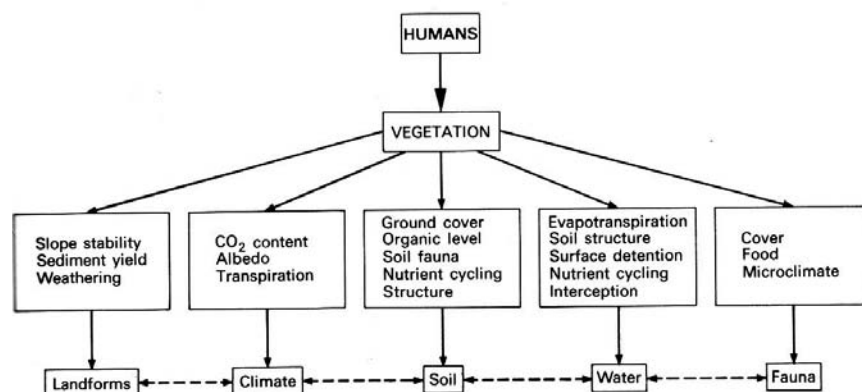


Figura 3 – Alguns aspectos das modificações da vegetação induzidas pela actividade humana [Goudie, A. (1988, p. 25)]

tônica exclusivamente em questões ligadas a áreas não urbanas. Delinearam-se os principais mecanismos de mudança, os seus tipos e complexa rede de sistemas que comandam as decisões que levam a mudanças de uso do solo, bem como as repercussões que essas mudanças têm nesse sistema.

Por último, apresentou-se a tipificação dos impactos das mudanças de uso do solo, sobretudo num contexto global, de forma a realçar a sua relevância e importância. Poder-se-ia aprofundar substancialmente as questões ligadas às mudanças globais, mas sairiam do contexto e escala de análise deste artigo, embora seja essencial referi-las e ter bem presente a sua importância e interesse actual, sobretudo no seguimento da Conferência do Rio em 1992, estabelecimento da Agenda 21 e Protocolo de Quioto.

Bibliografia

- BLANC-PAMERD, C.; RAISON, J. P. (1986), *Paisagem* in EINAUDI (1986) *Região*, Vol. VIII, Lisboa, INCM, pp. 138-160.
- BRIASSOULIS, H. (2000), *Analysis of Land Use Change: Theoretical and Modeling Approaches*, Departamento de Geografia, University of the Aegean, Lesvos, Grécia, p. 2 (Índice), <http://www.rri.wvu.edu/WebBook/Briassoulis/contents.htm>
- EPA (European Environment Agency) (1994) *CORINE Land Cover Technical Guide*, p. 130, http://etc.satellus.se/I&CLC2000/pdf/technical_guide.pdf
- FAO (Food and Agriculture Organization) (1995), *Planning for Sustainable Use of Land Resources*, FAO Land and Water Bulletin, n.º 2, Roma – FAO.
- FAO (Food and Agriculture Organization) (1996), *Agro-Ecological Zoning – Guidelines*, FAO Soils Bulletin, n.º 73, Roma – FAO.
- FAO (Food and Agriculture Organization) (1997), *Africover Land Cover Classification*, Roma – FAO.
- GOUDIE, A. (1988), *The Human Impact on the Natural Environment*, 2.ª ed., Oxford, Blackwell, p. 337.
- HOOVER, E. M.; GIARRATANI, F. (1984), *An Introduction to Regional Economics*, 3.ª ed., Nova Iorque, Alfred Knopf.
- JONES, A.; CLARK, J. (1997), *Driving Forces behind European Land Use Change: An Overview*, in CLAUDE (Coordinating Land Use and Cover Data and Analyses in Europe) (1997) *The User Needs for More Harmonised Land Use Information at the National and the EU Level*, Report on the CLAUDE Workshop, Wageningen, 22-23 de Maio 1996, CLAUDE – Resource Paper n.º 2.
- LEMONNIER, P. (1986), «O Solo», in EINAUDI (1986) *Região*, vol. VIII, Lisboa, INCM, pp. 59-96.
- MATHER, A. S. (1986), *Land Use*, Londres, Longman, p. 286.
- MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. Eds. (1994), *Changes in Land Use and Land Cover – A global Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 537.
- MOSER, S. C (1996), *A Partial Instructional Module on Global and Regional Land Use / Cover Change: Assessing the Data and Searching for General Relationships*, *Geojournal* 39(3), pp. 241-283.
- NRC – National Research Council (1997) *Rediscovering Geography – New Relevance for Science and Society*, Washington, National Academy Press, p. 234.
- RAISON, J. P. (1986), *Terra*, in EINAUDI (1986) *Região*, vol. VIII, Lisboa, INCM, pp. 117-137.
- RAYNER, S. et al. (1994), *A Wiring Diagram for the Study of Land Use / Cover Change* in MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. Eds. (1994), *Changes in Land Use and Land Cover – A global Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 13-53.
- SKOLE, D. L. (1994), *Data on Global Land-Cover Change: Acquisition, Assessment, and Analysis*, in MEYER, W. B.; TURNER II, B. L. Eds. (1994), *Changes in Land Use and Land Cover – A global Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 437-471.
- SMITH, K. (1992), *Environmental Hazards – Assessing Risk and Reducing Disaster*, Londres, Routledge, p. 324.
- TRICART, J. (1978), *A Terra, Planeta Vivo*, Lisboa, Presença, p. 195.
- TURNER, B. L.; SKOLE, D.; SANDERSON, S.; FISCHER, G.; FRESCO, L.; LEE-MANS, R. (1995), *Land-Use and Land-Cover Change*, Science – Research Plan, IGBP Report N.º 35, HDP Report N.º 7, Estocolmo e Genebra, IGBP e HDP.
- WOLMAN, M. G. (1987), *Criteria for Land Use*, in McLaren, D. J.; Skinner, B.J. Eds. (1987), *Resources and World Development*, Nova Iorque, John Wiley & Sons., pp. 643-657.

Geografia, paisagens e a felicidade*

Maria Adélia Aparecida de Souza

Professora Titular da USP

Professora convidada da UVA

O que tem a Geografia a dizer sobre a felicidade? Pergunta para muitos até ridícula, pois a nossa disciplina só lida com assuntos sérios, temas reais e palpáveis, materializáveis! Ledo engano! A Geografia tem muito que dizer sobre a felicidade – extraordinário tema que felizmente hoje vem sendo discutido, aqui e ali em encontros de grandes intelectuais.

Neste início de século repleto de ameaças de toda ordem, mas sobretudo da guerra, não é sem razão que este tema está na ordem do dia.

Quando em Geografia se descreviam as paisagens naturais, quando esta era preocupação também dos românticos e o seu sentido se confundia com o Belo, aí a Geografia estava intimamente ligada com a felicidade.

Hoje sabemos que, para a Geografia, a paisagem é o produto do trabalho do homem e significa tudo aquilo que vemos, até onde a vista alcança. E, nesta paisagem, nem sempre há beleza e felicidade, nela entendida como bem-estar.

Consideramos que as paisagens hoje estão completamente humanizadas, mesmo não tendo, efectivamente, a presença humana.

O sistema de telemática e a capacidade que alguns tem de monitorizar a Terra, armazenando dados e inclusive implodindo torres imensas, transformaram a paisagem num poderoso

produto também da insanidade humana.

Refiro-me às paisagens das periferias das grandes metrópoles, dos centros abandonados das cidades, da guerra hoje também espectáculo televisivo.

Claro que, aparentemente a felicidade não reside aí. A felicidade objectiva, como diria Kant. Este produto acabado do Iluminismo, para quem o bem-estar e, por conseguinte, a felicidade surgiria com o advento da conquista pela Humanidade, do progresso técnico e científico. Ah! Estes tempos tristes, como diria Hannah Arendt! Ah! Estes tempos infelizes, como diriam os pessimistas hoje. Tem sido difícil compreender e aceitar as mudanças do mundo!

A Geografia, hoje, ao procurar entender a construção das paisagens, propõe que o façamos através da compreensão do uso do território, a construção de «densidades técnicas, de uma tecnoesfera, onde ciência e tecnologia se adaptam, produzindo a interação de sistemas distantes, substituindo o meio natural pelo meio técnico, científico e informacional». (SANTOS, 1996: 255-256). Eis um argumento poderoso que rebate o argumento da homogeneização do espaço pela globalização. Esta tecnoesfera é resultante do processo iluminista que metaforicamente é global, mas que, no entanto, adere ao lugar, como uma prótese. Assim, contrariamente

ao que se apregoa, a tecnoesfera é geradora de heterogeneidades, de desigualdades, de exclusão. Ela produz paisagens luminosas e espaços tristes. Basta observá-los. Mas ela alimenta o discurso da felicidade, no mundo da globalização, produtor de consumidores, não de cidadãos. A tecnoesfera é produtora de deficientes cívicos, pois diz respeito apenas ao mundo hegemónico, ao mundo do mercado.

O Iluminismo tem muito que ver com o desenvolvimento das ciências humanas e, muito especialmente, com a Geografia, à medida que ela se constitui como ciência humana. Fundando-se no racionalismo absoluto, fundamentado no desenvolvimento científico e tecnológico, ele vai alimentar a esperança, para a Humanidade, de um mundo melhor a partir da melhoria das condições materiais da existência, que ele se propunha a criar, e como efectivamente criou.

Neste mundo da **tecnoesfera**, forma-se também a **psicosfera**. Aí sim poderemos começar a falar de felicidade na Geografia. A psicosfera é o reino das ideias, das crenças e das paixões. É lugar da produção de um sentido, que faz parte desse meio ambiente e da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.

Ambas – **tecnoesfera e psicosfera** – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla

* Texto preparado para o II Colóquio Internacional sobre o conceito de Felicidade. Fortaleza, 10 e 11 de Março de 2003.

do que o lugar. «Elas são redutíveis uma à outra e constituem-se nos dois pilares a partir dos quais o meio técnico, científico e informacional introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território.» (SANTOS, 1996: 256).

Todavia, neste percurso regido por seres humanos, cuja existência não se pauta pela linearidade, este futuro tão promissor parece seriamente afectado. São inegáveis as dificuldades que passam a maioria dos seres humanos que vivem sobre a face da Terra! Então, não haveria mesmo esperança? Se não houvesse, porque estaríamos nós a discutir a felicidade?

No entanto, nestas paisagens tristes, a felicidade também habita. A felicidade subjectiva, aquela que habita dentro de cada um e que forçosamente se manifesta: com a chegada de um filho, com a alegria da festa, com a possibilidade do emprego, com a chegada do asfalto, do centro de saúde, do autocarro, do metropolitano, com a ajuda necessária e generosa, com o encontro e a solidariedade, entre muitos outros factores. Eis uma

forma de felicidade indestrutível, a do encontro e da solidariedade, a da emoção.

A Geografia, ciência que se edificou, com rigor, identidade e maturidade no século XIX, sempre esteve assente na racionalidade, advinda do Iluminismo.

Então, como falar de emoção? Durante todo este tempo, o objecto da geografia, a descrição das paisagens era (e tristemente ainda é) feita como se ela brotasse, inodora, assexuada, expondo-se ao relato e à descrição, por vezes como uma pitadinha de ideologia, que a confunde, e de política, que certamente a qualifica.

A felicidade, então, também se transformava em algo racional, desprovido de emoção. A felicidade era, e ainda é, medida por índices e tipologias, desenhadas ou elaboradas em ordem decrescente: os que detêm e aqueles que não detêm determinado equipamento ou serviço. Descritiva, ela aderiu a um discurso generalista, metafórico e matematizante, bem a gosto do final do século XIX e de todo o século XX. Uma Geografia hoje supe-

rada pela imagem e pela fantástica evolução da eletrónica, da telemática e da informática. Mas, é a ela que ainda hoje muitos se dedicam, semeando a infelicidade entre os alunos, pela frieza dos seus textos, ainda que ajudados por imagens. Esta é, sem dúvida, a Geografia das paisagens da infelicidade. Sendo descritiva e não compreensiva, ela pauta-se pela lógica da análise advinda das imagens que congela. Ao congelar a paisagem, a Geografia já perdeu o pé do mundo, hoje movido pela aceleração contemporânea. Esta Geografia não capta o sistema de acções, que se dá, aliás, mais como processo do que como sistema, como queria Mestre Milton Santos, acções que se dão mais como emoção do que como racionalidade.

Esta visão será certamente derrotada pelo limite atingido pela racionalidade iluminista e pela necessidade de substituir a quantidade pela qualidade, a razão pela emoção. Ou cientificamente falando, a racionalidade económica pela razão política, onde a emoção é o ingrediente mais precioso e, por conseguinte, carrega potencialmente a ideia de felicidade. Ser feliz é sentimento, é pura emoção.





É extremamente interessante a reflexão feita pelas personagens que surgem no livro de GIANNETTI (2002) sobre o período pós-iluminista. Não é nosso objectivo desenvolver este tema; no entanto, é importante resgatar as explicações dadas nessa obra sobre o que se denomina de *bifurcação pós-iluminista*, indagando sobre a promessa de felicidade e a falha do Iluminismo. Trata-se de discutir aquilo que constitui, hoje, um par dialético, diante do conhecimento que temos da resultante civilizatória do Iluminismo: a relação dialética que hoje existe entre processo civilizatório e felicidade. Esta discussão indica duas vertentes. Uma assente na tese da incompletude, que leva a Hegel, Marx, Escola de Frankfurt, Stuart Mill, entre outros, apoiada na ideia do avanço do processo civilizatório. Nesta equação, não há nada que esse processo não possa sanar. «A equação iluminista (razão = virtude = felicidade) é perfeitamente solvível no eixo do tempo.» (idem, 2003:54). Esta tese mantém-se, por isso, actual.

A segunda vertente assenta no processo civilizatório e no avanço da racionalidade, que nos leva a Diderot, Nietzsche, Weber e Freud. O preço desta tese é pago pelo bem-estar subjectivo. «A civilização entristece o animal humano» (ibidem, pp. 54 e 55). O progresso traz benefícios, implicando, no entanto, custos muito altos do ponto de vista da existência. É a tese da permuta civilizatória, para quem a equação iluminista «não apresenta solução computável no eixo do tempo».

Esta reflexão é necessária, hoje, em Geografia, quando há que desvendar o sistema de ações, criador de paisagens que suportam dinâmicas territoriais e que dão vida aos lugares, *esse espaço do acontecer solidário*, da resistência, verdadeiro canteiro de uma felicidade que emerge, neste mundo novo, neste período popular da história, como chamou Milton Santos, estes novos tempos. Nele, a felicidade tem uma outra cara, e a beleza, uma nova estética.

Assim, precisamos de ver as novas paisagens... deste mundo novo...

Mas como pode a Geografia Nova e as demais ciências sociais (a Economia, a Antropologia, a Sociologia e seus instrumentais) falar da felicidade, se não enfrentarem as crises paradigmáticas que atravessamos?

Os textos criados têm sido metafóricos, quantitativos e numéricos. Não importa que eles não resistam a uma argumentação mais profunda. Afinal, quem discute hoje um argumento? Todos são apresentados como verdade e pagos a preço de ouro pelas instituições internacionais, que por vezes ditam as regras da investigação dentro das universidades.

Vejamos alguns deles. Começamos pelo mais actual e universalmente adoptado: o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Paremos para pensar sobre o que é Desenvolvimento Humano: é ter tudo aquilo que o Ocidente imaginou que a Humanida-

de deveria ter? Aquilo que dá dignidade humana, não desenvolvimento, e é condição material para a reprodução da vida: um abrigo, comida, saúde e educação? Ter luz eléctrica, televisor, frigorífico, sofás, computadores, ar condicionado, «rendimento *per capita*» (outra matematização) elevado, automóvel? Esta é a felicidade iluminista, europeia, ocidental.

Quanto maior o índice acordado (por alguns), maior é a satisfação socioeconómica do país portanto, maior é o índice de satisfação, isto é, de felicidade do seu povo. Eis uma medida da felicidade objectiva.

Haverá países que, objectivamente falando, apresentam o IDH alto e o seu povo possa ser considerado feliz? Alguns países, além de a sua felicidade ser medida por este índice, resolveram, nestes tempos de mudança, matematizar ainda mais o mundo: fala-se em risco. Risco, aliás, é bom que se diga, é sinónimo de saúde do mercado. Quanto desassossego traz o risco Brasil, a alguns poucos brasileiros, àqueles que correm riscos, evidentemente! Aumenta a safra de soja brasileira; o tal risco Brasil diminui.

Mas índices, a quem interessam? Àqueles que desejam a felicidade?

Como se não bastasse a matematização do mundo, são inventadas metáforas para reforçá-la. Nelas está implícita a ideia de felicidade objectiva, criada pelas condições do mundo.

Vejamos algumas metáforas que induzem a procura da felicidade: desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, e globalização.

O que é a sustentabilidade? Manual de bom comportamento empresarial ou social? Como tê-la numa sociedade injusta, corrompida e sob ameaça de toda a ordem? O discurso do desenvolvi-

mento sustentável, que subentende a felicidade, afinal o que é, além de um mero discurso? E eles passam hoje mais rapidamente do que ontem. Discursos se fazem... e desfazem, ao sabor da política. Como pode haver sustentabilidade, logo felicidade objectiva, num mundo movido pela desigualdade (ou concorrência, competitividade, se preferirem) e pela escassez.

Onde está a felicidade num mundo, ameaçado por um desemprego crónico, hoje já assumido por todas as instâncias de negociação mundial, no Rio de Janeiro, em Washington, em Davos e até mesmo em Porto Alegre!

E o cinismo da segurança alimentar? Há que se reler a parábola da multiplicação dos pães, para compreender o fenómeno da fome! Num mundo que dispõe de todos os meios para alimentar a Humanidade, mas onde a fome crónica, estrutural ou mesmo a episódica, está cada vez mais presente, como usar tal conceito, a não ser quando o relacionamos com o mundo da produção, ou do assistencialismo. Não havendo fome, há felicidade, quando não há esmola, quando se aprende a pescar.

São metáforas e índices que dificultam a compreensão dos processos do mundo e a ajuda na busca da felicidade.

Mas é bem provável que a felicidade já tenha chegado e não tenhamos percebido, juntamente com o período popular da história. Não é em vão que Domenico de Masi (1993) nos estimula a reflectir sobre o ócio. «Ao Homem caberá só o monopólio das actividades criativas», revela-nos. Basta também ler seus interessantes textos sobre as mudanças no mundo do trabalho, para entendermos minimamente o que se passa no mundo de hoje, com as suas transformações, que as velhas epistemologias insistem em chamar de crise.

Parece que o sonho de Aristóteles e a busca da felicidade pelo Ocidente á algo palpável, como lembra o próprio De Masi, num dos seus artigos: «se cada ferramenta pudesse, a partir de uma ordem dada trabalhar por conta própria, se os teares tecessem sozinhos, se o arco tocasse nas cordas da cítara, então os empreendedores poderiam privar-se dos operários e os proprietários dos escravos. Nunca, como hoje, estivemos tão perto da realização desse sonho...»

Só precisamos saber como viver neste mundo e fazer da felicidade objectiva um atributo de todos, não apenas de alguns. É também tempo de reflectir sobre o sentido e a natureza do mundo novo. «Cada colectividade e cada pessoa são testemunhas integrais do presente, ainda que nem sempre possam avaliá-lo. E, paralelamente, cada pessoa (ou grupo) é também um testemunho vivo de um mundo tornado próximo (SANTOS, 2002).»

Basta que não deixemos a felicidade subjectiva esmorecer com o movimento da história. É esta a luta que devemos enfrentar, em busca da felicidade, no mundo do presente.

Bibliografia

DE MASI, Domenico. «*Em busca do Ócio. Reflexões para o futuro.*» in *25 Anos da Revista Veja*. 1993, pp. 41-49.

GIANNETTI, Eduardo. *Felicidade*. Companhia das Letras. São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo Razão e Emoção*. HUCITEC. São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. *O País Distorcido*. PUBLIFOLHA, São Paulo, 2002.

Potencialidades da educação ambiental

Lurdes Soares (lurdesmariasoaes@gmail.com)

Coordenadora Nacional do Projecto Coastwatch Europe

«Se os teus projectos forem para um ano, semeia grão, se forem para dez anos, planta uma árvore, mas se forem para 100 anos, instrui um povo».

(Provérbio chinês, 500 a. C.)

A leitura deste provérbio permite-nos induzir, a priori, dois aspectos: primeiro, a cidadania, (embora não reconhecida como tal) não é uma preocupação recente; segundo, educar pela cidadania é, decididamente, o primeiro passo para uma sociedade sustentável.

Não havendo dúvidas de que a primeira educação, seja ela qual for, começa, e tem continuidade, no seio da família, importa investir na educação para formar cidadãos responsáveis na (e para) a construção da sociedade. Sobre os objectivos da Educação Ambiental, pode ler-se no PNUA – Relatório do Director Executivo, n.º 1, 1978: «Uma educação cuja finalidade seja o desenvolvimento de uma população mundial consciente e se sinta afectada pelo ambiente e pelos problemas que lhe estão associados e que possua os conhecimentos, capacidades práticas, atitudes, motivações e compromissos necessários para trabalhar individual e colectivamente para a solução dos problemas existentes e prevenir outros novos.»

Interessa, pois, «espreitarmos» o percurso da educação ambiental em Portugal. Que comportamentos, investimentos e resultados o caracterizam?

Nunca o ambiente foi tão falado, qual notoriedade do momento, aparece em qualquer órgão de comunicação social. Em pouco mais de uma década, passou-se do silêncio/agnosia absoluta para uma mediação total,

embora pelas piores razões. Infelizmente, esta mediatização nem sempre coincide com a formação ambiental de um povo. As próprias notícias são, geralmente, fundamentadas para o exibicionismo televisivo, colaborando, ainda mais, para a ileteracia ambiental dos cidadãos.

«O tema do ambiente, depois de marginal e minoritário, foi ganhando, no decurso dos últimos trinta anos, um amplo e múltiplo direito de cidade. Das preocupações quotidianas e de longo prazo do cidadão comum, à linguagem do discurso institucional [...] a multifacetada realidade da tomada de consciência colectiva acerca da crise ambiental, já não se confunde com o tom de profetismo visionário e apocalíptico com que eram malevolamente contemplados, pelos seus detractores dos anos 60 e 70, os pioneiros da reflexão e intervenção ecologista e ambientalista.» (Soromenho Marques, 1998).

Na sua crónica do Jornal *Expresso*, «Quem não sabe é como quem não vê», de 15 de Fevereiro de 1992, escrevia Luísa Schmidt «Quem quer informar-se nesta matéria [ambiente] tem, à partida, muita dificuldade em encontrar livros, revistas, estudos, jogos, filmes, etc.». (*O Verde Preto no Branco*, 1993). Depressa se percebeu que a informação, em questão de ambiente, era essencial para alterar mentalidades, divulgando o que de pior se fazia por esse país fora, nomeadamente ao longo do litoral, onde todos

pretendiam (e continuam a pretender) ter uma casa, de preferência à beira da praia.

Hoje, passados catorze anos, a formação deixou de estar cingida aos gabinetes da labiríntica administração pública e saltou para as livrarias, bancas de jornais, bibliotecas, comunicação social, etc., até as grandes indústrias com elevado potencial poluente começam a apresentar preocupações ambientais para dar resposta às exigências duma sociedade progressivamente mais informada nesta matéria. Com tanta informação dizem «por aí» que se enterrou o analfabetismo ambiental.

Mas por existir uma panóplia de documentos alusivos a esta temática não implica que a sociedade esteja ambientalmente «alfabetizada». Se assim fosse, o país reflectia uma realidade bem distinta, com cidadãos pró-activos, conhecedores e defensores daquilo que, sendo de todos, também lhes pertence e, por inerência, lhes compete uma parcela de responsabilidade. A fatia de responsabilidade que cabe a cada um não é grande nem pequena, nem tão-pouco tem um valor médio, encontra-se na relativa medida do que está ao nosso alcance fazer, por mais insignificante ou grandioso que seja.

Entretanto, a sociedade, geralmente falando, teima em só reconhecer direitos. Deixando-se arrastar pela inércia, empurrando a batata quente

para o próximo, seja ele o vizinho, o dirigente político local, a associação de ambiente, o governo ou o outro; não importa quem, desde que «se sacuda a água do capote» e possamos continuar na nossa vida sem preocupações que nos transcendem além do nosso campo de visão. Será o reflexo da educação de um povo ou a peculiaridade das gerações actuais?

Com efeito, Portugal atravessa uma crise no que concerne à cidadania. Na base deste comportamento, ou falta dele, poder-se-á dizer que estão questões educacionais, sociais e históricas.

Urge investir na educação, pois como refere Schmidt, 1992 «A única coisa capaz de garantir o futuro a médio e longo prazo são os hábitos e não as leis, continuar a descurar a formação é o mesmo que castrar o futuro. [...] Formar é o único processo de garantir que os cidadãos participem em decisões cruciais e não fiquem indiferentes quando se lhes fala no efeito de estufa ou na importância da biodiversidade [...]». No entanto, há que questionar a forma como se tem implementado a educação ambiental em Portugal, avaliar e aprender com os erros (só assim se melhora), mas acima de tudo é preciso cobrar o investimento já feito a este nível, tudo tem um preço sobre o qual há uma factura a pagar.

A cidadania e a educação ambiental obtiveram um poderoso contributo com a criação das Associações de Defesa do Ambiente (ADA), a primeira das quais, a Liga para a Protecção da Natureza, em 1948. Todavia, só em 1969 o Governo criou a primeira estrutura ligada à protecção do ambiente – Comissão Nacional do Ambiente (CNA), sendo que durante muitos anos a protecção das áreas com interesse ecológico foi assegurada pelos Serviços Flo-

restais. À data do 25 de Abril de 1974, o número de áreas protegidas em Portugal era bastante reduzido, mas a criação da Secretaria de Estado do Ambiente veio dar, na época, um forte auxílio, produzindo uma série de diplomas legais que culminaram com o aparecimento de novas áreas.

De referir ainda que a participação de Portugal em eventos internacionais vocacionados para a temática do ambiente, conservação da Natureza e educação ambiental foram uma importante ajuda num processo que dava os primeiros passos; a título de exemplo, cite-se a Conferência de Tbilisi, na qual o então Secretário de Estado do Ambiente apresentou um relatório sobre as iniciativas levadas a cabo pelo nosso país em termos de educação ambiental.

Por reflexo da euforia política pós-Revolução 25 de Abril, ou por outras questões sociais, aliando, ainda, as notícias sobre o impacto do Homem na Natureza e consequente extinção de muitas espécies, a década de 80 foi a época «iluminista» do trabalho voluntário em prol do ambiente. Sem dúvida que a mediatização do ambiente funcionou como um considerável influenciador de massas.

Além do surgimento das já referidas ADA – de carácter local e nacional – aparecem, por todo o País, vários outros movimentos, empunhando a bandeira da protecção da Natureza *versus* ambiente. Aliado a esta realidade, o termo ecologista e ambientalista adquire uma ênfase nunca antes alcançada. Por ironia ou não, esta é também a época em que o desenvolvimento/crescimento do país provoca o maior impacto ambiental, nomeadamente no âmbito da construção civil, com especial incidência sobre a faixa litoral, embora não exclusivamente.

Trabalhar a (e para a) educação ambiental era já um dado adquirido. Mas só em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, a educação ambiental foi institucionalizada; embora, já anteriormente, no ensino primário, o Meio Físico e Social tivesse introduzido os temas ambientais no currículo, conferindo ao educador ou professor uma grande responsabilidade: «O professor deve actuar de modo que os problemas do ambiente sejam abordados e tratados de tal maneira que os alunos, ou os receptores de informação, sejam capazes, por eles próprios, de elaborar novos conceitos e novos valores, segundo o método heurístico.» (Fernandes, 1983).

Contudo, a introdução do ambiente nos *currícula* – por falta de formação, motivação ou recursos – nem sempre foi sinónimo de uma verdadeira educação, muitas vezes cingiu-se a uma mera visita de estudo ou actividade com uma total ausência de reflexão sobre a realidade observada e os comportamentos a seguir. Segundo Wals e outros, referido por Fernandes (1983): «Não se trata de remediar tal ou tal atitude dizendo aos alunos, ou a quem ela se dirige, o que eles devem pensar ou fornecendo-lhes os juízos de valor já prontos; bem pelo contrário, trata-se de ensiná-los a reflectir por si próprios.»

Com a institucionalização da educação ambiental, foi lançada a primeira pedra para a construção de tão importante «edifício» – educar ambientalmente e para a cidadania um povo. Não querendo ser pessimista, mas utilizando a analogia dos *Três Porquinhos*, ocorre-me questionar quantos optaram pela casa de tijolo? A avaliar pelo retrato do País...

Com o intuito de fazer justiça a todos os que, ao longo da história re-

cente, tanto se esforçaram para trabalhar em proveito da educação ambiental, louva-se os inúmeros projectos que foram sendo desenvolvidas por escolas – muitas vezes apenas por um professor que remou contra a maré –, associações diversas, entidades com sensibilidade para a temática, entre outros.

A história da educação ambiental adquire uma «lufada de ar fresco» com a implementação do Ano Europeu do Ambiente, que, de entre outras coisas, permitiu a organização do I Seminário de Formação de Professores em Educação Ambiental, iniciativa conjunta do Ministério do Ambiente e da Educação. Com oscilações diversas, existe um protocolo entre estas duas entidades que permite a requisição de professores para coordenarem projectos de educação ambiental, entre eles o Projecto Coastwatch Europe, coordenado a nível nacional pelo GEOTA.

A educação ambiental entra na década de 90 já associada à investigação e às universidades, facto sem dúvida relevante, consolidado pela «popularização» dos cursos de Engenharia do Ambiente em diferentes universidades do País.

Certamente que muito mais há a dizer sobre a história da educação ambiental e sobre a educação ambiental em si. Porém, interessa sublinhar que apesar de toda esta trajetória, há um longo caminho a percorrer para que a colheita dos frutos desta cultura seja continuamente rendível. Só que mudar mentalidades, por vezes, não é compatível com uma ou duas décadas de investimento, sobretudo quando o processo nem sempre foi bem alicerçado.

Bibliografia

ANTUNES, C. (2004), *A Marca de Portugal*, revista «Única», *Expresso* n.º 1673, 20 Novembro 2004, pp. 56-57.

BRUNDTLAND, G. H. e outros (1987), *O Nosso Futuro Comum, Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento*, Lisboa, Meribérica – Liber.

CAMPEBELL, B. (1983), *Ecologia Humana*, Lisboa, Edições 70.

CARAPETO, C. (1998): *Educação Ambiental*, Lisboa, Universidade Aberta.

FERNANDES, J. A. (1983): *Manual de Educação Ambiental*, Lisboa, Secretaria de Estado do Ambiente, Comissão Nacional do Ambiente – GEP.

MELO, J. João; PIMENTA, Carlos (1983): *O Que é – Ecologia*, Lisboa, Difusão Cultural.

MOTA, I; Pinto, M; VASCONCELOS E SÁ, J; SOROMENHO MARQUES, V; RIBEIRO, J. (2004), *Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável*. Lisboa: Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente.

SCHMIDT, Luísa (2004), «Heróis do Mar», revista «Única», *Expresso* n.º 1673, 20 Novembro 2004, pp. 120-122.

SCHMIDT, Luísa (1993), *O Verde Preto no Branco*, Lisboa, Gradiva.

SOROMENHO MARQUES, V (1998), *O Futuro Frágil – Desafios da Crise Global do Ambiente*, Mem Martins, Publicações Europa-América

Los paisajes del agua como paisajes culturales

Conceptos, métodos y una experiencia práctica para su interpretación y valorización¹.

Anna Ribas Palom

Universitat de Girona

Depart. de Geografia, Historia e Historia del Arte

Plaça Ferrater i Mora, 1

17017 Girona

anna.ribas@udg.es

Los «paisajes del agua» como paisajes culturales

El Convenio Europeo del Paisaje (Florencia, 20 de octubre del 2000), aprobado por el Consejo de Europa y marco de referencia europeo para el diseño de políticas de protección, gestión y ordenación del paisaje en toda Europa define paisaje como un área, tal y como la percibe la población, el carácter de la cual es el resultado de la interacción dinámica de factores naturales (como el relieve, la hidrología, la flora o la fauna) y humanos (como las actividades económicas o el patrimonio histórico). Es la fisonomía de un territorio con todos sus elementos naturales y antrópicos y, a la vez, los sentimientos y emociones que despierta en el momento de contemplarlo (Gorgeu y Jenkins, 1995).

El paisaje es, también, un producto social. Es la proyección cultural de una sociedad en un espacio determinado desde una dimensión material, espiritual, ideológica y simbólica. «El paisaje es, pues, un lugar y su imagen» (Martínez de Pisón, 2006). Por último, el paisaje es, también, diná-

mico, se encuentra en constante evolución. Un paisaje no es solo historia sino también cambio. Ello nos permite preguntarnos sobre qué paisajes de futuro queremos e intentar intervenir en sus tendencias. El futuro del paisaje es, por lo tanto, una cuestión de cultura y acción cultural.

Por «paisajes del agua» entendemos aquellos paisajes que son producto resultante y perceptible de la

combinación dinámica de elementos físicos (entre los cuales el agua es el más relevante) y elementos antrópicos (es decir, la acción humana), combinación que convierte el conjunto en un entramado social y cultural en continua evolución. Así, los principales elementos que definen los paisajes del agua serían el mar, los ríos, los torrentes, las ramblas, los humedales, los estanques, lagos y lagunas, los deltas,... pero siempre en relación con

El paisaje es una área, tal y como la percibe la población, el carácter de la cual es el resultado de la interacción dinámica de factores naturales y humanos (Convenio Europeo del Paisaje, 2000)



Figura 1 — Definición de paisaje y elementos que lo integran

¹ Este artículo es una versión adaptada de la ponencia «Naturaleza y cultura en la creación y valorización de los paisajes del agua» que la misma autora impartió durante el VII Coloquio Ibérico sobre Planificación y Gestión del Agua celebrado en Faro del 4 al 8 de diciembre de 2006.

aquellos otros elementos que denotan la permanencia histórica de las relaciones entre la sociedad y el agua, como serían las presas, los puentes, las acequias, los canales industriales, los molinos, la huerta, las fachadas fluviales de las ciudades, los caminos, las colonias industriales, los límites, las propiedades, la literatura, la pintura, etc. Encontramos magníficos ejemplos en los países mediterráneos, donde las relaciones entre sociedad y agua han creado un conjunto de paisajes de elevador valor ecológico, económico, cultural y simbólico, cada vez más apreciados y utilizados como bien público (Ribas, en prensa). Así pues, es importante superar la separación entre los dos conceptos (agua por una parte y sociedad por la otra) y optar por una nueva integración de ambos, una integración socioambiental que pueda ser útil para construir una nueva actitud social hacia los paisajes del agua.

De la calidad de los paisajes del agua depende la calidad de vida de las personas. Los paisajes del agua son un excelente indicador de la calidad del agua. Los paisajes del agua degradados, sean urbanos o no, singulares o cotidianos, son reflejo de una mala salud de las relaciones entre la población y el agua. Por el contrario, los paisajes del agua de elevada calidad nos ofrecen sensaciones placenteras (estéticas, sensoriales, emotivas), son paisajes identitarios, con los que incluso llegamos a establecer vínculos de carácter atávico. Los paisajes del agua son reflejo de estilos de vida pasados, de nuestra historia, por lo que deben ser considerados como patrimonio cultural.

Por último, y por todos estos valores, la preocupación por los paisajes del agua también debe impregnar cualquier reflexión o propuesta de desarrollo territorial de un municipio, una región o un país.

Algunos referentes teóricos y legislativos para la interpretación de los paisajes del agua

Esta concepción de los paisajes del agua como paisajes eminentemente culturales encuentra sus principales referentes teóricos en el terreno de las ciencias sociales, en especial, en las aportaciones realizadas por Bruno Latour (1999) o James D. Proctor (1998) desde el momento que defienden que naturaleza y cultura, objeto y sujeto, no son enteramente iguales pero tampoco son diferentes. Este enfoque busca la integración entre los dos conceptos y pretende alejarse tanto de los sesgos naturalistas como de los propios de las mismas ciencias sociales, para defender que cualquier realidad, incluyendo la realidad ambiental, es una construcción humana.

Así, los paisajes del agua deben entenderse como redes compuestas por asociaciones heterogéneas de elementos humanos y no humanos, como realidades híbridas que facilitarían la superación de actitudes y prácticas opuestas a estos medios y la formulación de opciones de gestión que respeten la diversidad presente en los medios fluviales. La realidad actual de muchos paisajes del agua no es ni natural ni social sino que representa las dos cosas a la vez. El adjetivo «híbrido» se está erigiendo como el concepto clave para definir lo que es natural y es humano a la vez sin privilegiar ninguno de los dos atributos (Saurí, 2001).

Es necesario superar la polarización entre una posición hasta hace poco hegemónica como era la de controlar la naturaleza (Cosgrove, 1990), de la que resultan los «paisajes ingenieriles del agua» y una posición que

reclama una naturalización totalmente alejada de la interferencia humana (Ventura, Ribas y Saurí, 2001) y que es la que la Directiva Marco del Agua parece reforzar. Aprovecho para comentar que la Directiva Marco del Agua no menciona en ningún apartado el paisaje a pesar que los países que están implementando el Convenio Europeo del Paisaje se comprometen a «integrar el paisaje en las políticas de planificación regional y urbanística y en sus políticas culturales, ambientales, agrícolas, sociales y económicas, así como en cualquier otra política que pueda tener un impacto directo o indirecto sobre el paisaje» (artículo 5, apartado d).

La adhesión al Convenio Europeo del Paisaje por parte de los países miembros y la creación de leyes y reglamentos sobre paisaje irán dando rango normativo a las políticas paisajísticas y regularán los instrumentos que han de hacer posible actuaciones en esta línea. En los próximos años asistiremos, sin duda alguna, al desarrollo de todas estas leyes y reglamentos que las desarrollan y que dan rango normativo a las políticas entorno, también, a los paisajes del agua.

Metodologías para la identificación, caracterización, valoración y ordenación de los paisajes del agua

Vivimos, pues, unos momentos en que el reconocimiento público de los valores asociados a los paisajes del agua y la necesidad de su protección y ordenación puede encontrar en las políticas territoriales y ambientales europeas un importante aliado. Pero acto seguido se nos plantean toda una serie de dudas de carácter pragmático. ¿Cómo podemos identificar y

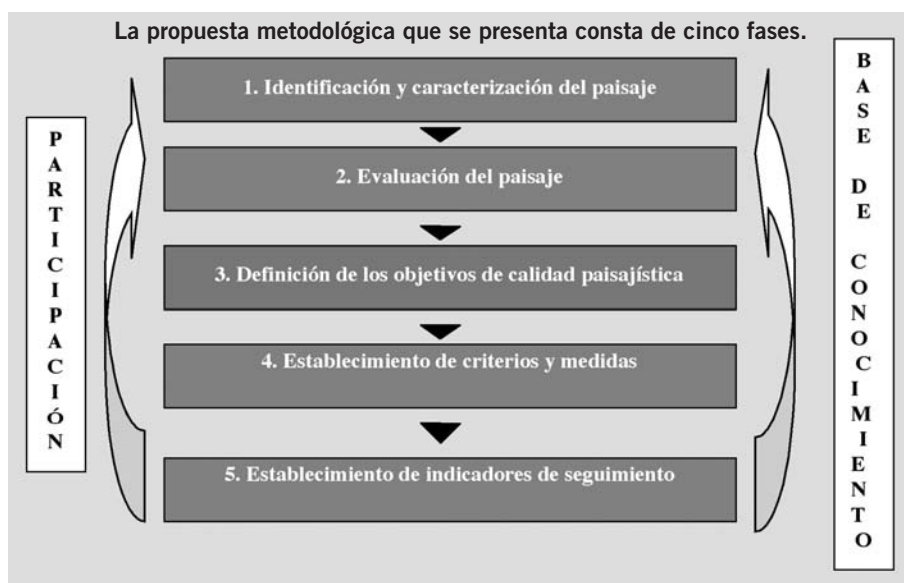


Figura 2 — Propuesta metodológica para la identificación, caracterización, valoración y ordenación de los paisajes del agua (adaptada de Nogué, 2006)

caracterizar los paisajes del agua? ¿Qué tipo de valores debemos identificar? ¿Cómo podemos evaluar la calidad de estos paisajes? ¿Qué objetivos de calidad paisajística debemos pretender conseguir? ¿Cómo podemos traducir estos objetivos de calidad paisajística en directrices útiles para el planeamiento territorial y urbanístico? Así, uno de los retos más importantes es el de crear nuevos instrumentos para estudiar, identificar y evaluar los paisajes del agua y su diversidad a fin de poder introducir objetivos paisajísticos en las respectivas políticas territoriales y ambientales. Las dificultades son muchas pues ni siquiera existe ningún método reconocido universalmente para tratar los paisajes en general si bien existe en Europa una importante base de conocimiento al respecto, como las que podemos encontrar en el Reino Unido (concretamente la Countryside Agency) e Irlanda, con las evaluaciones del carácter del paisaje (Landscape Character Assessment), o en Bélgica, Francia, Eslovenia y España, con sus respectivos atlas paisajísticos, que han intentado identificar y evaluar los paisajes a escala estatal. Aún menores son las experiencias europeas entorno a los paisajes del

agua (Dupuis-Tate, 2003). En España cabe destacar la propuesta metodológica que desde finales del 2005 están desarrollando el equipo de geógrafos de la Universidad Autónoma de Madrid dirigidos por Rafael Mata y Concepción Sanz para el estudio del paisaje y la acción paisajística en la cuenca del Tajo (Mata, 2006). Este trabajo es una aplicación del Atlas de los Paisajes de España a la cuenca hidrográfica intercomunitaria del Tajo y pretende no sólo profundizar, a mayor escala, en la identificación, caracterización y diagnóstico paisajístico en el ámbito territorial de esta cuenca hidrográfica sino también aportar criterios y objetivos paisajísticos a la planificación hidrológica de esta cuenca, así como a otras políticas sectoriales y urbanísticas que actúen en su territorio en relación con los «paisajes del agua».

A continuación voy a presentar una propuesta metodológica para la identificación, caracterización, valoración y ordenación de los paisajes del agua elaborada a partir de las experiencias de los catálogos del paisaje en Catalunya (entendidos como los nuevos instrumentos para la introducción de objetivos paisajísticos en el planeamiento

territorial catalán) (Nogué, 2006; Nogué y Sala, 2006) y del proyecto de aplicación del Atlas de los Paisajes de España en la cuenca del Tajo.

La identificación y caracterización de los paisajes del agua

En esta primera fase dos son los principales aspectos a definir: la escala de estudio y la definición de los componentes configuradores o estructurantes de los paisajes del agua.

Con carácter general, las escalas adoptadas para la identificación y caracterización de la diversidad paisajística son las 1:25.000 y las 1:50.000. La escala regional es la ideal para tratar el paisaje (Zoido, 2006) a la vez que coincide con la propia de la planificación territorial si bien será necesario utilizar escalas mayores para el análisis de estructuras paisajísticas de menores dimensiones (conjuntos urbanos en relación a un río, riberas arboladas, etc.). La delimitación de las unidades de paisaje, entendidas como porciones del territorio con un mismo carácter, es decir, constituidas por un conjunto de elementos que contribuyen a que un paisaje sea diferente de otro, constituye la unidad básica de análisis. Por lo que se refiere a los elementos estructurantes de las unidades de paisaje pueden variar según los tipos de paisaje pero en todo caso seguro que en la mayoría de los paisajes del agua intervendrán grupos de factores como los siguientes:

- Factores fisiográficos, especialmente los factores hidrológicos e hidrogeográficos y los geomorfológicos y topográficos (pendientes, marco geomorfológico; litología; materiales dominantes, etc.).

- Vegetación (tipos de vegetación; comunidades vegetales; estructura de la vegetación; extensión; continuidad lineal; complejidad estructural; etc.)

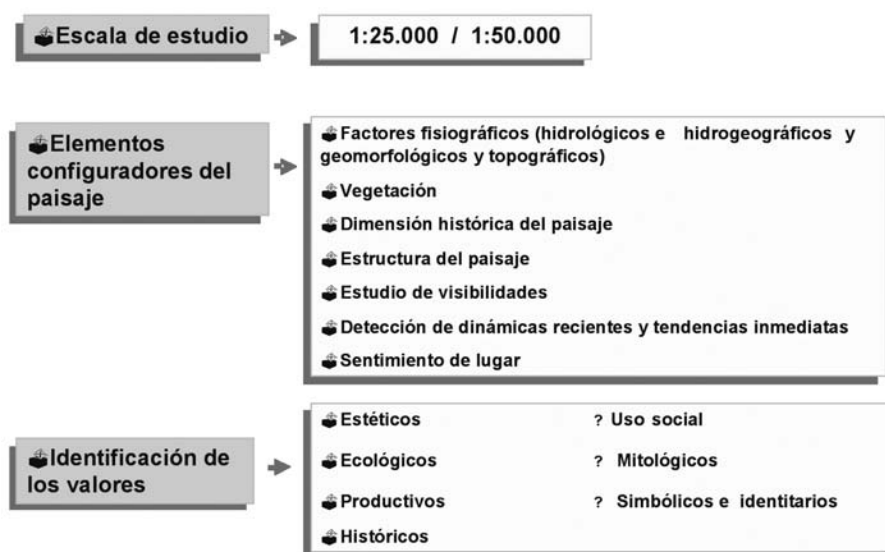


Figura 3 — Identificación y caracterización del paisaje

- La dimensión histórica del paisaje, es decir el factor humano como principal agente transformador del paisaje desde una perspectiva histórica (los patrones urbanos, las tramas rurales (forma y organización del parcelario y su relación con la red hidrográfica, la distribución de cultivos y la explotación de la tierra); la distribución histórica de determinadas actividades productivas (tipos y sistemas de cultivo, industrias y colonias industriales, zonas de pastoreo o actividades extractivas), las infraestructuras hidráulicas (embalses, azudes, motas, red de canales y acequias,...), la red de caminos antiguos u otras infraestructuras de comunicación y transporte en relación al agua (puentes, viaductos, vías pecuarias); el sistema de asentamientos y su organización espacial y jerarquía del sistema (patrones paisajísticos de los principales núcleos de población en relación con el agua), etc.

- La estructura del paisaje, analizada desde la ecología del paisaje a través del cálculo de índices de diversidad o fragmentación del paisaje.

- El estudio de visibilidades y, por lo tanto, la visión del paisaje. La observación y comprensión de los paisa-

jes del agua está fuertemente condicionada por la existencia de unos puntos de observación y de recorridos visuales (puntos topográficos elevados, núcleos urbanos, vías de comunicación,...).

- Detección de dinámicas recientes y tendencias inmediatas (dinámicas geomorfológicas, climáticas e hidrológicas, los cambios de la cubierta vegetal, la evolución de los usos del suelo agrario, la tendencias del sistema de asentamientos, la red de infraestructura viaria, el estado y tendencia del patrimonio tradicional de interés cultural vinculado al agua, etc.

- El sentimiento de lugar. Los paisajes del agua son elementos especialmente vivenciales, que arraigan sentimientos de pertenencia e identidad, por lo que muchas veces se identificarán por las relaciones sociales y económicas establecidas históricamente entre un pueblo y un río cercano, la denominación de los lugares, etc.

De todo el proceso de caracterización de los paisajes del agua el más significativo es el de la identificación de sus valores. Los paisajes del agua tienen muchos valores que será necesario identificar:

- **Estéticos.** Algunos ejemplos de valores estéticos asociados a los paisajes del agua son las continuidades arbóreas que constituyen los bosques de ribera, las fachadas urbanas fluviales, los conjuntos de elementos patrimoniales vinculados al agua (los puentes, caminos y pueblos), los fondos escénicos (superficie llana de los humedales, la línea del horizonte en el mar), etc.

- **Ecológicos.** Los paisajes del agua son espacios con especial interés natural e importantes conectores ecológicos entre espacios naturales (fluviales y terrestres).

- **Productivos.** La productividad de los paisajes fluviales se puede medir a través de actividades agrícolas y ganaderas, forestales, cinegéticas, turísticas, industriales, etc.

- **Históricos.** Será necesario valorar las trazas más relevantes que la sociedad ha dejado en el paisaje a lo largo de la historia, como tipologías constructivas (molinos, puentes, presas), tipologías de asentamiento, centros históricos de los núcleos urbanos u otros conjuntos arquitectónicos (colonias industriales), estructuras parcelarias y sus límites (márgenes, muros), sistemas de riego autóctonos, etc.

- **Uso social.** Guarda relación con la utilización que hacen las personas de un paisaje del agua para itinerarios, placer, ocio, paseo, reposo, observación de panorámicas (miradores, recorridos turísticos), lugares de encuentro, educación ambiental, práctica del deporte, etc.

- **Mitológicos.** Hacen referencia a aquellos elementos del paisaje que tienen atribuciones simbólicas colectivas relacionadas con historias fantásticas o leyendas (las leyendas de goges o mujeres del agua en Cataluña).

- **Simbólicos e identitarios.** Existen elementos del paisaje o paisajes en su conjunto con una gran carga simbólica o identitaria para las poblaciones locales (como el río Ebro para la población del delta) para establecer en ella relaciones de pertenencia o expresiones de nacionalidad.

La evaluación de la calidad de los paisajes del agua

El siguiente paso consiste en estudiar las amenazas sobre los valores del paisaje y las potencialidades de los valores paisajísticos actuales para su protección, gestión y ordenación para cada unidad de paisaje a partir de cuatro aspectos estudiados anteriormente: la organización del paisaje, su valoración, las dinámicas que lo afectan y su posible evolución.

La definición de los objetivos de calidad paisajística

Después de conocer el estado, los valores, los riesgos o amenazas y las potencialidades de estos paisajes del agua la siguiente fase consiste en la formulación de objetivos en lo que concierne a su calidad. Estos objetivos de calidad paisajística se clasifi-

can según vayan dirigidos a la planificación territorial o a las políticas sectoriales que puedan tener un efecto directo o indirecto en el paisaje (como las de conservación de la naturaleza, las agrarias, forestales, industriales, de desarrollo rural, de actividades extractivas, turismo, aguas, residuos, culturales, de educación, fiscales o patrimoniales). En este sentido es preciso recordar que la Directiva Marco del Agua establece como máximo objetivo de las masas de agua el conseguir un buen estado ecológico.

El establecimiento de directrices, medidas y propuestas de actuación

La cuarta fase consiste en formular, para cada unidad de paisaje, criterios y acciones específicas para lograr los objetivos de calidad establecidos en la fase anterior. Las propuestas de actuación han de dar respuesta a los objetivos planteados, apoyándose en las fortalezas e intentando superar las debilidades.

El establecimiento de indicadores de seguimiento

Finalmente, debe establecerse un sistema de indicadores ambientales,

culturales, sociales y económicos de los paisajes del agua, formulados a partir de los objetivos de calidad paisajística, que nos permitan evaluar periódicamente los resultados de la aplicación de las actuaciones.

El papel imprescindible de la participación pública

En todas las fases hasta ahora descritas, desde la caracterización de un paisaje hasta la elaboración de propuestas, la participación pública es imprescindible. El Convenio Europeo del Paisaje insiste en la relevancia que tienen los ciudadanos y los agentes económicos en las fases de planificación del paisaje, empezando por la caracterización. En efecto, es fundamental que podamos reconocer nuestros paisajes del agua y que ciudadanos y administraciones participen conjuntamente en las decisiones que se refieren a su protección, gestión y ordenación. La participación pública es especialmente necesaria en el momento de identificar aquellos valores más intangibles, imprescindibles para analizar el paisaje de un modo integrado y para percibir todos sus matices. Solo a través de la conjunción de la rigurosidad científica con la participación pública podemos asegurar la construcción de una base de conocimiento común válida para la correcta formulación de políticas.

Paisajes fluviales y desarrollo territorial. El ejemplo de la «Ruta del Ter»

Por último, vamos a presentar un proyecto impulsado por el Consorci Alba-Ter y que lleva por nombre «Ruta del Ter» como ejemplo práctico de una actuación encaminada a la valoración y ordenación del paisaje fluvial del río Ter.

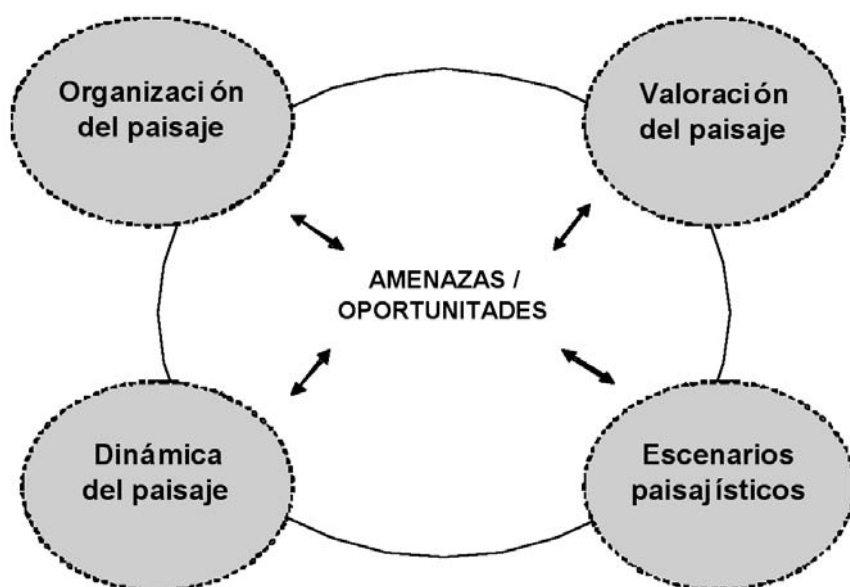
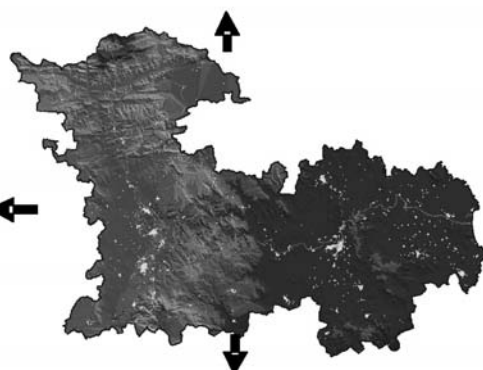


Figura 4 — La evaluación de la calidad de los paisajes del agua

**Nace en los Pirineos Orientales y desemboca en el Mediterráneo.
En su recorrido salva un desnivel de 2.500 metros**

**A lo largo de su curso
(208 km., encontramos
una gran variedad de
paisajes naturales**



**Su cuenca, de 3.010 Km²,
recoge las aguas de 154 municipios**



Figura 5 — Características básicas de la cuenca del río Ter

El río Ter, situado al noreste de la península ibérica, tiene un recorrido de 208 kilómetros y una superficie de cuenca de 3 010 km². Junto al río Llobregat es el de mayor recorrido de la red hidrográfica Pirineos-Mediterráneo, a la vez que recoge las aguas de 154 municipios. La diversidad de condiciones climáticas, orográficas, bióticas que encontramos a lo largo de su recorrido (es de destacar que en esta cuenca encontramos representadas tres regiones biogeográficas: la eurosiberiana, la mediterránea y la borealpina) han influido en la configuración de múltiples realidades sociales y económicas y, por lo tanto, en la creación de una gran variedad y riqueza de paisajes fluviales.

A una escala regional podemos distinguir cinco grandes unidades de paisaje fluvial:

- El valle pirenaico del Alto Ter. Geográficamente se sitúa en el tramo de río que transcurre básicamente por la comarca del Ripollès. El río configura un paisaje de alta montaña y prepirinenso, de relieve montañoso y valles estrechos y alargados. Históricamente ha sido un territorio mal comunicado y orográficamente complicado, por lo que los principales asentamientos de población los encontramos en los pocos valles existentes (Setcases, Ripoll, Camprodón, Ribes de Freser, Sant Joan de les Abadesses,...), en algunos de los cuales, como es el caso de

Ripoll, se están dando acciones de rehabilitación de las fachadas fluviales del río Ter. Es un paisaje marcado históricamente por una cierta presencia industrial ligada al textil y al metal (hoy en crisis) pero también por el reciente y constante aumento del turismo de montaña (estaciones de esquí de Vallter y Núria, turismo rural y segundas residencias) y la valoración creciente de los espacios naturales de interés (aprobación de la Carta del Paisaje del Valle de Camprodón). El patrimonio cultural vinculado al río es especialmente interesante en relación a las muestras de arquitectura industrial (farga de Ripoll, colonias industriales de la Farga de Bebié, Estebanell, Llaudet, etc.)

- La plana industrial de l'Osona. En la comarca de Osona el paisaje ribereño del Ter denota su vocación claramente industrial. Nos encontramos en la Plana de Vic, amplio canal de paso entre los Pirineos y la Depresión Litoral, donde la compleja estructura orográfica ha dado lugar a espacios de poblamiento más concentrado en forma de ciudades como Vic, Manlleu o Torelló (donde se concentra el 90% de la población de este territorio) o pequeños núcleos de población (Roda de Ter, Sant Pere de Torelló, Orís,...) y áreas de ocupación más dispersa. A pesar que el sector agrícola es bastante dinámico no deja de ser un complemento de la ganadería intensiva, especialmente el porcino, la verdadera base productiva del sector primario de la comarca.

El paso del río Ter ha dibujado el principal eje industrial de la región y, junto al Llobregat, de toda Cataluña. A lo largo de su recorrido encontramos multitud de industrias que aprovechaban la energía generada por los saltos de agua del río así como diversas colonias industriales de gran interés patrimonial (Borgonyà, Ymborn, Vilaseca, etc.). Proliferan también las

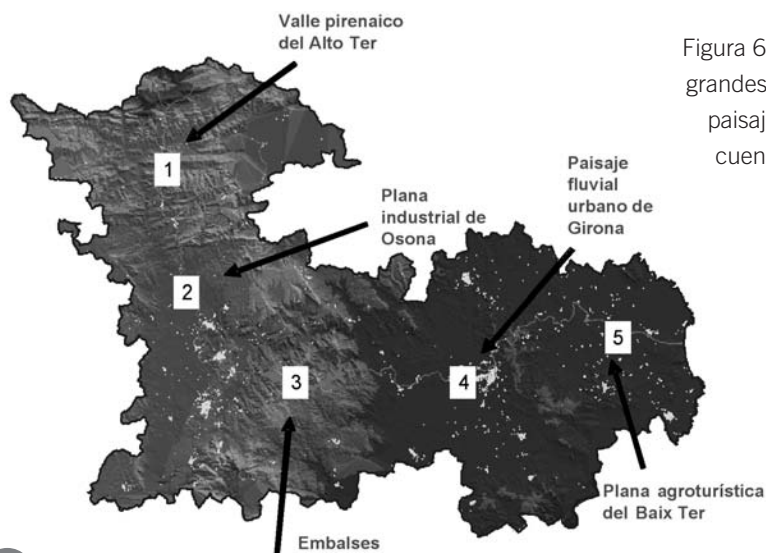


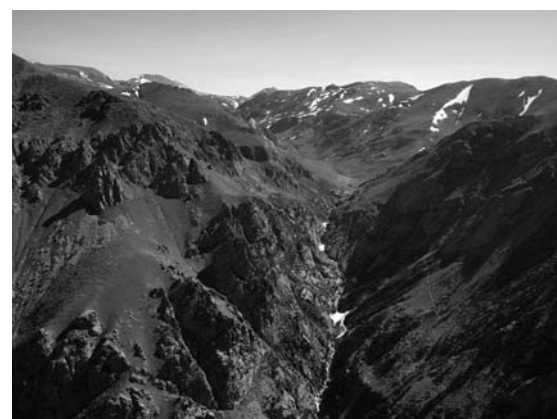
Figura 6 — Las cinco grandes unidades de paisaje fluvial de la cuenca del río Ter

infraestructuras hidráulicas como presas, canales industriales, centrales hidroeléctricas, etc. Si bien la industria textil ha sido el motor de la economía de esta región, la crisis generalizada de este sector ha derivado en el cierre de muchas de estas fábricas y en una creciente especialización industrial en productos metálicos, maquinaria, alimentaria, electrónica. La actividad turística relacionada con el río está poco desarrollada, si bien existen algunas iniciativas de promoción en curso, como el Consorci de Turismo Paisatges del Ter, dedicado a la promoción de los recursos naturales, culturales y gastronómicos de la región, el Consorci para la Promoción Turística de la Vall de Sau-Collsabra, dedicada al desarrollo e impulso del turismo, especialmente el turismo rural, o el Museu Industrial del Ter, en Manlleu y el Museu de la Torneria en Torelló.

- Los embalses de Sau-Susqueda-el Pasteral. Se trata de un área de montaña marcada por la presencia del complejo de pantanos de Sau, Susqueda y el Pasteral. La construcción de los embalses significó la inundación de los pequeños núcleos de población existentes (Sau, Querós, Susqueda) y el inicio de una tendencia continuada al despoblamiento y la pérdida de la actividad económica tradicional basada en el sector forestal y la minería. La creación de un «nuevo paisaje del agua» constituido por un valle inundado rodeado de una densa masa forestal e impresionantes escarpados atrae numerosos turistas y pescadores, y explica la aparición de diversas instalaciones deportivas (dos clubes náuticos), el acondicionamiento de las riberas de los pantanos en playas y la proliferación de casas de colonias, turismo rural y campings.

- El paisaje urbano de Girona. Después de los embalses el río Ter transcurre en su mayor parte de recorrido por la depresión Prelitoral ca-

talana, en lo que administrativamente son las comarcas de la Selva y el Gironès. Se trata de un espacio orográficamente poco montañoso, formado por el Pla de la Selva y el Pla de Girona, y rodeado por diversas cadenas de montañas entre las que destacan las Guillerries y las Gavarres. En él se desarrollan actividades diversificadas, desde la agricultura en los espacios más abiertos del área Ter-Brugent (Bescanó, Sant Julià de Llor-Bonmatí, Anglès, La Cellera de Ter, Amer) hasta los servicios especializados (especialmente el comercio) en los espacios urbanos de Girona y su área urbana (Salt, Girona, Sarrià de Ter), si bien la fuerte atracción que ejerce Girona sobre el territorio circundante marca la vocación eminentemente urbana del paisaje fluvial. La agricultura había sido tradicionalmente muy importante (trigo, cebada, maíz, forrajes, etc.) pero ha ido perdiendo peso a pesar del incremento de la superficie de regadío y la modernización de las explotaciones. Esta actividad agrícola también ha estructurado áreas vinculadas al río Ter de gran interés tanto cultural, como las zonas de huertas (hortes de Salt y Santa Eugènia), como económico, como las zonas de cultivos de árboles ornamentales y viveros (Pla de Celrà, Bordils, Anglès, etc.) y algunas plantaciones de chopos y plátanos. Desde el punto de vista industrial, cabe destacar por su influencia en el paisaje el área Ter-Brugent, marcada por la crisis de la industria textil que ha cerrado casi todas las industrias existentes, y la persistencia de pequeños centros industriales en el Pla de Girona (Girona, Salt, Sarrià de Ter, Sant Julià de Ramis) vinculados históricamente al río Ter, como fábricas papeleras, químicas, textiles y metalúrgicas. Pero sin duda alguna es el sector servicios (servicios financieros, aseguradoras, inmobiliarias, servicios públicos y, especialmente el sector comercial) el que más ha estimulado el desarrollo



Paisaje del valle pirenaico del Alto Ter
Fuente: Consorcio Alba-Ter



Paisaje de la plana industrial de Osona
Fuente: Consorcio Alba-Ter



Paisaje característico de la plana agraria del Bajo Ter — Fuente: Consorcio Alba-Ter



Paisaje agrario del río Ter en su desembocadura
Fuente: Consorcio Alba-Ter

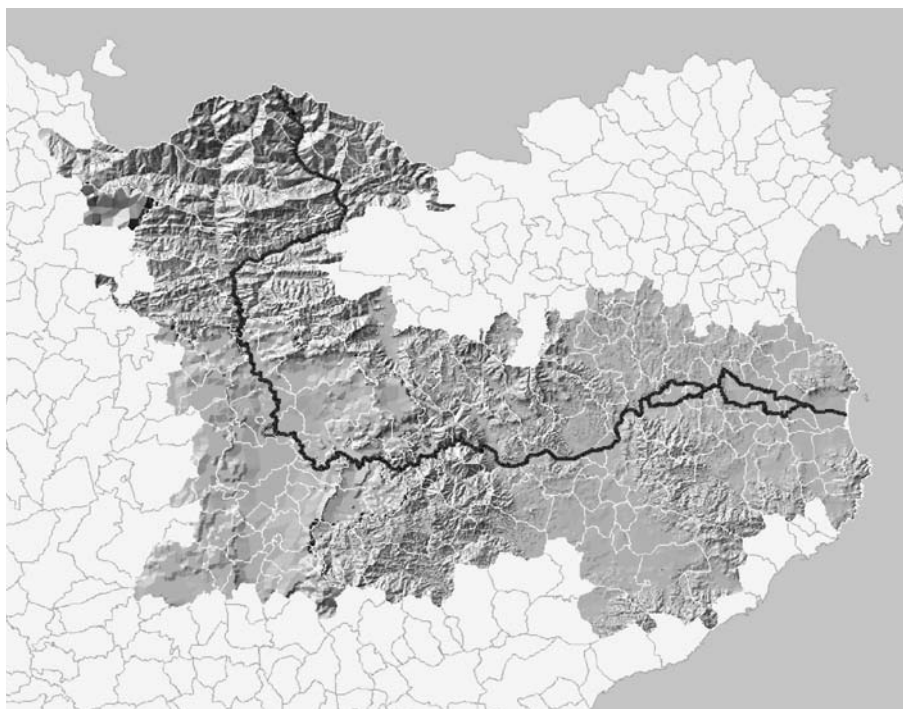


Figura 7 — Trazado de la Ruta del Ter

económico de toda esta área. Entre los reclamos turísticos de la ciudad de Girona destacan el paisaje urbano-fluvial que configuran las «cases de l'Onyar».

- La plana agroturística del Baix Ter. Por último, el paisaje de la llanura aluvial o Baix Ter, se extiende desde la parte más meridional de la comarca del Gironès y la comarca del Baix Empordà. Aquí convive la actividad agrícola tradicional con una potente implantación turística situada en el litoral. El Ter ha estructurado el poblamiento y la configuración del paisaje agrario (pequeños núcleos rurales de interior junto al núcleo urbano de Torroella de Montgrí) a pesar que en los últimos años su influencia se ha visto relegada desde el punto de vista económico por la actividad turística ubicada en el litoral. El sector turístico y la construcción, en el litoral, y la agricultura de regadío (cereales, hortalizas, arroz y frutales) en las fértiles tierras del interior, han configurado una zona muy próspera económicamente. La configuración de una importante red de canales de riego y

acequias (rec del Molí) han hecho posible esta próspera agricultura de regadío a la vez que contribuyen a drenar las aguas de las zonas inundables, estanques y lagunas del interior. La presencia de los aiguamolls del Baix Empordà, situados en la desembocadura del Ter y el Daró y hoy en día bajo la figura de parque natural, están siendo objeto de diversas políticas de preservación (descalificación de terrenos urbanizables a no urbanizables en la zona de los aiguamolls del Baix Ter), promoción de la naturaleza (futura creación del Parc Natural del Montgrí, les illes Medes i el Baix Ter) y realización de proyectos de recuperación de especies de hábitats (proyecto LIFE de Restauración y Ordenación de les Llacunes del Baix Ter o el proyecto de custodia del territorio de las Basses d'en Coll a Pals).

Así pues, no hay duda alguna que toda esta multiplicidad de paisajes fluviales que encontramos a lo largo del Ter integran una gran cantidad y variedad valores naturales, productivos, culturales, sociales, históricos, simbólicos e identitarios. El Consorcio Alba-Ter,

entidad supramunicipal constituida el 1998 e integrada actualmente por 46 ayuntamientos y 5 consejos comarcales de la cuenca del río Ter, impulsa de manera global acciones de cohesión, preservación, sostenibilidad y dinamización entorno al río. Las potencialidades que ofrece esta variedad de paisajes fluviales han llevado a este consorcio a idear formas de desarrollo de sectores económicos emergentes, como el turismo fluvial, que sean respetuosos con el medio y generen riqueza y ocupación. De esta manera, desde el año 2005 se está llevando a cabo el proyecto «Ruta del Ter», proyecto plurianual (2005-2007) que forma parte del Plan de Fomento Turístico del río Ter gestionado por el Consorci Alba-Ter, y con el financiamiento del Departament de Comerç, Turisme i Consum de la Generalitat de Catalunya, la Unión Europea y la Diputació de Girona.

La «Ruta del Ter» consiste en diseñar un itinerario con inicio en la cabecera del río y final en su desembocadura, a realizar a pie o en bicicleta, que tiene por objetivo principal cohesionar todo el territorio que configura el Ter a través del descubrimiento, protección, recuperación y valorización de sus paisajes. La diversidad orográfica (montaña, valles, llanuras) y paisajística (de la alta montaña pirenaica a los humedales litorales) constituyen un destino turístico ideal para los amantes del cicloturismo y el senderismo. De esta manera se persigue convertir el Ter en un eje de desarrollo turístico, uniendo dos de los grandes polos de atracción turística del país: los Pirineos y la Costa Brava, a través de un modelo turístico sostenible basado en los recursos endógenos del territorio entorno al río.

Otros objetivos complementarios que persigue este proyecto son la creación de un eje de movilidad sostenible a lo largo del río y entre los distintos núcleos de población ribereños

y el desarrollo de una nueva oferta turística, pionera en el contexto catalán, basada en el senderismo y el cicloturismo entorno a los ríos que dinamice económicamente el territorio.

La ruta tiene una longitud de 213 Km, un desnivel de 2200 metros, una pendiente media inferior al 1% (los máximos de descenso se encuentran al inicio de la itinerario y son del 8%) y es unidireccional (en sentido descendente). En el diseño de su trazado se ha priorizado la utilización o recuperación de vías de comunicación ya existentes, con baja intensidad de tránsito y aptas para circular en bicicleta (pistas forestales, vías verdes, carreteras secundarias, caminos) por lo que no siempre es una vía segregada del tránsito rodado. La ruta no sigue las riberas fluviales del Ter en un sentido estricto sino que también se ha propiciado el paso por el interior de los núcleos ribereños de mayor interés. Como producto cicloturístico tiene una duración de 5-6 días aunque, lógicamente, puede dividirse en tramos.

El proyecto se desarrolla a partir de 6 ejes de actuación básicos:

- Campaña de difusión del proyecto de Pla de Foment Turístic del riu Ter (creación de una imagen

corporativa/promocional de la Ruta del Ter; presentación del proyecto a los agentes del territorio (consells comarcals, consorcios turísticos, ayuntamientos, asociaciones de empresarios turísticos, etc.), exposiciones itinerantes sobre los paisajes del Ter y la difusión de la Ruta del Ter), etc.

- Implementación territorial de la Ruta del Ter. En estos momentos el trazado ya está definido y ha finalizado la fase de exposición pública (septiembre 2006). Se está elaborando el proyecto ejecutivo y es de esperar que a inicios del 2007 se puedan realizar las obras de vialidad del trazado necesarias y la señalización de la ruta. Paralelamente se llevan a cabo actuaciones de valorización del territorio, como la recuperación de elementos del patrimonio cultural vinculado al agua (molino de can Bram, vapor Burés, lavadero público de las huertas de Santa Eugenia, canal industrial de Manlleu), la restauración de espacios naturales ribereños (pantano de cal Gat, illa de Canet, etc.) y el acondicionamiento de espacios públicos donde ubicar áreas de descanso).

- Documentar y publicitar la Ruta del Ter, a través de la elaboración de información y documentación de interés sobre rutas temáticas complemen-

tarias a la ruta principal (ruta del patrimonio cultural vinculado a los usos del agua, ruta literaria del Ter, ruta sobre las inundaciones históricas, itinerarios florísticos y faunísticos, ruta gastronómica); la implementación de un Plan de publicidad (mapa de la ruta, guía ciclista y senderista, guías de las rutas temáticas, dossiers profesionales, etc.).

- Creación de una carta de calidad de la Ruta del Ter (elaboración de una guía de buenas prácticas turísticas y certificación de calidad de la Ruta del Ter dirigida a establecimientos y empresas de servicios turísticos).

- Desarrollo tecnológico de la Ruta del Ter. Explotación de la información territorial vinculada a la Ruta del Ter utilizando las nuevas tecnologías de la información geográfica (SIG Ruta del Ter). Estructuración de la información territorial georeferenciada en 7 capas básicas: Itinerario general de la Ruta: ciclable y senderista; localización de las obras de vialidad, ubicación de la señalización, rutas temáticas, infraestructura y equipamientos turísticos, reportaje fotográfico, bases cartográficas (topográficos y ortofotomapas). Creación de un portal web (www.larutadelter.com) y desarrollo de diversas aplicaciones web (servidor de



Paisaje fluvial urbano-industrial del río Ter a su paso por Ripoll (Alto Ter). — Fuente: Consorcio Alba-Ter



Fachada urbano-fluvial de la ciudad de Girona
Fuente: Consorcio Alba-Ter

mapas interactivos IMS, vuelos virtuales en 3D, aplicaciones para dispositivos móviles (PDA).

- Acciones de formación y sensibilización. En el apartado de formación, se desarrolla un programa de formación dirigido a los profesionales del sector turístico paralelo a la creación del nuevo producto turístico. También se crea el Observatorio del Ter, con el objetivo de confeccionar contenidos e información temática a la Ruta del Ter (ruta del patrimonio cultural vinculado a los usos del agua, ruta literaria del Ter, ruta sobre las inundaciones históricas, itinerarios florísticos y faunísticos, ruta gastronómica). Por último, y cuanto a sensibilización, entorno a los valores naturales, culturales y paisajísticos de la Ruta del Ter, se confecciona una exposición itinerante por los municipios ribereños.

Bibliografía

CONSORCI ALBA-TER (2005-2006), *Pla de Foment Turístic del Riu Ter*. La Ruta del Ter, Salt-Manlleu, Consorci Alba-Ter.

COSGROVE, D. (1990), «An elemental division: water control and the engineered landscape». En A. D. Cosgrove i G. Petts (eds.), *Water, Engineering and Landscape*, Londres, Belhaven, pp. 1-11.

DUPUIS-TATE, MARIE-FRANCE (2003), *Rivières et Paysages*, París, Éditions de La Martinière.

GORGEU, YVES; JENKINS, CATHERINE (1995), *La charte paysagère. Outil d'aménagement de l'espace inter-communal*, París, La Documentation Française.

LATOUR, BRUNO (1999), *Politiques de la Nature*, París, La Découverte.

MARTÍN DUQUE, JOSÉ F.; MONTALVO, JAVIER (eds.) (1996), *Agua y Paisaje*, Madrid, Multimedia Ambiental.

MARTÍNEZ DE PISÓN, EDUARDO (2006), «El significado cultural del paisaje», *Proceedings of Fifth Meeting of the Workshops for the Implementation of the European Landscape Convention. Landscape quality objectives: from theory to practice*, Girona, 28-29 setiembre de 2006, Council of Europe.

MATA OLMO, RAFAEL; SANZ HERRÁIZ, CONCEPCIÓN (dirs.) (2004), *Atlas de los Paisajes de España*, Madrid, Ministerio de Medio Ambiente.

MATA OLMO, RAFAEL (2006), «La incorporación del paisaje a la planificación hidrológica y territorial de la cuenca del Tajo (España). Aspectos metodológicos», *Proceedings of Fifth Meeting of the Workshops for the Implementation of the European Landscape Convention. Landscape quality objectives: from theory to practice*, Girona, 28-29 setiembre de 2006, Council of Europe.

NOGUÉ, JOAN (2006), «Los catálogos de paisaje y las directrices del paisaje de Cataluña», *Proceedings of Fifth Meeting of the Workshops for the Implementation of the European Landscape Convention. Landscape quality objectives: from theory to practice*, Girona, 28-29 setiembre de 2006, Council of Europe.

NOGUÉ, JOAN Y SALA, PERE (2006), «Prototipus de catàleg de paisatge. Bases conceptuals, metodològiques i procedimentals per a elaborar els catàlegs de paisatge a Catalunya», Olot y Barcelona, Observatori del Paisatge.

PROCTOR, JAMES D. (1998), «The social construction of nature: relativists accusations, pragmatist and critical realist responses», *Annals of the Association of American Geographers*, 88 (3), pp. 352-376.

RIBAS, ANNA (en prensa), «Natura i història en la creació dels 'paisatges de l'aigua' a la plana de l'Alt Empordà», *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, Institut d'Estudis Catalans, secció de la Societat Catalana de Geografia.

SALA, PERE (2006), «La Ley del Paisaje y el Observatorio del Paisaje de Cataluña», *Proceedings of Fifth Meeting of the Workshops for the Implementation of the European Landscape Convention. Landscape quality objectives: from theory to practice*, Girona, 28-29 setiembre de 2006, Council of Europe.

SAURÍ, DAVID (2001), «Natura, cultura i geografia des del món de les rieres mediterrànies», *Seminari interdisciplinari sobre l'aigua*, Institut d'Estudis Catalans.

SWINGEDOUW, ERIC (1999), «Modernity and Hybridity. 'Nature Regeneracionismo' and the Production of the Spanish Waterscape. 1880-1930», *Annals of the Association of American Geographers*, 89 (3), pp. 443-465.

VENTURA, MONTSERRAT; RIBAS, ANNA; SAURÍ, DAVID (2001), «Dos discursos antagónicos en la gestión integral de los ríos. El río antropocéntrico versus el río ecocéntrico», *Estudios Geográficos*, 63, pp. 119-141.

ZOIDO, FLORENCIO; VENEGAS, CARMEN (coords.) (2002), *Paisaje y ordenación del territorio*, Sevilla, Consejería de Obras Públicas y Transportes y Fundación Duques de Soria.

Seis chapéus para pensar a população mundial

(continuação)

Joana Fernandes (professora estagiária)*Núcleo de Estágio de Geografia da Escola Secundária Quinta do Marquês, Oeiras (2005/2006)**(Rede de Núcleos de Estágio do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)***Luís Mendes***Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa*

Características dos chapéus



Cor neutra.
Dados e factos
objectivos.
Números e
informações.



Cor da cólera
ou das emoções.
O conhecimento
sob o ponto de vista
emocional.



Cor do Sol.
Aspectos positivos
do Homem,
esperança,
optimismo.



Cor da Natureza
e da fertilidade.
Criatividade.



Cor negativa.
Razões que
impedem a acção.



Cor do céu e fria.
Toma o comando.
Organiza o processo
de reflexão/outros
chapéus.

Planificação da aula

Tema

População e povoamento

Competências a desenvolver

- Ser capaz de analisar um assunto em grupo, chegando a conclusões.
- Saber desempenhar um papel, de acordo com o ponto de vista adoptado (cor do chapéu).
- Desenvolver o espírito de reflexão e de análise crítica.
- Desenvolver a capacidade de diálogo e o espírito de tolerância perante a diferença.
- Desenvolver opiniões próprias e aprender a defendê-las, aumentando, assim, a sua auto-estima e autoconfiança.

Organização do debate

- O debate será organizado em grupos de acordo com os chapéus, de modo que cada grupo/chapéu desempenhe um «papel», assumindo, assim, as características de pensamento, correspondente à cor do chapéu que representa.
- Os diferentes chapéus representam as diferentes dimensões do pensamento humano (chapéu = papel social).
- Durante quarenta minutos os diferentes grupos analisarão os textos em anexo, preenchendo a folha com as conclusões do grupo.

Início do debate

- Cada grupo terá um porta-voz, que irá debater a problemática da população de acordo com a cor do chapéu que representa.
- Os restantes elementos de cada grupo preencherão uma ficha com as diferentes perspectivas debatidas.
- Os elementos do grupo com o chapéu azul serão os moderadores do debate, lançando questões pertinentes, para que as diferentes perspectivas sejam expostas. Apresentam os representantes dos diferentes grupos. Moderam a participação dos intervenientes. Solicitam, sempre que conveniente, a participação dos restantes elementos da turma que estão a assistir.
- Por fim, o grupo do chapéu azul fará um resumo das conclusões, bem como soluções encontradas para os problemas-chave discutidos. Todos os alunos farão o registo dessas conclusões.

Bom debate!

Tendo em atenção a cor do teu chapéu, sublinha as informações mais importantes para conseguires defender o teu ponto de vista. Utiliza a grelha de observações para tomares as anotações que considerares necessárias.

Somos seis mil milhões

A 22 de Outubro de 1999, viverão no mundo 6 mil milhões de pessoas, o que representa um aumento de mil milhões em apenas doze anos. Quase metade terá menos de 25 anos; mais de mil milhões serão jovens com idades compreendidas entre 15 e 24 anos, os pais da próxima geração.

A população mundial está a crescer a um ritmo de 78 milhões de pessoas por ano, o que equivale a um pouco menos do que a população total da Alemanha. Duplicou desde 1960. Mais de 95 % do crescimento demográfico regista-se nos países em desenvolvimento.

Entretanto, o crescimento demográfico abrandou ou parou na Europa, na América do Norte e no Japão. Os Estados Unidos são o único país industriali-

zado em relação ao qual as projecções apontam ainda para grandes aumentos, em grande medida em consequência da imigração.

Alcançar os 6 mil milhões tem, ao mesmo tempo, aspectos positivos e negativos. Entre os positivos figura o resultado das opções pessoais e da acção colectiva em prol de melhor saúde e de uma vida mais longa. Isto é o reflexo, por exemplo, de:

- Todos os recém-nascidos cujas mães tiveram uma gravidez saudável;
- Todos os bebés que são devidamente alimentados e vacinados;
- Todas as mulheres jovens que se podem proteger da infecção por VIH;

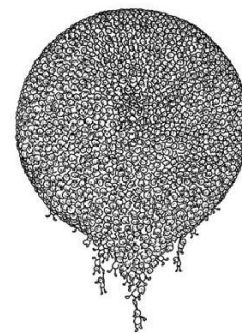


Illustration © Tony Millionaire

- Todas as mães que podem espalçar as gravidezes;
- Todos os homens que aceitam a responsabilidade pelo seu bem-estar e pelo da sua família;
- Todos os idosos que protegeram a saúde, quando eram jovens;
- Todos os que evitam riscos para a saúde, por meio de uma melhor informação e de um comportamento responsável.

A Situação da População Mundial, 1999, Nações Unidas (adaptado)

O crescimento demográfico e a produção de alimentos

Em muitos países verificou-se, nos últimos anos, que o crescimento demográfico foi mais rápido do que o aumento de produção de alimentos.

Um estudo realizado pela ONU, em 105 países em vias de desenvolvimento, demonstrou que em 64 destes países, entre 1985 e 1995, a produção alimentar cresceu a um ritmo inferior ao da população, sendo a África o continente com piores resultados nesse domínio.

A Austrália, a Europa e a América do Norte têm grandes excedentes de alimentos que vendem a outros países e, provavelmente, são capazes de aumentar a produção alimentar.

Contudo, os países em vias de desenvolvimento não produzem alimentos su-



ficientes para as suas populações e também não dispõem de recursos financeiros que lhes permitam adquirir ao estrangeiro as quantidades suficientes para fazer face às suas necessidades alimentares. Nesses países, cerca de 800 milhões de pessoas sofrem actualmente de má nutrição crónica e 2 mil milhões não gozam de segurança alimentar.

Para satisfazer as necessidades dos quase 8 mil milhões de pessoas que se espera que venham a viver na Terra em 2025, e para melhorar a sua alimentação, o mundo teria de duplicar a produção de alimentos e melhorar a sua distribuição.

A Situação da População Mundial (2001), FNUAP, ONU (adaptado)

Será que o planeta chega para todos?

Ao ritmo actual, a Humanidade aumenta cerca de 80 milhões de habitantes por ano, dos quais mais de 11 milhões são chineses. A China, que acaba de anunciar o resultado do seu recenseamento (1 265 milhões de pessoas), não é, contudo, o maior contribuinte para a demografia planetária. A Índia, onde a natalidade é menos controlada, dá ao planeta perto de 15 milhões de novas almas em cada ano.

Notícias Magazine, 08/06/2001

A revolução sanitária e a transição demográfica

A revolução sanitária fez com que no mundo, nos anos 90, não existissem praticamente países com uma esperança de vida à nascença inferior a 50 anos. Os poucos países que se encontram nessa situação pertencem todos à África subsariana. A revolução contraceptiva fez também generalizar a ideia de que um baixo nível de fecundidade é um símbolo de modernidade, seja à escala de um país seja à microescala dos indivíduos e dos casais.

Segundo as Nações Unidas, apesar das consequências demográficas dos intensos ritmos de crescimento populacional das últimas décadas, é possível prever um cenário de estabilização da população à volta de 8 a 9 mil milhões de habitantes no nosso planeta em meados do século XXI, em vez dos catastrofistas 12 mil milhões admitidos em cenários anteriores.

Manter a população em número sustentável

A taxa de natalidade nos países industrializados diminuiu principalmente por causa do desenvolvimento socioeconómico. A subida do nível das retribuições, a urbanização e a evolução do papel da mulher, todos tiveram reflexos.

Processos semelhantes estão agora a funcionar em países em desenvolvimento. Estes devem ser reconhecidos e encorajados.

Mas o tempo é pouco e os países em desenvolvimento têm também de promover medidas directas de redução da natalidade, para evitar passar radicalmente os limites da capacidade de sustento da população.

De facto, melhorar o acesso das famílias a serviços de planeamento familiar já é uma forma de desenvolvimento social que dá aos casais, e às mulheres em especial, o direito à autodeterminação.

O Nosso Futuro Comum, 1987, WCED (adaptado)



A explosão demográfica um fenómeno recente

O crescimento da população coincide com as grandes fases de progresso económico e social, nas quais se verificou um conjunto de descobertas e inovações. As três grandes revoluções demográficas correspondem às grandes revoluções agrícolas e industriais.

A revolução do Neolítico, quando o Homem se transformou em agricultor, permitiu à Humanidade assegurar a produção de excedentes alimentares e

dedicar-se progressivamente a outras actividades. A Revolução Agrícola do século XVIII na Europa deu origem a uma nova fase de crescimento da população, devido à erradicação da fome. A Revolução Agrícola serviu de ponto de partida para as revoluções industriais. Após 1945, a difusão das inovações faz-se cada vez mais rapidamente. A explosão demográfica acaba por afectar todos os países do mundo.

Os efeitos da explosão demográfica nos países ricos e nos países pobres são muito diferentes e animam o debate social, económico e político. A curto prazo, poderá anular o desenvolvimento dos países pobres? Poderá hipotecar a longo prazo envelhecimento da população o desenvolvimento de todos os países do mundo?

Nazareth, J. M., *Introdução à Demografia*, Ed. Presença, 1996 (adaptado)

A acção do Fundo das Nações Unidas para a população (FNUAP)

A acção da FNUAP e de outras agências das Nações Unidas, do Banco Mundial e das Organizações Não Governamentais (ONG) foram reconhecidas como fundamentais para a execução de um programa comum em matéria de população mundial.

Eis alguns dos grandes objectivos que foram estabelecidos:

- Estabilizar a população mundial, como condição para atingir o desenvolvimento duradouro, reduzindo os riscos ambientais acentuados pelas elevadas pressões demográficas;
- Melhorar o estatuto da mulher, promovendo a sua participação na vida económica e política dos países em igualdade de direitos com os homens e assegurar a livre decisão em matéria de natalidade por parte dos casais;
- Investir na educação, em particular da mulher, como meio de alcançar o desenvolvimento, pois consolida-se a liberdade e a autoconfiança e contribui-se para a redução das taxas de fecundidade;
- Respeitar os direitos do homem em matéria de sexualidade e no que diz respeito às novas formas de família.

Nações Unidas (adaptado)

A população pode crescer para 8900 milhões até ao ano 2050

Segundo as projecções da Divisão de População do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, a população mundial crescerá de 6 mil milhões, em 1999, para entre 7300 e 10700 milhões até ao ano 2050, sendo 8900 milhões o número considerado mais provável. A diferença de 3400 milhões entre as projecções máxima e mínima, que reflecte diferentes hipóteses no que se refere a futuras taxas de fecundidade, é equivalente a nada menos do que a população mundial total em 1966. A actual taxa de crescimento é de 1,33 %. Na projecção mediana, espera-se que os aumentos anuais desçam gradualmente dos 76 milhões de hoje para 64 milhões, em 2020-2025, e que, depois, diminuam acentuadamente para 33 milhões, em 2045-2050.

Os recursos finitos da Terra são hoje desigualmente divididos por 6,1 mil milhões de pessoas, surgindo mais três pessoas a cada segundo que passa.

O cálculo das Nações Unidas para a população mundial no ano 2050 é de nove mil milhões. A grande maioria viverá em países em vias de desenvolvimento, confrontando-se com uma grave falta de terra, alimentos e água. Haverá também um número cada vez maior de idosos a sustentar pela população trabalhadora.

A nossa única esperança é criar a estabilidade populacional, baixando a taxa de natalidade para valores iguais aos da taxa de mortalidade. Isto só será conseguido satisfazendo a crescente procura de educação e planeamento familiar das mulheres de todo o Mundo.

Salvemos a Terra (adaptado)

Vida mais longa

Na actualidade, na Europa Ocidental e nos países industrializados de além-mar, a duração média da vida ultrapassa largamente os 70 anos para os homens e um pouco os 80 para as mulheres, prolongando os limites da velhice.

Estes ganhos devem-se, em primeiro lugar, à evolução da Medicina, associada à organização de serviços de saúde eficazes em quase todos os países desenvolvidos, o que permitiu o retrocesso da tuberculose e das doenças infecciosas, graças à acção dos antibióticos e das vacinas, e, numa segunda fase, à luta contra as doenças cardiovasculares e contra o cancro.

O crescimento económico e o desenvolvimento tecnológico contribuíram duplamente para o alargamento da esperança média de vida: permitiram a expansão e generalização dos sistemas de segurança social, facilitando o

acesso aos cuidados de saúde e reforçando a cobertura sanitária da população, e possibilitaram a melhoria da alimentação e das condições de vida (higiene, alojamento, etc.).

GRIMAL, J. C.,

La Population du Monde



Os obstáculos ao sucesso das medidas de controlo da natalidade

A falta de meios financeiros da maioria dos países em desenvolvimento para pôr em prática políticas que permitam controlar a natalidade e a fecundidade tem sido um dos principais obstáculos à implementação eficaz das medidas definidas.

Outro dos obstáculos ao sucesso de algumas medidas tem sido o seu carácter repressivo. Em algumas províncias da China a esterilização é quase imposta depois do segundo filho. Os casais que ultrapassem o número de filhos imposto para cada região são fortemente penalizados em termos fiscais e podem correr o risco de perder ou de não encontrarem emprego. A repres-

são exercida sobre os casais incentiva a prática de infanticídios, sobretudo em regiões rurais da China, e do aborto, que afecta principalmente recém-nascidos do sexo feminino. Algumas organizações internacionais estimam que na China seja de oito milhões o número de crianças que não são declaradas pelos pais e cujo destino é incerto.

Noutros países em desenvolvimento a influência de certas religiões na sociedade conduzem a comportamentos pouco favoráveis à legalização do aborto, à generalização dos métodos anticoncepcionais mais modernos e ao reforço do papel da mulher na sociedade.

Na Índia exercem-se pressões sobre a população: perda do direito a assistência médico-alimentar às famílias pobres com três ou mais filhos, cujo pai recusa a vasectomia.

A Tailândia é um país que se vê confrontado com um crescimento demográfico muito acentuado. O Governo lançou um projecto de controlo da natalidade baseado na prática da vasectomia. Nele participaram equipas médicas e de enfermagem que chegaram a realizar 1900 intervenções cirúrgicas num único dia.

Escolarizar as raparigas de Benin

Georgette Dakodo tinha 7 anos quando os pais decidiram retirá-la da escola. O futuro desta menina era fácil de prever: um casamento precoce, toda uma vida de intenso trabalho doméstico e numerosas maternidades. Jamais ela saberia ler, escrever ou contar.

Contudo, o destino de Georgette foi modificado, graças a uma iniciativa do Programa Alimentar Mundial (ONU) que visava escolarizar as raparigas. No âmbito deste programa, os pais de Georgette recebem arroz e óleo alimentar em sua casa; em contrapartida Georgette regressa à escola.

Georgette pôde assim retomar os estudos, após quatro anos de interrupção, e novas oportunidades surgiram na sua vida. Ela está decidida a finalizar os estudos e a seguir a profissão de enfermeira.

FNUAP, 2000 (adaptado)

Segundo a política actualmente em vigor na China, cada casal só pode ter um filho e há punições para quem excede esse valor. No entanto, o tradicional desejo de um filho do sexo masculino, para que este dê continuidade ao nome da família, faz com que as famílias se vejam livres das crianças do sexo feminino através do aborto, infanticídio ou pelo seu abandono. Os casais que não obedecem a esta política têm de pagar impostos mais elevados, e os seus salários são reduzidos em 5 %.

China: um filho por casal

O filho de Li W., nascido no ano passado numa maternidade de Pequim, oficialmente não existe.

É o seu único filho e a mulher engravidou depois de o casal obter autorização para ter a criança. Mas, devido ao «regulamento especial» em vigor na capital chinesa, Li W. preferiu não o registar e espera agora que a lei mude.

De acordo com aquele regulamento, o filho de Li W. terá um «Hukou» (cartão de residente) da terra da mãe, em Zhejiang, na costa leste da China – e não o de Pequim, onde os pais vivem e trabalham. «Um ‘Hukou’ da província, em Pequim, não vale nada», diz Li W.

Se a lei, entretanto, não mudar, Li W. será obrigado a pagar uma «taxa de apoio» de 3000 *yuan* (85 contos) para inscrever o filho num infan-tário e mais 20 000 *yuan* – quase o dobro do que um professor universitário ganha por ano – quando a criança entrar na escola primária.

Expresso, 28/10/2000

Europeus na idade dos cabelos brancos

Um em cada três portugueses terá 60 anos, ou mais, em 2050. No próximo meio século a população nacional da terceira idade aumentará consideravelmente... De acordo com a ONU, no período de cinquenta anos, além de envelhecer, a população vai diminuir em praticamente todos os países da Europa... O país com previsão de maior envelhecimento será a Espanha, onde de quatro em cada dez habitantes serão sexagenários e a população com mais de 60 anos passará de 22 % para 43 % em 2050.

Expresso, 29/04/2000 (adaptado)

Na França e na Alemanha, assim como nos países nórdicos, os Governos quase pagam às famílias para que tenham mais de dois filhos. Em vez dos sete contos trimestrais do abono de família português, as famílias daquelas países recebem um subsídio equivalente a um salário mínimo, que aumenta a partir dos dois filhos.

Emprego ou maternidade

Perante o dilema de dar tempo aos filhos, à casa e ao marido ou conseguir conciliar esta faceta com a profissão, muitas mulheres têm preferido, nos últimos anos, ficar em casa. São quase seis mil as novas mães da região da Lombardia (em Itália) que, em 2001, se despediram dos empregos, depois de uma primeira maternidade, o que traduziu um aumento de 800 % relativamente ao ano anterior.

Diário de Notícias, 08/03/2002 (adaptado)



Suécia indemniza cidadãs esterilizadas por lei

A Suécia iniciou ontem o pagamento de indemnizações a cidadãos que foram esterilizados «contra a sua vontade ou por iniciativa de outra pessoa», entre 1935 e 1945.

Ninguém sabe de momento quantas pessoas são abrangidas pela lei recentemente aprovada. Calcula-se que 60 mil foram vítimas do «tratamento» de 1935 a 1975, na maioria mulheres pobres com muitos filhos ou deficientes mentais. A justificação era «higiene racial» ou «custo económico». Mas até agora só 150 reclamaram os 3600 contos. Fala-se, no entanto, da existência de 12 mil pessoas ainda vivas com direito a serem indemnizadas, mas que não reclamaram o pagamento.

Na década de 20, leis como esta

surgiram em vários países, nomeadamente nos Estados Unidos da América e nos países europeus nórdicos. Na Suécia, foi criado, em 1922, o Instituto Estatal de Biologia Racial, a primeira instituição do género no mundo. Em 1934, o governo fez aprovar uma lei que permitia as esterilizações por «razões sociais».

Em 1941, o âmbito de aplicação desta lei passou a abranger também pessoas «associais».

Várias vezes este capítulo obscuro da história da Suécia veio a lume, sem ter sido eficazmente denunciado, até que o jornal *Dagens Nyheter* se empenhou numa investigação sobre o assunto, que depois publicou.

Diário de Notícias, 04/07/99 (adaptado)

A crise dos nascimentos

A Suécia, onde a fecundidade tinha caído abaixo de 2,1, já em 1968, conseguiu recuperar, entre 1980 e 1995, graças a uma política abertamente de natalidade. Mas foi sol de pouca dura que soçobrou com a crise do estado-providência.

Expresso, 07/07/2001

Na Suécia, com o objectivo de aumentar a natalidade, foram postas em prática medidas que permitem aos pais conciliar a vida familiar e a vida profissional. Neste âmbito, destaca-se a criação de redes de creches e infantários, a atribuição de abonos de família generosos e a dispensa do trabalho durante 450 dias pelo nascimento de um filho, que pode ser repartido por ambos os cônjuges.

Em Portugal, as mães e os pais vão ter mais tempo para ficarem com o filho, após o nascimento. O período de licença de parto passou de 98 para 110 dias. Na Alemanha ou em França, as mães podem ficar em casa durante dois anos sem, no entanto, perderem o posto de trabalho.

Futuro inseguro

Quem tem menos de 35 anos, trabalha e desconta para a Segurança Social, corre o risco de ficar sem reforma daqui a vinte e cinco ou trinta anos. Se não sofrer algumas alterações de fundo, o actual sistema pode entrar em falência.

Diminuição da natalidade e aumento da esperança de vida são, do ponto de vista demográfico, factores que podem ser encarados como positivos. Mas quando se trata de Segurança Social são ambos más notícias. Menos nascimentos implicam uma redução do número de contribuintes, enquanto o aumento da esperança de vida significa que o sistema terá de pagar reformas durante mais anos. Contas feitas, o actual sistema poderá entrar em situação deficitária entre 2025 e 2030.

Visão,
02/06/2002

Maternidades adiadas

As mulheres portuguesas têm cada vez menos filhos – e cada vez mais tarde. Enquanto em 1986 se era mãe pela primeira vez aos 23 anos e meio, em 1997 a idade média para ter o primeiro filho subira para 26 anos. Este adiar da maternidade deve-se à inserção da mulher no mercado laboral e no sistema de ensino.

Apesar disso, as mulheres portuguesas são as mães mais jovens da União Europeia. Em 1996, a idade média de maternidade (calculada a partir da idade de todas as mulheres que deram à luz) era de 29 anos, no conjunto dos quinze – e na Irlanda, Holanda e Espanha ultrapassava mesmo os 30 anos –, enquanto em Portugal se situava nos 28,2 anos.

Menos jovens, mais idosos

Há cinquenta anos, a pirâmide de idades da população portuguesa era muito diferente. Na base, o gráfico surgia muito mais largo e, consoante os efectivos populacionais iam envelhecendo, a sua representatividade esbatia-se, passando a ser numericamente menos importante. Tinha o aspecto de um triângulo típico de uma população jovem.

Actualmente, o desenho da pirâmide é muito diferente: uma base estreita, classes de adultos jovens muito representativas e uma manutenção de elevado número de efectivos em idades mais avançadas. Ou seja, o que se verifica hoje é que as gerações, em vez de se sucederem, coexistem – uma



pessoa nascida nos anos 90 provavelmente conhecerá os seus avós, talvez mesmo os seus bisavós e conviverá mais tarde com os filhos, os netos e os bisnetos.

Visão, 01/03/2003

Sem trabalhadores para pagar a Segurança Social

Um relatório da ONU recentemente divulgado chama a atenção para o maior problema com que a Europa se defronta a curto prazo: o rompimento dos sistemas de saúde e de assistência social. Para manter o actual sistema são necessárias 4,3 pessoas acti-

vas por cada reformado. (Portugal tem neste momento 4,4, mas em 2010 terá 4,1, segundo dados do INE.)

Entre 1995 e 2015, a população acima da idade de reforma aumentará 30 %. E, entre estes, os que têm mais de 80 anos serão mais 39 %.

Um peso que a redução da população activa poderá não aguentar. O estudo da ONU avisa que, a manter-se a actual situação, daqui a cinco anos as pensões de reforma poderão não chegar para todos.

Expresso, 23/12/2000 (adaptado)

Registo do debate

Ideias-chave focadas pelos grupos.

Chapéu

Chapéu

Chapéu

Chapéu

Perguntas a fazer no final

Ficha de auto e hetero-avaliação do debate

«Seis chapéus para pensar a população mundial»

Esta ficha de auto-avaliação é importante para reflectires sobre tudo o que fizeste no debate; por isso, responde com sinceridade às questões que forem colocadas.

Utiliza uma escala de 1 a 5 (**1** – nunca; **2** – raramente; **3** – frequentemente; **4** – muito frequentemente; **5** – sempre) e responde às questões, expressando a tua opinião.

1. Interessei-me pelo tema do trabalho ☐
2. Gostei de trabalhar em grupo ☐
3. Respeitei a opinião dos colegas ☐
4. Exprimi as minhas ideias ☐
5. Empenhei-me ao longo de todo o trabalho ☐
6. Consegui concretizar o que queria no trabalho ☐
7. Senti dificuldades na realização das tarefas ☐

7.1 Quais? _____

8. O que mais gostei de fazer foi: _____

9. O que menos gostei de fazer foi: _____

10. Estás satisfeito com o trabalho realizado? _____

11. Se pudesses, que aspectos alterarias no trabalho? Justifica a tua resposta. _____

12. Realiza agora a avaliação dos elementos do teu grupo e assinala com uma cruz (x) a opção que te parece ser a mais justa.

Nomes dos elementos	Avaliação			
	Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom

Grelha de avaliação do debate

«Seis chapéus para pensar a população mundial»

Alunos		Participação no debate			Trabalho escrito		Nota final
Função assumida	Nome	Auto-avaliação	Hetero-avaliação	Avaliação do professor	Auto-avaliação	Avaliação do professor	
Chapéu branco							
Chapéu vermelho							
Chapéu preto							
Chapéu amarelo/laranja							
Chapéu verde							
Chapéu azul (moderadores)							

Critérios de avaliação de participação no debate segundo os seguintes parâmetros: organização, empenho (interiorização da personagem), criatividade, informação (conteúdos), qualidade da intervenção, clareza no discurso e vocabulário. O trabalho, sobretudo o escrito, valoriza particularmente a fundamentação das conclusões produzidas durante a discussão no debate dos textos de apoio fornecidos e o cumprimento das regras de organização especificadas no guião fornecido e na intervenção precedente do professor: seguimento dos argumentos a partir dos quais se daria a construção do discurso da personagem/chapéu a representar. Por outro lado, valorizar-se-á o nível de qualidade e a organização, criatividade e a participação demonstradas pelo aluno durante o debate.

Cultura Geográfica y Educación Ciudadana

Grupo de Didáctica de la Geografía (AGE)

Editores: **Maria Jesús Marrón Gaité e Lorenzo Sánchez López**

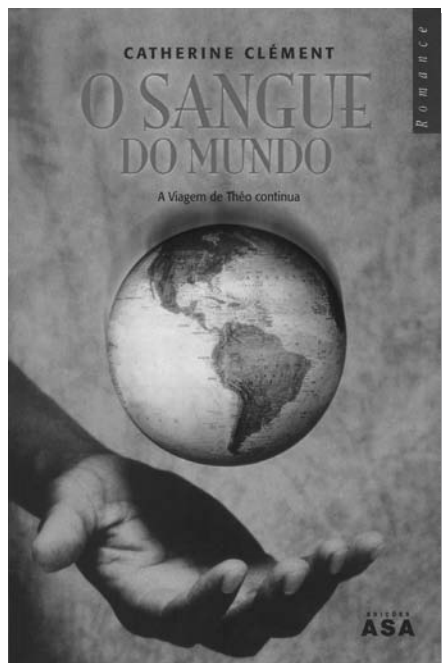
Este livro reúne as actas do III Congresso Ibérico de Didáctica da Geografia, que decorreu em Almagro (Espanha), o qual versou sobre a temática central da cultura geográfica e da educação para a cidadania. Nas 846 páginas deste livro podemos encontrar variados artigos de autores portugueses e espanhóis, organizados em quatro capítulos diferentes:

- «Lo local y lo global: enseñar y aprender geografía a escalas interdependientes»;
- «Las nuevas tecnologías de la información y la comunicación en la enseñanza-aprendizaje de la geografía en la sociedad del conocimiento»;
- «Distintos lenguajes e procedimientos para la renovación de la didáctica de la geografía en el ámbito educativo», e;
- «Innovaciones didácticas para la enseñanza-aprendizaje de la geografía ante las nuevas demandas sociales».

(Este livro está disponível na sede da Associação, para eventual consulta ou aquisição.)



O Sangue do Mundo



Autora: **Catherine Clément**

Editora: **ASA**

Théo é um jovem médico que trabalha para os Médicos Sem Fronteiras, dedicando-se também de alma e coração à causa do ambiente. Para elaborar um projecto de preservação do meio ambiente, baseado em estudos de terreno, Théo vai correr o mundo, interessando-se por temas tão diversos como a poluição da megacidade de Deli, o desaparecimento do mar Aral, a exploração de madeiras tropicais nos Camarões, a central nuclear francesa de Flamanville, os problemas da pesca no Senegal ou a ameaça de extinção do povo inuit no Canadá.

Consigo, Théo leva a sua tia Marthe, e os dois empreendem uma «viagem de cura», agora para salvar a tia, que se encontra bastante doente, a sofrer um desgosto de amor. Bastante céptica em relação aos anunciados males do mundo, tia e sobrinho embrenham-se em acaloradas discussões sobre as situações que vão encontrando. A Terra está cansada, os recursos naturais esgotam-se, e essa preocupação move Théo pelo mundo. Salvar os seres vivos é a grande questão para o jovem Théo, ainda que esse ideal nem sempre implique optar pela preservação dos costumes dos seres humanos.

Teaching Geography

Volume 32 - 2007

(Esta revista está disponível para consulta no centro de estudos da APG.)

EDITORIAL

Margaret Roberts

Responding to curriculum change

THE CHANGES AHEAD

David Gardner, David Lambert
e Diane Swift

Eleanor Rawling

Taking a «cultural turn»

OCR PILOT

Rachel Atherton

GCSE: Successes and struggles

LANDSCAPES OF LANGUAGE

Mark Jones e Bernardette Fitzgerald
Geography across the curriculum

WORLDMAPPER PULL

Anna Barford and Danny Dorling
Out maps

*Thinking through your hands –
with «regional boxes»*

Anke Uhlenwinkel

*Worldmapper for Geography
and citizenship*

Ron Rooney

*Whose right? –
moral issues in Geography*

Richard Bustin

Image sequences for learning

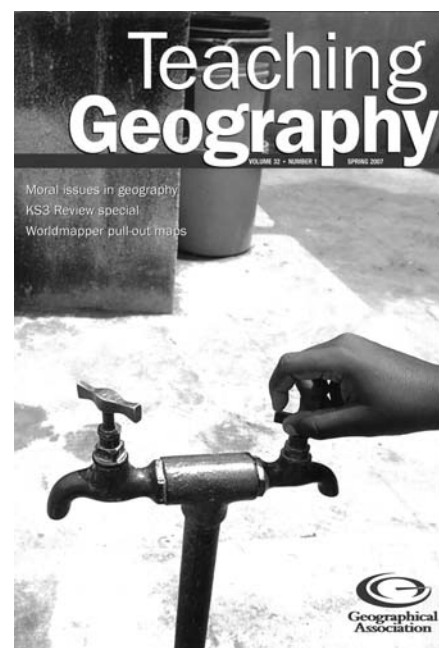
Dick Bateman e Rich Papper

*The transition from A level
to degree Geography*

Alan Marriott

Using success criteria

Ron Rooney



*Invigorating teaching with interactive
whiteboards:*

case studies 3 – 6

Tim Bayliss e Lawrence Collins

*Making the most of your department
website*

David Mitchell

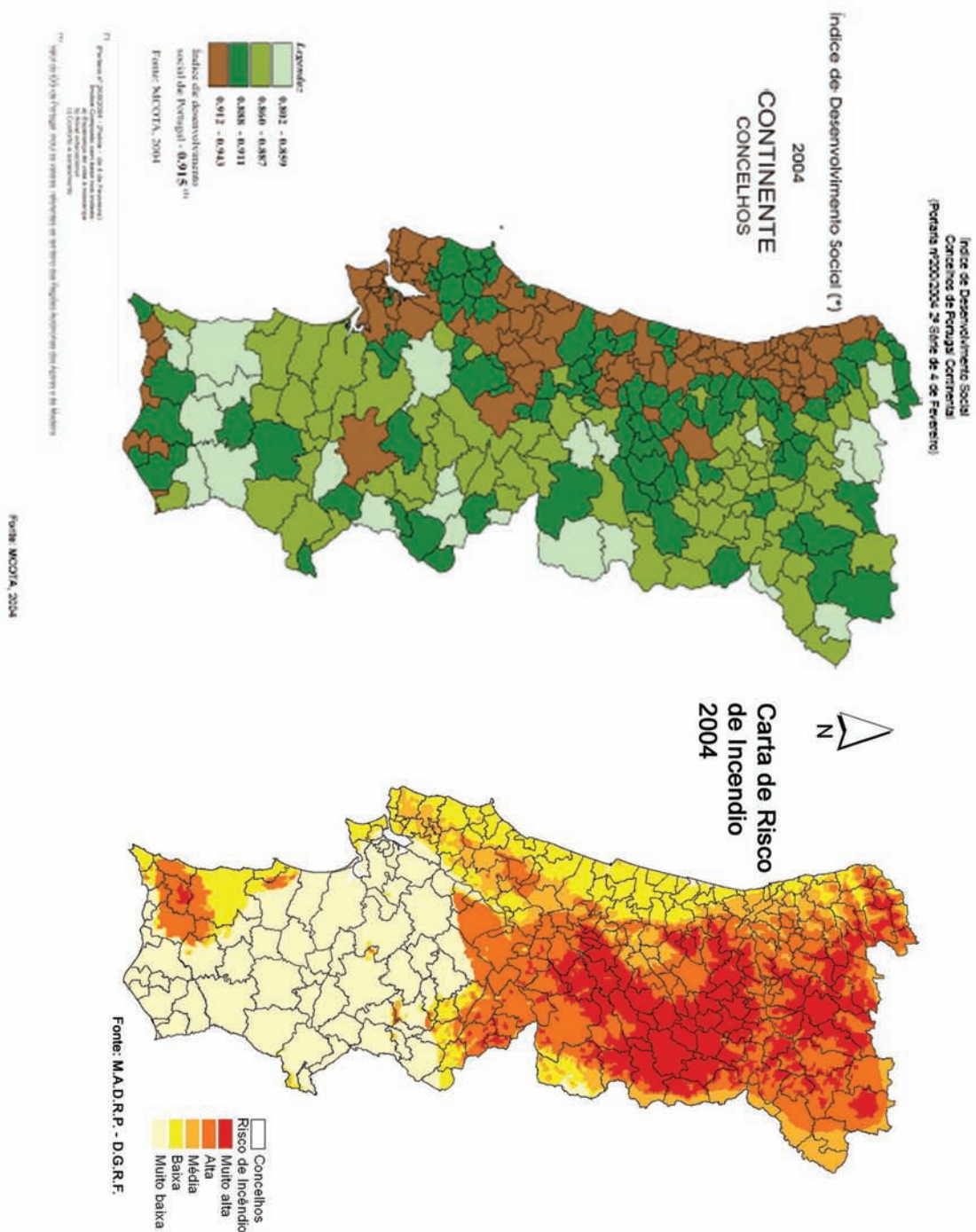
Para saber tudo sobre Geografia
De trás para a frente.



Ensinar com emoção ■■■

Santillana
C O N S T Â N C I A

apogeo



Com o apoio de

Santillana
C O N S T Â N C I A